

O Mastro das Alminhas

João Vasconcelos Costa



sinapsos

Título O Mastro das Alminhas

Autoria João Vasconcelos Costa, 2005

Edição Online

1.ª Edição - Abril de 2007

Fotografia da capa Oplantz

Grafismo Rui Justiniano

Todos os direitos reservados

SINAPSES Editora

Urbanização Quinta das Lágrimas, lote 1, 1º Esq. Frente, 3000 Coimbra

www.sinapses.net

sinapseseditora@gmail.com

O mastro das alminhas

Histórias descosidas, conversas açorianas

João Vasconcelos Costa

sinapsø

Este livro não devia ter uma dedicatória formal. A dedicatória é todo ele, como facilmente se verá. É também dedicado a todos os meus grandes amigos, que aturam pacientemente as minhas histórias mais que repetidas e que, felizmente, ainda não fazem parte das minhas alminhas – e que só façam daqui a quantos mais anos melhor, para seu e meu proveito.

“Creio bem que esta foi a brincadeira final do meu pai. Um homem conta as suas histórias tantas vezes que se torna nas histórias. Elas ficam para além dele.”

John August, argumento de “O Grande Peixe” (Tim Burton)

Índice

O preto Sebastião	9
O doutor Atanásio e a Pepe	16
O naufrágio do Pamir	19
A minha águia real	24
As alminhas	26
Desvariando sobre a infância	29
O meu primo Jacob	35
O avô Tarquínio	43
Tinha de vir a açorianice	49
Falar dos açorianos, falar obrigatoriamente da sua religiosidade única	53
Saudades da terra	61
A Rua do Saco	67
Carroças e alimárias	71
Os meus amores	75
Um projecto falhado, ou o grande apagão celeste	78
A grande festa	82
A procissão das alminhas	85
As alminhas de respeito, tudo o que disser é verdade jurada	89
Novamente a procissão e nela os meus artífices	98
As alminhas da Rua do Saco	103
O canto do clube	120
As primas Viveiros	130
As alminhas africanas	135
Despedida	141

prelúdio

Humildemente me apresento.

Chamo-me João, sou açoriano, coisa importante para estas histórias, tenho sessenta anos saudosos das origens, sou um inquieto, sempre inquieto, e preciso de escrever. Acordo tarde e mal dormido, com o gato Peúgas a coçar-se-me nas pernas. Começo por pensar é no café e na cigarrilha que me faltam desde a véspera, leio o jornal, quantas vezes para meu desgosto, e vejo o correio electrónico. Faço planos para o dia, coisas bem ordenadas, do arrumar o escritório ao tratar de um desleixado assunto bancário, do corte de cabelo ao preparar uma aula. Vão falhar as boas intenções, já sei, porque percebo que preciso de escrever. Sou inquieto, sempre inquieto.

Expressão típica açoriana para a inquietude permanente, e para começar a ligação desta escrita às origens, lá me dizia a minha avó, era eu menino: “tens bicho carpinteiro no rabo”.

Mas escrever o quê? Com os achaques da idade, tendo para essa coisa vã que é dar importância aos ensinamentos do tempo. É coisa tonta e serôdia. O tempo, que devia ser sisudo, parece menino traquinas, a brincar connosco, ajudado pela sua prima memória. Esconde-se, às vezes, nas esquinas do nosso dia a dia e esquece-nos dele. Outras vezes, vamos devaneando sem preocupações e o malandro aparece-nos gaiteiro e gargalhante, desafiando-nos para uma corrida que nos tira o fôlego, não vá ele sumir-se-nos da vista. Por enquanto, ainda o vou controlando, mas, se as maleitas me deixarem chegar à sua idade, talvez venha a dizer como o meu avô, no fim de cada festa familiar de Natal, pensando já no próximo, “Filhos, até amanhã!”, dito que eu criança não compreendia.

Tempo, companheiro brincalhão e a agitar-nos a vida de quase trôpegos, mas também amigo traiçoeiro e perigoso. Julgamo-lo avisado, mas é mau conselheiro, a gozar com o nosso inchar de ego. Sopra-nos perfidamente ao ouvido que uma vida bem vivida exige uma memória, por modestos que sejamos ao avaliá-la. Tolice! Memórias têm de ser a sério, documentos a valerem moldura pomposa, factos e experiências a

servirem para historiadores futuros. Coitado de mim e coitados deles, nada tirariam das minhas memórias.

Romance, também não escreverei. Não me falta a inspiração em figuras magníficas que vão conhecer, mas não tenho o talento para lhes dar vida numa construção romanesca, rica de situações e trama de enredo para que não me sinto dotado. Lamento, porque a maioria dos leitores e dos editores está fixada nos estilos convencionais, querem é romances, mesmo rosados. Talvez até nem seja difícil e o conseguisse, porque a fórmula parece fácil, como se vê pelos sucessos de vendas. Um ambiente exótico, uma pitada de pseudo-história, sexo quanto baste, um cheirinho a “tias” de Cascais, lá sai sucesso editorial. Que vergonha seria para mim.

Outra coisa é contar histórias. Isto é outra arte, talvez menor mas mais ao meu alcance, simples transposição para a escrita da conversa oral e de entretenimento de grupo. No entanto, quando me junto com outros amigos, concluem sempre que os meus “se bem me lembro” não devem ficar só entre nós. Os meus ouvintes provocam-me à escrita. Digo-me muito atarefado, com uma reforma ainda mais ocupada do que nos tempos da profissão e, exigente comigo, vejo-me apenas como um amador de memórias reconstruídas, não um ficcionista. Se tentasse escrever boa literatura, teria vergonha para sempre de voltar a reler o Eça e isto não dispenso. Os amigos dizem-me, já que falo do Eça, que isso é uma atitude à Fradique, meu conterrâneo açoriano, degenerando o talento em delitantismo gratuito.

Vamos então a isso, às memórias das raízes, histórias singelas, histórias açorianas, histórias antigas já esfumadas como retratos de família que os anos amareleceram.

Às vezes, julgo que já estou senil, de tanto repetir essas histórias entre amigos como se fosse a primeira vez. Mas não é isto que nos acontece a todos, a partir de certa idade, quando as nossas histórias passam a ser parte de nós próprios? São as histórias que contamos e que somos, com o risco de, mudando sempre o somos, também mudamos o contar; mas, pior ou melhor, mudando o contar, mudamos o que somos.

Não me peçam certidão de que tudo o que escrevo é verdade. Para mim é, porque eu, como todos nós, também sou as minhas histórias. As que vou contar, das minhas alminhas, escrevi-as na zona de penumbra crepuscular em que a memória se mistura com a fantasia. Não são, certamente, as histórias que as minhas alminhas viveram, mas estou convencido de que são as que elas gostariam de ter vivido.

O preto Sebastião

O Sebastião era o único preto de S. Miguel, na minha meninice. Jovem não era, que preto que tinta, três vezes trinta. Pretos lá tinha havido muitos, muito antes, desde tempos remotos do povoamento, mas foi uma escravatura predominantemente doméstica e de pequenos grupos. Isto tornou mais fácil que se fossem miscigenando, diluindo com o seu sangue o dos colonos com pergaminhos. O mal é aparecer, ao fim de séculos e por capricho da genética, um menino muito encarapinhado e de lábio grosso em famílias de grandes costados e com registo nas Saudades da Terra.

Sebastião nasceu e criou-se no Cazenga, um velho musseque de Luanda. Foi à escola com sacrifício, aprender as primeiras letras debitadas em cartilha por uma freira missionária. Tempo horroroso, em que a obrigação do bê-á-bá se desviava para o desejo do banho na praia da baía, todo nu, a chapinhar na água para os outros meninos pretos de dentuça larga e alva. Ou para o futebol na pelada, em que foi mestre.

Malandrão, pouco ajudava à economia doméstica, de casa reduzida pelo desaparecimento dos pais, num contrato para colheita de café em terras distantes. Vavó Makeba tinha uma pequena horta atrás da cubata, roubada a custo na luta por cada metro quadrado dos que acorriam à cidade. Quiabos, mandioca, gindungo, pouco mais, para a muamba semanal, os outros que fornecessem a galinha. Cuidados com a horta, só com o cajueiro solitário, de cujos frutos fazia uma magnífica aguardente, embora muito áspera para gosto de branco. Para pouco mais dava a horta, mas vavó Makeba fazia contas à vida e subtraía alguns víveres à própria subsistência, para uns cobres ganhos no mercado. Do Cazenga a Quinaxixe, ida e volta, era longa jornada, pés trôpegos a embrulharem-se na areia vermelha das barrocas, costas derreadas pelos cestos, a cabeça a arder como em febre sob o sol tropical, umas orações aos oguns a pedir chegada feliz ao mercado ou de regresso a casa. A juntar à economia familiar, só os parcos proventos do Sebastião, da sua grande habilidade na vermelhi-

nha, mas sempre sujeitos ao confisco da policia.

Mais crescido, as histórias de capitão da areia. Iniciação precoce na vida, intimidades com pescadores e putas, iniciação no culto daquelas velas acesas na praia que tantas vezes vi mais tarde, histórias de acarinhar filhos frustrados das prostitutas da praia, amor que é tudo, mistura estranha de filhos nunca tidos e de amantes sempre sonhados como não conspurcados.

Um dia, episódio vulgar virou-lhe a vida. Brando mas orgulhoso, não tolerou que um cipaio lhe batesse e, com a força de que depois se falará, ia-o matando. Escondeu-se entre as muitas sacas de café do porto de Luanda e, noite funda, embarcou clandestino num navio holandês. De navio em navio, fez vida de mar pelo norte da Europa, durante vários anos, bebendo toda a variedade de cachaça que por esses mares havia, nunca imaginando que um dia ira ter autógrafo de marinheiro na parede do Peter's.

Acumulou tudo o que de venéreo se pode imaginar e ganhava uns dinheiros a contar umas versões, cada vez mais estropiadas pela bebida e pela idade, de umas histórias da rainha Ginga, histórias com que a sua vavó Makeba lhe embalava o sono do musseque abafado na cacimba e na escuridão. Um dia, parece que em Hamburgo, um marinheiro dos Carregadores Açorianos falou-lhe de S. Miguel e ele lá foi parar. Começou como treinador do Santa Clara, não era difícil, qualquer miúdo da pelada luandense jogava melhor do que os futebolistas micalenses. Se o Sebastião se tivesse esmerado, nenhum Ben David lhe tinha chegado aos calcanhares – o Ben David foi do S. Clara ou já estou a confundir? Mas tenho que abrir parágrafo e pôr o Ben David para fora desta história, se não os leitores ficam tontos.

Sebastião rapidamente se micalizou. A tepidez do mar da Pranchinha, após anos de banhos de marujo na gelidão dos mares do norte, recordavam-lhe o mar de Luanda e até já o preferia ao seu de origem, por aquele carregado azul ilhéu que ele não conhecia, de mar no meio do oceano. Passou a gostar do cigarro de folha e barbas de milho, já preferia a malagueta ao gindungo e, felicidade maior, pezões libertos acompanhando o uso de pescadores e camponeses de pé descalço. Esqueceu o papel higiénico dos navios dos Carregadores, porque as tartarolas e as bagalhetas não o incomodavam. O mal foi também a micalização num grande vício ilhéu, o do vinho de cheiro ou da cachaça.

Assim se foi degradando a sua promissora carreira futebolística, porque era difícil compatibilizar o domingo de jogo com o fim de semana de bebedeira. Sebastião foi tropeçando na vida, aqui numa pedra, ali num galho caído de araucária, uma ou outra

vez nas grades da Calheta, e já só o conheci como bêbedo de profissão e engraxador de ocupação remota. Se mesmo um engraxador que se preze tem brio profissional, Sebastião era a vergonha da classe. Quando chegava a hora, fosse na relva de um jardim, fosse mesmo na calçada do Campo de S. Francisco, à sombra do metro-sídero, mandava a sesta, lembrança de África. Nessas alturas, ou porque esquecia a caixa de engraxador ou porque alguém por partida a escondia, lá ficava desempregado o Sebastião, até que o senhor Francisco da Zenite o chamava, porque já era tradição entregarem-lhe na loja a caixa de engraxador.

Em muitas conversas que tive com ele, em roda de miúdos, ouvindo as suas histórias de África, ficava por vezes transido. Não é que ele tinha sido canibal, e bem exigente gastronomicamente? Preto nunca tinha comido, porque era como que comer um irmão, com excepção dos cipaios, filhos da puta. Mas carne deles era veneno, entranhava o espírito de traição. Fora isto, a escolha também não era muita. Carne de polícia branco era detestável, sabia a podre. A de comerciante transmontano de mato não era má, embora muito gorda e com sabor a vinho tinto e presunto muito salgado. A de padre enjoava e sabia a suor de batina e a incenso, a de médico a fenol. Carne de chefe de posto não era má, com sabor à alimentação de pacaça, mas o problema é que vinha cheia de editais e ofícios, papel mastigado que tinha de ser cuspidos entre duas dentadas. A melhor era a de advogado, porque as falinhas mansas entranham-se na carne, sabem a ervas perfumadas. Também a dos senhores Rosa das lojas de modas, em que as rendas e fitas davam guarnição bonita ao assado. Mas nada disto lhe apetecia em S. Miguel, porque só com dendém, banha de porco da minha terra não era a mesma coisa.

O Sebastião era uma alma de criança, porque, entre essas histórias tenebrosas, vinha sempre a dos bebés de Luanda, os mais lindos do mundo. E tinha razão. Vinte anos depois, quando eu os vi e os tratei, apesar das remelas, do ranho, dos umbigos, bolas de golfe e das barrigas de fome, senti que não há muita coisa mais linda do que os grandes e doces olhos pretos de uma criança africana. Depois, vão crescendo, aumenta-se-lhe a barriga pelos vermes, têm de passar uma hora diária a tirar as matacanhas dos pés, começam na malandragem. Mesmo assim, tantos que conheci, criados domésticos ou serventes na messe da marinha, muito me ri com eles. E os “carcinhas”, exemplo da elegância nativa angolana, ainda se devem lembrar deles os que por lá passaram.

Os miúdos troçavam do velho preto Sebastião, andando atrás dele a cantar “Sebastião come tudo, come tudo sem colher, depois chega a casa, dá pancada na

mulher”. Ele sorria e, às vezes, ainda puxava por eles. Lembro-me de um exemplo deste seu carácter infantil. Sebastião era um nadador exímio e de grande resistência, fazendo de uma penada os dez quilómetros de Ponta Delgada à Lagoa e volta. Fazia uns dinheiros a exhibir-se, com os seus indizíveis anos, mergulhando do alto do velho farol da doca, de uma altura de bem vinte metros. Uma vez, com um mar terrível, estava ele na doca e ouviu um grande choro de criança, de uma miúda que tinha deixado cair à água a sua boneca de estimação e que o mar muito agitado logo levou para fora. Sebastião nem hesitou, atirou-se à água, para espanto de todos os que assistiam sem coragem de ajudar, que ora o viam à flor de uma onda, logo o desviam na cava da vaga. Mas, chegado a terra, teve o prémio dos seus oguns angolanos. A boneca estava linda, o vestido seco com a faixa bem rubra à cintura, o cabelo bem penteado como se viesse da festa e olhava para ele com um grande sorriso, tão grande e agradecido como o da menina sua mãe.

No entanto, Sebastião, como qualquer homem, não era de açúcar. Daquela vez que o bruto carro alemão do pré-guerra, em que iam as manas Santanas para o liceu, quase o atropelou? Na doçura do feitio ou na dormência do álcool, faiscou-lhe um centro nervoso, foi-se o impulso pela perna abaixo, esticou-lhe o ciático, armaram-se os músculos de enorme força e arreou um pontapé de pé descalço que espatifou a porta do BMW. Ou os sinais de trânsito que tinha a mania de dobrar quando um polícia o aborrecia?

Depois de tudo isto recordado, chego à confiança especial com que o Sebastião me honrou, o da sua palmeira, e que está na origem de toda esta história do meu mastro das alminhas. É o segredo da filha do Sebastião, sempre presente na sua palmeira de almas. Um pouco toldado, disse-me o Sebastião, e lembro-me como se fosse hoje: “Tu também vais ter uma palmeira de almas, mas não vai ser bem palmeira, és mais moderno, vais ter poste com fios, por isso tenho que te ensinar umas coisas”. E contou-me então o seu grande segredo, o da Lianor.

A sua filhita Lianor tinha sido o seu grande tesouro, uma febre africana roubou-lha em dois dias. De onde vinha esta filha? Bem entrado na sua segunda década, depois de muitos amores de praia, à luz das velas em pedido de socorro a lemanjá, Sebastião cruzou-se um dia na Mutamba, com a mulata Madalena. Aquela cara de chocolate de leite, as pestanas de meio metro, o menear das ancas, os seios provocadores, na medida e firmeza justas ao milímetro, a sensualidade evidente em cada gesto, deixou-o em transe. Ah, as mulatas angolanas, só quem as viu! À sua maneira abrutalhada, de vadio sem maneiras, Sebastião cortejou-a, a princípio sem suces-

so porque Madalena não tinha sido feita para aquela porcaria de namoro.

Tinha sido educada com maneiras. Acolhida órfã, quase mamante ainda, pelas freiras da Conceição, dividiu a sua infância entre pesadas tarefas domésticas para as freiras, como a ida cinco-matinal à água, com duas grandes latas de querosene, e a compensação da instrução primária, no banco de lá detrás, nada de confusões com as meninas do colégio. Aos doze anos, as freiras entenderam que Madalena estava pronta para a vida. E a vida foram os anos de adolescência perdidos na fadiga de lavadeira de casas de branco.

Sebastião não conhecia nada disso de preta menina freirática, não sabia como lidar com aquela mulata tão estranha, mas acabou por ter recompensação, mais por culpa da sensualidade africana que estava adormecida em Madalena, mas prontinha a despertar. Convidou-a para sessões de capoeira, em que exibia os seus dotes. Parlapiava sedutoramente e contava-lhe histórias da vida que ela nunca imaginara no convento. Pelo meio, deu-lhe o gosto de uma cachacinha discreta numa tasca da Ilha ou, em dias de sem moeda, uma aguardente de caju da vavó Makeba. Aos poucos, foi-lhe falando da sua perícia sexual e, no meio das conversas de mesa de tasca, lá lhe ia ilustrando essa perícia com toques sábios, recatadamente, por debaixo da mesa, numa luta de saia acima e saia abaixo, entre impulsos contraditórios de Madalena. Lá voltava ela ao seu musseque, descalça pelo capim, formosa mas não segura, pé quente da gostosura, pé frio da educação das freiras, pé e outro subindo para sítio que ela não sabia bem se quente ou frio.

Ai, mas o desejo burburante daquelas carícias! E o denço de Sebastião nos bailes do Clube do Cazenga! Beijo roubado à saída, misturado com mão nas saias, afogueava Madalena, que, por fim, se rendeu. Não a casamento como as freiras lhe tinham instruído, igreja, velas, vestido de noiva. Sebastião não tinha dinheiro para o alambamento e para contabilidade de padre. Foi tudo coisa simples, alargar numa semana a cubata de vavó Makeba, com ajuda dos vizinhos, pôr estrado para o colchão, retrato de Iemanjá-Maria na parede. Foram a um velho da Ilha, que lhes deitou a bênção dos oguns, regressaram aflitos a casa, para o reprimido amor que lhes faltava.

Amor breve! Madalena era exigente, tinha comido comida do puto na escola das freiras, estava habituada a vestido de rendas. Sebastião, entre biscate e biscate, só lhe dava para a chita. O denço foi-se desvanecendo e, com o correr do tempo, a delícia das carícias transformou-se em simples posse apressada da mulher. Um dia, acrescentado às carências afectivas de Madalena, apareceu um malandro de um marinheiro, todo falinhas doces. Virou Madalena do direito e do avesso, redescobriu-

lhe a aversão às freiras. Prometeu-lhe venturas infindas, acenou-lhe com a aventura da vida no puto, para lá a levou, afinal para a pôr a render no Intendente. Há tempos, por lá andei a tentar catar na memória da Madalena. Passei entre polícias de olhar arrevesado, falei com putas e chulos, até encontrar uma velha gonorreica e desdentada que ainda se lembrava dela. Cada vez mais decadente e explorada, já sem serventia que não fosse para as tarefas prostitúlicas mais degradadas, Madalena acabou no Curry Cabral com uma sífilis mortal. E assim termina a triste história da Madalena.

Deste amor, ficou a Lianor, entre Sebastião e marinheiro que t'excomungo, quem seria o pai? O Sebastião não tinha dúvidas, porque bem precisava daquela filha. Além disso, Lianor não puxava a pai branco, era mulata como a mãe mas mais arraçada a preto Sebastião. Quando Sebastião embarcou, e até ter arribado a S. Miguel, sempre a sorridente Lianor, numa nuvenzita invisível, o acarinhou, lhe contou coisas infantis nas horas de tristeza, lhe recomendou cuidado com a cachaça, que vavó Makeba não ia gostar. Em S. Miguel, numa grande palmeira fronteira ao liceu, Lianor passou a pássaro. Qual, o que havia de ser? Uma melrinha branca, coisa que a natureza nunca vira. Eu também não a via nessa altura, porque a minha visão das almas só veio muito depois. Hoje sim, quando lá vou e ela se alvoroça com a minha visita. Mas julgo que, às vezes, em miúdo, enquanto o Sebastião ressonava de bêbedo deitado no seu banco, me parecia ouvir um rolhear de repreensão vindo lá do alto da palmeira. Ficam agora a saber porque ele passava tanto tempo no jardim do liceu. Segredo que guardámos até agora, Sebastião e eu.

Quando o preto Sebastião me fez uma festa no cabelo de miúdo, escovinha de máquina um do barbeiro senhor Resendes que nos tosquiava no quintal, e me disse que eu ia ter um poste das almas, nem o percebi, porventura nem sequer o Sebastião, que, talvez nos vapores etílicos, trocou banal poste de electricidade por mastro de navio.

Nunca mais soube do Sebastião até às suas recentes visitas de alminha-melro, nunca mais me lembrei desse vaticínio. E só muitos anos depois tive a visão renovada de um sonho que anunciava um dote de que não me apercebi durante muitos anos. É por isto, por esta passagem de muitos anos por uma zona de esquecimento, que revejo sempre com olhos de rever o "Hook", partilhando com o Peter Pan amadurecido e burguês a tristeza de ter passado tantos anos de obnubilação da vulgaríssima capacidade de saber voar na Terra do Nunca. Males do emprego, da rotina do dia-a-dia, da ansiedade pela promoção, da preocupação com a tosse dos filhos. Mas

os nomes, as palavras e as memórias são a estrutura de nós próprios, mais do que o pensamento elaborado. Auto-se-me-impõe esta regra, ao fim de semana liberto de outros afazeres, num trajecto curto em que a evocação quase devota das açorianices me merecem uns pozitos de ouro da Sininho, para poder voar, se não de facto, pelo menos ao sabor da fantasia.

Como é que vou sair desta história do Sebastião? Pronto, Sebastião, já está. Desde há dias que me aborreces, melro negro danado, poisado no meu mastro das almas. Até um preto engraxador, bêbedo e desgraçado, tem horas em que não suporta o anonimato e quer que alguém conte a sua história. Agora podes ir, com a tua melrinha branca debaixo da asa.

O doutor Atanásio e a Pepe

A história do Sebastião obriga à evocação do doutor Atanásio da Mota Frazão, célebre erudito em picuinhas. Se não me abonasse na sua autoridade, podiam pensar que tinha inventado o Sebastião e a sua história. Ora as suas origens e vicissitudes de vida estão bem documentadas pelo doutor Atanásio, num número da Insulana que nunca foi publicado, mas que possuo em manuscrito e que me permitiu acrescentar muitas notas biográficas à história do Sebastião. Outras, em dívida atrasada, construí-as eu, com o meu conhecimento de Angola, porque história de angolano, infelizmente, não tinha muita variação.

Ainda me lembro do doutor Atanásio, figura que me impressionava ridiculamente porque eu ainda não conhecia o conselheiro Acácio. Era corpulento, careca disfarçada por uns poucos cabelos penteados de a orelha a orelha, e com cara rubicunda de bonacheirão, enfeitada com umas oculetas redondas penduradas quase na ponta do nariz. Mas isto era ilusório, parece que tinha um feitio terrível. Passava a manhã no arquivo distrital, à cata de documentos sobre os quais ninguém tivesse escrito. A tarde também era sagrada. Tinha mesa reservada na Pepe, onde juntava uma tertúlia respeitadora e de admiração canina, intelectuais da terra que discutiam com elevação cultural o inevitável soneto de jornal do doutor São-Jorge, exímio dominador do dicionário de rimas, homem dado à placidez da cultura mas terrível, nas suas iras, quando bradava que tinha sido cadete do Sidónio.

Era uma corrida para ver quem conseguia ocupar as mesas vizinhas, já não para ouvir uma ou outra conversa daquela mesa, mas ao menos para cheirar o aroma da sapiência. O senhor Gaspar afitava o ouvido, a ver se caçava uma ideia para a crónica de jornal do dia seguinte. O Venâncio, responsável pela crónica social do Diário dos Açores, estava particularmente atento aos projectos de viagens. Era deliciosa, a crónica social, provavelmente a mais lida no meu tempo. O senhor X embarcou hoje

no Carvalho Araújo para se reunir à festa da filha, em Lisboa, que celebra as suas bodas de prata. O senhor Y também foi a Lisboa, para fazer uma conferência sobre o priôlo do Nordeste na Sociedade Amigos de Apolo, conceituada confraria intelectual lisboeta. E, mesmo, a família Z partiu para férias para a sua magnífica quinta no Livramento. Lá se discutia também a última história de mariquice ou de adultério, o casino clandestino do doutor A, a expulsão da tropa do major Carreiro, com nota infame na Ordem do Exército aludindo a problemas de costumes, as dívidas das senhoras bem na Loja Correia ou na ourivesaria do Martins do Vale.

Até eu tive honras, quando recebi um prémio de investigação já há muito esquecido. O mal é que a minha mãe não tinha nenhuma outra fotografia recente, e lá apareci no jornal fardado de cadete da Armada, como se o trabalho tivesse sido feito na Escola Naval.

Neste puxar pela conversa de sofá entre amigos de copo na mão, lembrei-me agora de que ainda não posso sair da Pepe. Não é por ter de me despedir do senhor Mateus, que dava fama à casa com a especialidade dos seus gelados trazidos de longa estadia nas Américas, mas homem de feitio execrável, que Deus cá pôs só para nos mostrar até onde pode ir a antipatia.

Tenho de cumprimentar é outro homem pitoresco, sozinho na sua mesa de canto, absorto sabe-se lá se em que poesias nunca escritas, se em amores inconfessáveis, o senhor Mozart. Era fotógrafo artístico, de grande sensibilidade. Nos meus velhos tempos, ainda se ia ao fotógrafo para as fotografias de circunstância, em estúdio. Tenho as dos meus avós e pais, em anos de diferença, há uma da minha primeira comunhão que horroriza o meu sentido estético, e até um trio dos irmãos “Costinhas”, muito bem emoldurada em prata, oferta da minha mãe ao seu marido. Outra, muito solene, do meu avô José da Costa, com uma condecoração de que muito se orgulhava, ele que era um homem modestíssimo.

Na época, o estúdio de fotografia mais conhecido em Ponta Delgada era o Nóbrega, mas o artista fotográfico era o senhor Mozart. O senhor Nóbrega, madeirense como o nome diz, não tinha paciência para fotografia de estúdio, gostava era da reportagem, contacto estreito com os notáveis, procissão, sessão solene na Câmara, baile do Clube Micaelense, entrega dos diplomas de quadro de honra do liceu, tudo bem exposto na montra. Artista era o senhor Mozart, incompreendido naquelas terras, aprimorando-se tanto com o bebé Nestlé como com o magala bronco que queria tirar fotografia para namorada ainda mais feia e bigoduda, naqueles casais em que se espera que o bebé venha a ter a inteligência do pai e a beleza da mãe. Conheci o

senhor Mozart já entradote, macambúzio e temperamental, solteiro, de uma sensibilidade requintada (os leitores que adivinhem o resto). Devia ter herdado isto do espírito romântico dos pais. Ele chamava-se Wolfgang Amadeus Mozart da Silva. Só na minha terra...

Deixemos a Pepe. Voltando à ínclita personagem, com tudo isso, o doutor Atanásio fez o seu currículo de emérito historiador açoriano. A ele se devem contributos notáveis, como os seus escritos no Correio dos Açores sobre o raio que destruiu em 1745 o cata-vento da igreja da Ribeira Seca ou, mais notável, a história do conflito entre duas famílias de Ponta Garça por causa da venda de umas galinhas aforadas. Só tinha um defeito, era demasiadamente preguiçoso para se dar ao trabalho mais ingrato de um historiador, a pesquisa paciente nos arquivos. Pagava uns extras a uma prima minha, ajudante de bibliotecária, para lhe reservar uns infólios escondidos, que passavam a ficar inacessíveis a outros eminentes colegas.

Se o doutor Atanásio julgava que um seu texto erudito não tinha tido suficiente divulgação, convocava toda a família para o serão, sentava-se na cadeira patriarcal, esperava pelo silêncio venerador, pigarreava e debitava para toda a audiência o indigesto escrito. A família protestava então contra a mediocridade da censura da imprensa local e o ego do doutor Atanásio reconfortava-se para o sono repousado, de roncadador famoso que nem deixava dormir a criada no seu pobre quarto do sótão. O mau feitio revelava-se no enrubescer da face e no pingar do nariz sempre que alguém punha em dúvida as suas investigações. Começava todas as conversa por dizer “como já escrevi na minha obra de historiador destas nobres ilhas...”. Tinha outra variante, para ocasiões mais solenes: “Ficaria mal com a minha consciência e com o meu modesto afã de venerador de Clio se não dissesse algumas palavras nesta ocasião solene”.

Tresvariei na brincadeira ficcionista. Tenho de ter cuidado porque muitas das minhas personagens ainda são identificáveis, têm netos que talvez me leiam. Os Drs. Atanásios que conheci, e foram mais do que um, eram pessoas bem estimáveis, no contexto local.

O naufrágio do Pamir

Sebastião prometeu-me poderes de visão de alminhas, não em árvore mas em poste. Afinal, não é poste de electricidade, é o mastro do Pamir, alguma coisa que só eu vejo. Poderão pensar que é pura invenção para provocar os amigos e os leitores mas foguemabrase se não é pura verdade. Agora, o significado que cada um dá à verdade é que já é coisa muito mais complicada.

O meu mastro das alminhas está bem defronte da minha casa. Esquecida tantos anos a promessa do Sebastião, só agora é que o vejo e foi preciso que a proximidade dos sessenta me tornasse tão necessária a reconstrução de memórias e a sua integração numa espécie narcísica de nova personalidade de despedida – que ainda falte muito. Esquecido dessa premonição que me fizeram em criança, não percebi a princípio o que eram aqueles pássaros que pousavam no meu mastro. Só quando eles começaram a falar comigo em linguagem de gente é que compreendi que eram as minhas alminhas, pessoas que conheci e que merecem memória, uns porque me marcaram muito, outros pelo pitoresco/picaresco das suas personagens em vida.

Há uns anos, começando a minha reforma precoce e com o velho sonho de um jardim, comprei uma casa nova. Jardim pequeno mas bem projectado, só lhe faltam as criptomérias para, em longas horas de espreguiçadeira, mal vem a primavera, me rever na minha terra. Mas tenho, como boa imitação, uma belo renque de tuias, entre-meando-se com hortênsias que só me aborrecem porque vêm sempre brancas, quando as queria azuis. Noutro canteiro, azáleas, a lembrarem-me que devia mandar algumas para os tapetes de rua da procissão do Senhor Santo Cristo. E até tenho pujan-tes conteiras, de lindos cachos amarelos, cujo néctar vou chupando, à maneira da infância.

A minha casa é simples mas de arquitectura um pouco invulgar, toda lançada em curvas para diante, que me levaram logo a chamá-la “o navio”. Tem um costado cin-

zento, às barras, entremeado por umas riscas brancas a demarcar os “decks” e avança para a rua como proa a desafiar as vagas. Só não tem o é o mais definidor de um navio, o cheiro característico, mistura de mar, tintas e combustíveis. Eu bem queria, mas isso a minha mulher não toleraria, que não partilha comigo a paixão pelos navios.

A proa, varanda aguda do meu quarto, prolongando a curva da parede cinzenta casco de navio, com vigias e tudo, é perfeitamente adequada a cenário da canção dos amantes do Titanic. Um dia destes, lá ponho telescópio, sextante, sino de bordo e comandarei o grumete meu filho para virar o leme a sotavento do ar que sopra desde as minhas ilhas. Formarei guarda de honra entre os seus amigos, para cerimónia ritual de hastear e desfraldar a bandeira, ao comando do apito de marinha que ainda guardo. Alma de marinheiro nunca se desvanece!

Foi esta ideia de casa-navio, a que faltavam os mastros, que me reevocou, tantos anos depois, o meu sonho das almas e uma mudança radical na minha vida, de homem prosaico a homem que quer viver cada vez mais apressadamente, com a angústia de um tempo veloz, tudo o que a vida ainda tem para lhe dar, mesmo que só na imaginação recriadora da memória.

Agora, quando recebo amigos pela primeira vez, ainda ao portaló do meu navio, divirto-me a perguntar-lhes o que é aquela coisa alta e esguia mesmo em frente da casa. Eles olham-me, duvidosos da minha sanidade e respondem, como a um velho gagá, que é um poste de iluminação, três luzes intensas de amarelidão a que o meu sono já se habituou. E, mesmo aos melhores amigos, não digo mais nada.

É um teste aos meus amigos, mas dispensável, porque já sei que é segredo só meu e do Sebastião, por ele adivinhado há muitos anos. Eu próprio ainda não tenho domínio completo sobre o meu mastro, porque às vezes me falta vê-lo. Todavia, é verdade e certo que o mastro nunca me falta quando nasce uma criança futura vedora de almas – que pena que não seja todos os dias – ou quando um dos meus netos me telefona com uma história qualquer de encantar, seja um episódio marcante da vida de escola ou um ponto excelente, seja gaguejando de entusiasmo pela vitória do Benfica. Então, nasce um arco-íris que sobe desde a base forte do meu mastro das almas.

Já reparei também que é mais vulgar o mastro aparecer-me quando o céu do crepúsculo tem uma faixa roxa muito viva, quando o asfalto da minha rua cheira a canela, quando me lembro do Cavaleiro Andante, quando a lua cheia é cortada pela navalha buñueliana de uma nuvem muito fina ou quando, ao longe, vejo o Bugio envolto numa neblina verde de prado micaelense, a fugir levemente para um azul de hortên-

sia.

Tentando muito e não sei por que experiência estranha, sei agora de uma forma segura de ver o mastro e chamar uma ou outra alma: escondo entre as ervas em seu redor a minha única relíquia de menino, o pião que foi comigo para o primeiro dia de aulas, hoje estalado e cheio de marcas das bogueixas de uns piões selvagens de cravo de ferradura. Também funciona a minha coleção de berlindes, quase todos de garrafas de pirolito do Melo Abreu, mas esta dos berlindes de infância já é bem conhecida.

Nasce-se fadado para as almas ou então quando se sabe chorar por uma criança. Houve um dia, em menino, em que chorei por muitas. Atracou à doca de Ponta Delgada um lindo veleiro alemão, o Pamir, levando a bordo uma centena ou mais de crianças-cadetes, como eram os da nossa dona Fernando II e Glória, hoje só atracção turística. Sem lhes poder falar, pela barreira da língua, vi-os a passearem-se pela cidade, num dia bem bonito, meninos lourinhos e garbosos no seu uniforme de jalequinha azul e boné branco, com um espadim dourado que me encantava, eu que só tinha espadas de madeira feitas pelo paciente mestre Aníbal.

O navio voltou ao mar, mar traiçoeiro dos Açores que numa noite virou de ameno da véspera a oceano negro e urrante, de tempestade ciclónica. Ao perto, viam-se as Formigas, pequenos ilhéus desgarrados na vastidão do mar, hoje apercebidos quando, de avião, aproximando-nos de S. Miguel, vemos uma mancha branca na monotonia do azul. De pequena mancha da espuma das vagas, as humildes e rasas Formigas altearam-se em grandes penhascos. As cavas das ondas eram grutas enormes, o timoneiro teve que se atar ao leme, três voltas deu, e os marinheiros mais destemidos, transidos de medo, subiram às vergas para enrolar as velas. Os meninos cadetes tremiam nas suas macas, chorando pelas mães. Duas grandes ondas pegaram o navio pela proa e pela popa, deixaram em vazio a meia-nau. O cavename, que já rugia antevendo a morte iminente, partiu o navio em duas metades não flutuáveis. O Pamir naufragou, perderam-se os meninos cadetes. Eu, da mesma idade, que não tinha falado com nenhum, chorei por eles, com lágrimas que não vinham dos olhos mas do fundo do coração.

Os meninos-cadetes alemães souberam disso, vieram então depois, de farda de gala, com clarim e tambor, mostrar-me o que viria a ser o melhor presente, só muito depois compreendido: um mastro do Pamir com as suas vergas, ainda uns restos de pano e um grande cabo que não percebi então para que servia. Deram-me também um espadim dourado, que guardo como tesouro e que legarei ao Museu da Marinha

de Hamburgo. Fizeram-me continência, deram meia volta e marcharam a toque de clarim e tambor para uma grande onda que os engoliu, se dobrou, recuou e acabou por desaparecer.

Este é o meu mastro das alminhas, onde elas, com permissão do Supremo, me vêm fazer visitas. Há dias em que em tenho muitas vindas ao seu mastro, outros não. Mas há uma presença permanente no topo do mastro, a da minha avó, que aparece como estrela, tão orgulhosa como carinhosa, mas com um brilho um pouco desvanecido pelo sofrimento de doente no fim da vida. Chamava-se Adélia, nome pouco vulgar, talvez influência da filha Adèle de Vítor Hugo, que estava então na moda nas famílias cultas.

Quando o mastro se ergueu defronte da minha casa, ainda sem alminhas visitantes, mas com aquela estrela no topo, eu soube logo quem ela era. Bastou ouvir, da primeira vez, um doce “João Manuel” como só ela sabia dizer, ainda por cima com pronúncia da Praia da “Vitoira”. Não me podendo fazer as festas com que me adormecia, ela que quase me criou enquanto a minha mãe trabalhava, manda-me uns raios de luz que me adoçam a pele. Nos últimos tempos tem estado um pouco exigente, discutindo comigo as receitas que devo incluir no meu livro de cozinha. E não é que lhe deu para querer ser co-autora? Razão toda tem ela, que bem merecia, mas eu passaria por maluco, pondo no rosto do livro uma autora há tanto tempo desaparecida.

Quando lhe disse que ia escrever esta história, vi na estrela-avó uma sombra de palidez no brilho nacarado. A avó não me quis dizer o que era, como nunca se zangava comigo, mas compreendi o seu pudor e o seu grande sentido de posse das memórias de família, que tanto contribuía para a sua identidade de senhora terceirense, produto de uma pequena aristocracia rural que cá só adivinho um pouco na leitura da “Morgadinha dos Canaviais”. Não tenho dúvidas: os açorianos andam sempre num balanço perpétuo entre passado e futuro, com o presente a passar de raspão. A sua vida são os avós e os netos, num ligar de gerações. Acho isto complicado e, assim, também eu não vou escrever mais sobre a minha avó, que o muito que há para dizer é só nosso, perdoem os leitores.

Falo ainda da minha outra alminha de excepção, que também é estrela e não passaro, como são todas as outras. Não está lá sempre, mas vem muitas vezes visitar a minha avó e sua querida amiga, apesar de, em vida, ter tido idade de sua filha. É pequenina, toda delicada, como sempre foi na existência física e com uma luzinha de estrela fugidia. Raramente me fala, limita-se a tremeluzir, sorrindo com a doçura da sua imensa afeição por mim. Para ela, não quero inventar um pseudónimo. É a minha

tia Maricas. Amou-me em miúdo, depois os meus filhos em horas de colo intermináveis. Pequenina em físico, mas uma alma enorme. Era filha da minha “avó” Constantina, figura de senhora como nenhuma outra, a não ser a avó Adélia.

A casa da tia Maricas era como se fosse a minha segunda casa. Com prazer enorme, o ritual era frequente: vestir pijama e roupão, almofada debaixo do braço, e descer uns metros da Rua do Saco para ir dormir uma noite em casa da tia Maricas e saborear o bom pequeno almoço da velha Mariana, já cambaleante, criada fiel de muitos anos, sempre identificável pela sua bata de chita em xadrez e umas típicas sapatilha de ourela.

Todas as minhas outras alminhas são pássaros e, às vezes, que passarões! Não percebo bem porquê. Qualquer pessoa de bom senso pensaria em flores, em estrelas, em pequenas nuvens cintilantes. Talvez em anjos com asinhas, auréola, toques de harpinha e tudo o mais que a iconografia consagrou, mas admito que tudo isto é bastante prosaico. Mas porque não bolhas diáfanas com um feto dentro, à 2001, na metáfora do renascer? Ou figuras de oguns promovidos, exuberantes nas suas vestimentas e adereços, batucantes frenéticos e em transe, que me são tão caros, a mim que alio a leitura insaciável de tudo o que é literatura baiana à minha vivência angolana? Mas são mesmo pássaros, mito do Ícaro de todos nós.

Na descida, que a viagem é bem longa, vão pousando e descansando no tal cabo preso ao mastro, que agora já sei para que serve, embora nunca consiga ver onde ancora o outro extremo, perdido, cada vez mais ténue, no azul do céu. Como as minhas alminhas perderam, com a eternidade, o sentido das horas, vêm por vezes a tempo impróprio. Estou em pleno sono e lá acordo com esse santelmo que os meus visitantes acendem e que me afarola o quarto. Chego a irritar-me mas desculpo-os, embora, na minha idade, precise de bom sono e de não ser acordado quando calha. E são exigentes e caprichosos, se lhes faço xu e um gesto de despedida, ainda mais piam.

Esta noite, então, foi um reboliço. Vieram muitos, empurravam-se para poderem pousar nas vergas, punham-se em biquinhos de pata para me chamarem a atenção e poderem falar antes dos outros. Uma vergonha para quem tem que se portar bem lá no Céu. Alguém lhes disse que eu ia fazer escrita desta história e ninguém quis ficar de fora. Tive que prometer que falaria de todas. Adivinho que o boateiro foi o meu tio Vasco, que ouviu a história na Pepe, a sua indiscutida central de informações e de mexericos.

A minha águia real

Da visita mais frequente ao meu mastro, não vou falar muito, porque é propriedade que sinto muito minha: é o meu pai, que vejo sempre como águia real, que era figuradamente em vida e agora merecidamente, como a minha alma mais querida. Raramente poisa no meu mastro, conversamos mas enquanto ele águia paira, dominando os ares, que é assim que as águias são mais bonitas.

Muitas vezes, vem por minha invocação, quando bem preciso da sua ajuda, outras por sua iniciativa, por intuição de que me pode tirar de algum sufoco existencial, outras simplesmente porque também a ele lhe apetece conversar comigo. A minha mãe inveja esta minha capacidade, mas diz que, felizmente, na sua religiosidade, também tem outras formas de conversar com o marido. Estas visitas do meu pai também me aliviam a consciência, porque são um pagamento de dívidas. Só agora lhe digo tantas coisas deixadas por dizer em vida, tantas manifestações do apreço mais terno que pode haver, coisas que pai e filho muito identificados intuem, não dizem, mas que sabem tão bem ouvir.

Imitando Melville, quando o inverno me parece estar a chegar cedo de mais; quando a bruma do Tejo me cheira a melancolia; quando me apetece desancar furiosamente nos sábios estabelecidos; quando me apetece dizer que o gin tónico do Peter's é uma aldrabice; quando me apetece escrever que a bandeira portuguesa é horrorosa; quando me dá vontade de atirar o porta-moedas à estátua do Saldanha; quando me apetece deitar para o lixo o Zocor e o Vascase; quando não distingo, numa mistura baça, os verdes ricos do meu jardim; quando a pimenta preta me sabe a branca; quando só a imagem de um barquinho a balouçar suavemente me faz cair no sono; quando quero escrever bronze e me sai bronco; quando o azul do meu mar açoriano vira cinzento; então sei que é altura de chamar o meu pai para uma conversa secreta, às vezes feita de silêncios eloquentes. Então sei também que é altura, com a sua

ajuda, de ir para um mar só meu, no navio de fantasia da minha infância, com um vento que o meu pai sopra, como sempre fez, dando-me o vento mas nunca interferindo no meu papel de timoneiro.

A minha grande felicidade é que já vejo tudo isto nos olhos dos meus filhos.

Confesso que tudo isto é pieguice, coisa de que não gosto nada. Mas sou assim, sentimental e piegas, surpresa para quem me lê noutros escritos, de discussão racional. Nesta pieguice, tem especial relevo a minha ligação ao meu pai. Pais são todos especiais, com todo o amor de gerar posterioridade. O meu foi muito especial. Instruiu-me, deu-me conhecimento, alimentou-me as leituras, estimulou-me, deu-me muita companhia, muitas vezes muda, nas suas tarefas ou nos seus lazes. Queria fazer-me sentir bem como a minha simples presença a seu lado era um seu prazer. Era o reconhecimento de que valia a pena eu dar conta da vida, a seu lado, sem ele precisar de me dizer nada, confiante na minha reduzida argúcia de criança. Mas nada disto é comparável com o de mais importante me deu, só com o seu exemplo: a formação do carácter.

As alminhas

Na minha terra, as almas dos falecidos são lembradas de forma bem bonita e comovente. Recordam-se nas “alminhas”, à entrada de cada freguesia. São uns pequenos oratórios à beira da estrada, um pilar de altura até ao peito encimado por um nicho com uma imagem e um pedido de oração pelas almas da freguesia, apesar de anónimas para o viandante de passagem. Ainda hoje, há sempre quem se dê ao cuidado de iluminar e florir as “alminhas”; talvez algumas velhas ainda guardiãs dos usos ancestrais e com cujo passamento provavelmente também esses usos desaparecerão. Nos tempos de palmilhar estrada a pé descalço, nenhum viandante deixava de se descobrir diante de uma “alminha” e rezar uma oração. Lembro-me de alguns que, nos seus passeios de carro, nunca deixavam de largar momentaneamente o volante para se benzer ao passar por uma dessas alminhas. Hoje, a muitos à hora, quem é que pensa nisso? Penso eu, saudosista inveterado, embora descrente de orações, quando me passeio pelos caminhos da minha terra.

Mesmo à velocidade do carro, medito nesse sentido ancestral e comunitário da preocupação pelas almas. Todos nós, aqui, nos habituámos ao culto dos defuntos, no 2 de Novembro, mas culto familiar e fechado. Quem é que, nesse dia, vai florir as campas da família e se lembra, ao mesmo tempo, dos milhares de outros anónimos que habitam o cemitério, num convívio animado de espíritos que se passeiam voando a altas horas da noite? Eles sim, fazem grande família, provavelmente desgostosos com a indiferença a que os seus familiares terrenos se votam mutuamente. E, nesta tristeza, que alegria deve ser para eles seguirem, lá do alto, um ou outro raro namoro de viúvos de campas vizinhas, a terminar em casamento serôdio? As almas não têm ciúmes, maior razão teriam os que cá ficam se soubessem dos amores que pairam lá por cima.

Nos Açores, almas próprias e almas dos outros, é tudo a mesma coisa, de gente

irmanada na prisão das ilhas e comungando todas nas suas tristezas, desde o penar telúrico dos castigos divinos até à miséria da antiga exploração senhorial. Daí também a sua profunda religiosidade, toda assente nos “mistérios” e na protecção divina contra os males da terra e do mar.

À primeira vista, as minhas alminhas não se distinguem bem das histórias que as envolvem nas minhas recordações, e que vou contar, umas vividas, outras de ouvir narrar em conversas de família, à maneira antiga, em que algumas já eram alminhas da minha avó. Referir-me só às histórias é a maneira mais fácil, mas talvez não a mais correcta. Essas histórias não valem tanto por si próprias, mas principalmente como retratos, às vezes em duas simples pinceladas, de personagens bizarras, entre o extravagante e o verdadeiramente delirante. As minhas alminhas.

São muitas, as que agora vêm pousar no meu mastro. Não me sinto capaz de lhes fazer uma escolha, neste escrito. Se estivesse a escrever um romance, era impossível, porque o excesso de personagens confunde o leitor, como em romances pouco cuidados, com dezenas de personagens, em que a autor às vezes se esquece de que já matou uma personagem uns capítulos atrás. Nesta história é diferente, não se assuste quem me leia. Cada uma delas, à auto vicentino, vai entrar em palco pela esquerda baixa, vai deixar o seu retrato ou a sua anedota definidora, vai sair definitivamente pela direita alta. Não farão parte de nenhum romance, não há nenhuma trama romanesca a ligá-las, vêm ao meu mastro, dizem o que têm a dizer e vão-se embora.

Mesmo os meus filhos não acreditam nas minhas alminhas ou duvidam das suas histórias. Lá chegará o dia de as conhecerem, mesmo que seja o meu dia final. Nesse dia, não quero velório de capela mortuária. Armem a essa junto ao meu mastro, iluminem-no bem, sem esquecer as luzes de navegação, alcem as quatro bandeirolas da ordenança de JMVC, enfeitem o mastro com umas azáleas, se for tempo disso, ou com umas hortênsias do jardim, e logo verão. Prometeu-me há dias o Sebastião que, excepcionalmente nesse dia, todos se revelarão aos mortais. Será grande piadeira de carpimento, misturada com a alegria de finalmente me terem por companheiro. E não me fechem os olhos, para eu, olhando até ao topo do mastro, os poder ver a todos. Depois virarei mocho, que águia já há uma, o meu pai, e virei cá, sempre que puder, a animar os meus filhos. Verão eles então o que valem as alminhas.

Somos como uma casa. O projecto está-nos nos genes, foi-se desenhando ao longo de gerações, recombinao heranças múltiplas, como a natureza sabe fazer. As fundações e a estrutura fizeram-nas os nossos pais e os nossos avós. Mas mui-

tos dos tijolos, ou blocos de cimento como se faz na minha terra, têm inscritas as assinaturas das muitas personagens com que se fez a nossa vida desde criança. Em alguns casos, a assinatura vem com todo um texto, noutros com uma simples anedota definidora. Prezo igualmente umas e outras.

Em si, essas histórias são, muitas vezes, simples anedotas, coisas para divertir os amigos e certamente para muitos leitores que as lerem será assim. Temo algum descrédito deste livro, convertido em simples escrito humorístico. Não será que, para quem não conheceu todas estas pessoas, ficam apenas meras anedotas, de literatura menor? Este livro não se arrisca a ser apenas uma colecção de historietas? Quero que fiquem de mim com a ideia de um escritor cómico?

Gostava que, ao lerem este texto, as pessoas, conhecida uma história, se perguntassem: “Mas que pessoa estranha era aquela? Ainda existe disso? Que meio e modo de vida era o desse tempo, que permitia personagens reais que já não encontramos?” Ou sou eu, produto desse tempo, que também já invento muitas delas, trocando as voltas às recordações infantis?

Quem pode confiar na memória de infância? Está lá muito escondida num pequeno armário do cérebro, é traiçoeira, mente-nos, como descobrimos, por outros testemunhos, que fazemos muitos palimpsestos ao longo da vida. Histórias de menino são inevitavelmente difusas. Fica-nos um fundo de muito riso que elas despertavam nos serões de família, mas que se vai misturando, ao longo do tempo, com alguma efabulação a compensar a degenerescência da memória. A meu ver, o que interessa é a graça da história e o espírito da época que ela pode simbolizar. Uma ou outra inexactidão factual pouco conta. Se um pintor me retratar com uma gravata azul em vez daquela vermelha que eu tinha posto, que mal faz isso? Desde, claro, que não me ponha uma gravata com o rato Mickey!

Estas minhas conversas tanto são contadas entre amigos como em família, que também as cultivo. Fico triste com os sorrisos mudos da minha mãe, quando a confronto com algumas das minhas memórias de meninice. Algumas vezes, a mãe assevera-me que uma ou outra história é mesmo verdadeira e até lhe acrescenta pormenores já esquecidos no meu ouvir contar. Outras vezes ainda, ela julga adivinhar quem é a personagem, mas já muito modificada na minha narrativa, outras vezes chega mesmo a dizer que nunca ouviu falar de tal pessoa. Pudera! Nessas alturas, peço-lhe que não diga nada, porque mudar as minhas histórias é pôr-me em causa. Sofro quando ela me corrige e me reconta uma história numa versão real mas sem graça, desfazendo-me involuntariamente uma reconstrução da infância.

Desvariando sobre a infância

Ai, a infância! Não há nada mais belo no mundo, a não ser, no extremo oposto, a sabedoria dos velhos, trocada por vezes nos silêncios eloquentes, sentados no banco à porta da taberna, bebendo o sol alimentar do seu sangue tristemente arrefecido, de répteis humanos.

Esta história é simultaneamente da infância e dos sessenta. São indissociáveis. É um ajuste de contas com a vida e a minha visão da imortalidade, eu que não creio noutra mais espiritual – apenas a de uma memória deixada, com a ambição que a descendência me mantenha vivo da mesma forma como mantenho vivos os meus avós e todos os que me foram queridos.

Quando é que acaba a infância? Podemos desenvolvermo-nos em homens-meninos, coisa muito diferente de continuarmos meninos-homens? Assunto complicado, que tem a ver com o perecimento do adquirido. Diz-se que ninguém se esquece de nadar, patinar ou andar de bicicleta, depois de aprendido em miúdo. Isto é prosaico. Há outras coisas muito mais importantes que a vida oblitera, como saber voar para a Terra do Nunca, namorar aos cinco anos de forma tão diferente, sempre com a pergunta inquieta de como é o pipi das meninas, saber apreciar como néctar o dedo final da cerveja do pai nas festas do Senhor Santo Cristo.

Acima de tudo, a roturante morte da infância que é dizerem-nos que o Pai Natal não existe. Na minha terra, era o Velho do Natal. Não existe? Essa agora, quantas vezes eu o vi, escapando-se rapidamente da despensa onde tinha deixado as prendas, depois de tocada a campainha a chamar a miudagem? Confesso, no entanto, que sempre me ficou a atormentar que o meu Velho do Natal não fosse a rotunda personagem a quem eu escrevia as cartas dos desejos. Coitado, o meu tio Carlos não podia fazer melhor, era magro que nem um espeto.

Há quem me diga que não teve uma infância marcante. Não há infância imarcan-

te, pode haver é infância esquecida. Ela está lá sempre, para quem sabe ser sempre um pouco menino no fundo dos modos de adulto. Conversando no libertar pós-prandial das inibições, tenho muito prazer em observar, frequentemente, que as minhas histórias vão evocando outras parecidas nos meus amigos mais preocupados com a vida do dia-a-dia. Todas as nossas infâncias são marcantes, todos nós podemos lembrar delas; o problema é que, em geral, as arrumamos no lugar demasiadamente organizado de todas as memórias. São diferentes conforme a vida, mas são todas marcantes, sejam as de “gente feliz com lágrimas”, sejam as que depois acordam como “raiz comovida”.

Se alguém me disser que a sua infância foi vulgaríssima, não acredito. Esqueceu foi a escola, as reguadas de uma qualquer dona Salete, o ranho sempre a correr de um Francisco, os traques constantes de um Zé Gordo e a cabeça sobre a carteira de um António, atascado com o seu pequeno almoço de mata-bicho, uma sopa de pão e vinho. Esqueceu os terríveis berlindes de aço, pedidos ao mecânico da esquina dos restos das caixas de rolamentos. Esqueceu as reuniões clandestinas de braguilha aberta para comparação de pilas ainda não amadurecidas. Esqueceu o bafo de sotaina encardida do confessor. Esqueceu a catequista, velha decrépita entre freira frustrada e beata com sonhos fantasiados. Esqueceu o chapéu posto a meio da rua, tapando uma pedra, para grito dos amantes do pontapé seja lá em que for. E tanto mais!

As alminhas vão ter de esperar, que esta coisa da infância ainda tem muito que se lhe diga. Começa logo pelas origens. Se muito uniformes, banalizam-nos. Se contraditórias, desenvolvem-nos em conflitos de influências, que, se bem resolvidos, nos enriquecem pela vida fora. Já não é questão tão decisiva como soía, a das origens. Hoje, a muito maior mobilidade social e o acesso a novas formas de nobilitação, pelo alargamento da educação superior ou pelo bom sucesso de fortuna, esbateram em boa parte as fronteiras sociais. No meu tempo, afinal historicamente bem recente, numa sociedade muito estratificada, de que a açoriana era exemplo marcante, as origens eram privilégio ou condenação dificilmente ultrapassáveis.

As minhas, felizmente, são muito díspares, mesmo conflituais, a obrigarem-me a uma síntese proveitosa. Criei-me no meio de tradições e modos de estar nem sempre fáceis de harmonizar, desde a origem bem modesta do meu avô paterno, que vai ser personagem importante desta história, alcandorado depois à melhor aristocracia intelectual, até à influência marcante da minha amorgadada avó materna, que quase me criou, compensando as ocupações profissionais da mãe. Tinha dito que não fala-

va mais da estrela-mor do meu mastro, mas não resisto.

Era um retrato vivo da Margarida Dulmo. Família ativa, mas isto de pergaminhos de nascimento passou à história, o que conta é a nobreza de carácter e a educação que se auto-constrói. A avó Adélia era orgulhosa e senhora dos seus arquivos familiares como só as pessoas notáveis da Praia da Vitória sabem ser, mesmo que exemplos de decadência adivinhada de uma pequena fidalguia rural. O que eu podia contar do seu avô João Aguiar, morgado e patriarca que se podia dar ao luxo de manter em casa gerações sucessivas de descendentes e que, senil dos seus vários acidentes cerebrais – infeliz herança de família que me atemoriza – já não reconhecia ninguém da família mas protestava sempre que não lhe serviam a sopa por colher de prata? Ou que fugia de casa, já velho trôpego mas com genica, a fazer a pé os quilómetros até ao Porto Martins, para se sentar absorto a ver o mar, em pedregulhos onde a família já sabia que o ia buscar e de onde, muitos anos antes, lhe acenavam familiares e caseiros quando o vapor o trazia de Lisboa, de regresso da obrigatória viagem anual à “civilização”?

No entanto, a avó Adélia sabia libertar-se da sua educação rígida quando ia para as quintas do seu avô João Aguiar. Era então mais uma miúda camponesa, brincava com as bonecas de folha de milho das outras crianças, dominava os trabalhos agrícolas, acompanhava a vindima e deliciava-se perfidamente com a matança do porco. Por isto, não desdenhava trocar a mais elegante conversa de salão, para que tinha sido educada, por cavaqueiras com os quinteiros. Só fazia questão era que fossem educados – ou, nos seus termos, bem ensinados –, ao contrário de alguns senhores do seu meio, a que chamava apenas delicados. Por educados, ela entendia uma mistura de inteligência, valores e maneira de ver a vida e de se comportar coerentemente com isto.

Uma noção de cultura integral em que, sem saber, foi pioneira. As suas conversas mostravam isso: conversas elegantes mas recheadas de ditos populares a que o seu finíssimo humor ainda dava mais graça. Sempre tive um encanto especial por uma máxima da minha avó, já desactualizada, mas que ainda diz muito: “A educação de um cavalheiro vê-se nas mesas: na mesa de jantar, na mesa de jogo e na mesa da comunhão”. Eu hoje diria a mesa de reunião, em vez da de comunhão. Confesso que, sendo um homem de hoje, não deixo de ter algum fascínio por essa antiquada maneira de ser da minha avó. Talvez eu seja o mais elitista dos democratas que conheço.

Nesta história, valorizo principalmente a segunda infância, que identifico com a escola primária. Antes, era a infantil, luxo na minha época para quem podia pagar o

colégio particular. A minha foi especial, toda em situação afectiva particular, porque a minha educadora no colégio de Santana era a minha própria mãe. De pouco me lembro. Dizem-me que a fiz com sucesso, mas não me recordo de aprender a ler e contar. Tenho pena, porque a consciência desta conquista deve ser coisa memorável.

As grandes recordações da infantil são a de dois amigos inesquecíveis. Um foi o Bill, a quem devo o horror pelo racismo. Conviver em miúdo, com grande amizade, com um preto amicíssimo, vacina-nos para toda a vida. Ainda hoje, nunca deixo de ensinar aos meus alunos que isto de raças humanas é um disparate, em termos da genética moderna, para grande gozo dos numerosos alunos africanos que tenho. Mas lá estou eu outra vez a saltitar entre ideias.

O Bill, filho de um cônsul americano nos Açores, era negríssimo e muito me divertia com o seu português estropiado, muitas vezes misturado com calão ordinário aprendido com os criados. A grande festa para que o Bill convidava todos os amigos era a tarde do 4 de Julho. Creio que a noite seria reservada a recepção mais protocolar, aos notáveis da terra. Foram festas pioneiras, antecipando o que são hoje, com chapéus carnavalescos, bandeirolas e balões por todo o jardim, coca-cola que ainda cá não se sabia o que era, “cookies” e “candies” a abarrotar. Sem faltar o melhor, então uma preciosidade, as gamas. Nunca hei-de aceitar outro nome que não este da minha infância para as “chewing gums”. Do pai, só me lembro vagamente, a meter o saco de golfe numa daquelas típicas carrinhas americanas dos anos cinquenta, com esquadrias de madeira. Que será feito do Bill? Espero bem que não esteja num jardim de pedra, de recordação do Vietname.

O outro foi o Luís, que me fez descobrir a pronúncia continental. Ele tinha muito orgulho em dizer que era de Carcavelos, terra de enorme grandeza e praia do tamanho de toda a minha ilha, que eu fantasiava, nunca suspeitando que ia ser, tão mais tarde, a minha freguesia de residência actual. Foi ele que me meteu o vício, passageiro, do futebol, falando-me de gente ignota, Travassos, Peyroteu, Barrigana, Matateu. Amealhávamos uns trocos para comprar rebuçados com as fotografias dos jogadores, que trocávamos, sempre à espreita do esvaziar da lata para podermos comprar o último rebuçado, o que dava direito à bola. Nunca conseguimos.

Recuando na memória, a minha primeira recordação é ainda anterior, anjinho de dois ou três anos, vivendo na primeira casa dos meus pais, a poucos metros da esquina da R. do Frias, onde estava estabelecida uma mercearia. Seguro de mim, lá ia fazer compras, com um cesto em que a minha mãe, que ficava à janela a espreitar-me, punha a lista e o dinheiro. Parece que me desincumbia bem do trabalho, embo-

ra com uma vergonha. Ia só de bibe, nada por baixo – “yunderrwerrr” à gaiteiro escocês – e com umas botas típicas da Madeira, de que me lembro terem tido destino de lixo, todas curtidas. Como ainda hoje diz a minha mãe, “eras muito atinado, mas o chichi pelas pernas abaixo não te conseguia educar”. Ninguém é perfeito!

Depois, a escola primária, ainda no colégio de Santana, com uma das minhas alminhas-mor, o senhor Barbosa, que merece ter aqui lugar destacado, sem esperar pelo tal mastro das alminhas, em que é presença obrigatória. Já era velhote, reformado da escola pública. Não tenho palavras para descrever a afeição eterna que me ficou por ele. Creio que, na sua amizade, havia algum reflexo da grande ligação que ele tinha pelo meu avô, seu colega de estudos para professor primário. Até me tratava pelo mesmo apelido, o Pilingrinhas, corruptela de Palestrina, que parece que o meu avô cantava na perfeição.

Foi uma escola primária complicada, porque a fiz sempre com um ano de avanço. Entrei directamente para a segunda classe, mas isto causou-me uma repetição horrorosa da quarta classe, por não ter idade de ir para o liceu. Datam deste ano inútil imensos desenhos já perdidos e leituras do Cavaleiro Andante debaixo da carteira, com a tolerância do senhor Barbosa. Também umas insuportáveis explicações, ao fundo da sala, que ele me mandava dar aos meus colegas menos dotados, a quem o senhor Barbosa, na pedagogia da época, chamava os cabeça de mogango.

O meu filho mais novo, já universitário, ainda vai de vez em quando à sua escola dos Lombos visitar a sua querida dona Maria de Jesus. Toco-me com isto, porque, anos a fio, indo a férias da universidade, nunca deixei de ir visitar o senhor Barbosa. Há uns tempos, um amigo apelidou-me, jocosamente, de mestre-escola. Mal fazia ele ideia de como isto me iria desvanecer.

Afinal, talvez tivesse preferido outra escola da minha cidade, a escola da R. de S. Miguel, rua paralela e chegada à minha. Era a mais invulgar das escolas que já conheci e só me recordo dela graças à Suzete. Minha vizinha, duas ou três portas abaixo, na Rua do Saco, morenita engraçada, com laçarotes na cabeça, fazia sempre tentativas vãs para entrar nas nossas brincadeiras, a que o machismo incipiente das cobiadas e apanhadas resistia ferozmente. Só lhe dávamos atenção quando ela saía para a escola.

Escola privada, sem bandeira e sem lápide nominativa, fora do plano dos centenários, estabeleceu-se numa casa típica daquelas ruas, com porta abrindo para um corredor que se estendia até ao fundo da casa e para que dava a correnteza de quartos. Era nesse corredor que funcionava a escola, com a porta da rua aberta para iluminar

e arejar – e nós, malandros, a espreitar e a gozar. Junto a uma parede, um quadro, todo o equipamento da escola. Do outro lado do metro de largura do corredor, alinhados ao longo da parede, os alunos, ardósia ao colo e sentados em cadeirinhas ou bancos, que a escola não fornecia. Não sei já porquê, todos nós lhe chamávamos a escola da preta. E, à ida ou à vinda, lá delirávamos com ver a Suzete dos laçarotes, pasta de serapilheira numa mão e cadeirinha na outra.

O meu primo Jacob

Meti-me por atalhos, tenho de regressar à estrada principal deste livro. Há muitas razões por que nunca serei escritor prezado, mas este meu vício de me meter por veredas de narrativa não é das menores razões. Que me desculpe o leitor, assim como o fazem os meus ouvintes de cavaqueira, já bem habituados aos meus “onde é que ia?”.

Sebastião está na origem de toda esta história, mas remeteu-se a um silêncio envergonhado, escondendo a caixa de engraxador por medo de deslustre em comparação com todas as alminhas que lhe foram fazendo companhia e não compreendendo ele que tem direito a lugar primeiro. Tem alguma razão, porque, com o tempo, adquiriu primazia o meu primo Jacob, gestor do mastro e mestre de cerimónia dos dias especiais em que o meu mastro do Pamir vira festa dominical, missa muito mais divertida do que a de igreja. É a ele que se devem as minhas grandes festas das alminhas, só ele é que as poderia ter imaginado e merecido aprovação do Eterno. A história do primo Jacob pode parecer história fantástica demais, mas os que tiveram a sorte de ter um primo Jacob certamente acreditarão em mim.

Foi uma figura espantosa da minha meninice, homem que misturava uma grande seriedade no que era sério, ele que não brincava nos negócios, com um sentido de humor levado aos limites. Jacob era primo-irmão da minha mãe, mas como se fosse verdadeiro irmão, criados em casas pegadas e, sendo filha única a minha mãe, fazia dos primos os seus irmãos. É por isto que tenho uma família estranha. Aqueles a que todos chamamos primos são, pelo lado da minha mãe, os meus primos segundos, filhos de primos irmãos que eram como que irmãos para a minha mãe, carente de irmãos verdadeiros. Assim, estes meus primos segundos são para mim como verdadeiros primos irmãos.

O nome Jacob que lhe dou neste texto não é o seu, por recomendação de recato

de família, quando eu acho que tal personagem tinha bem direito a identificação real. O pseudónimo serve-me para recordar a minha costela judaica, de que não conheço muito. Fico-me pela memória esvanecida de família, às vezes contraditória, de um trisavô judeu sefardita de nome de família Bensabat e negociante internacional próspero, no ciclo açoriano da laranja. Estabeleceu-se nos Açores, casou com uma minha trisavó, mas adoeceu prematuramente, deixando a mulher grávida e indo morrer em Londres, em casa de um seu irmão que geria os negócios europeus da família. Por esta lonjura de gerações, nada me ficou da herança cultural judaica, a não ser uma irresistível admiração pelo povo judeu, tristemente contraditória com o comportamento actual dos governos israelitas.

O primo Jacob foi uma das personagens mais engraçadas que conheci e, ao mesmo tempo, das mais ricas em amizade e generosidade. Era um homem de vida desafogada, o que lhe permitia tempo de lazer para visitar os muitos amigos, ele que tinha um sentido profundo da amizade e que tudo fazia para ajudar um amigo, e tempo também para inventar as brincadeiras mais imaginativas.

Assim eram muitos homens desse tempo. Também me lembro de uma outra pessoa assim, o senhor Alves Mendes, embora desprovido do lado cómico do primo Jacob. Era homem rico que, por grande amizade com um parente meu, foi como meu padrinho quando me estabeleci em Lisboa como jovem estudante. O seu dia dividia-se religiosamente em dois. De manhã, jogar na bolsa, o seu vício inveterado mas que lhe deu bom proveito; à tarde, fazer a ronda dos amigos a saber do que precisavam, fosse tratar duns papéis, fosse falar com alguém das suas muitas relações para meter uma cunha ou, como aconteceu comigo, conseguir um bom desconto na Fiat para o meu primeiro 600, logo após o canudo.

Disse que o primo Jacob era homem de vida folgada, numa família que cultivou mais a actividade intelectual e profissional do que os negócios, ficando todos muito aquém de Jacob nos meios materiais. Ainda miúdo de calção e cábula militante, passava os intervalos das aulas acompanhado de um criado que carregava uma grande mala com cadernos, lápis e borrachas, com que fazia negócio rendoso com os colegas, porque não havia papelaria no liceu de Angra. Receio que todos os genes Bensabat se tenham concentrado no primo Jacob, não só no grande jeito para os negócios mas também num fácies tipicamente semítico. A mim, esses genes não chegaram, que nem sei comprar uma acção na bolsa e irrita a minha “gestora de conta” com o meu grande despreendimento com os investimentos. No entanto, costumo regozijar-me com essa variedade de origens: esse avô judeu, outro qualquer-coisa-avô

Lounet francês, uma trisavó alemã, uns ancestrais de origem espanhola. Julgo que isto me dá a ilusão de ser filho do mundo e de essa herança talvez substituir o que de pior há em ser português.

As histórias que tenho do primo Jacob dariam uma novela inteira. Há uma emblemática, a da família Pontagudo, mas agora lembrei-me de um hábito seu, infalível, que define bem a sua extravagância cheia de humor. Ele era provavelmente o maior amigo do meu pai, seu primo afim, a quem Jacob tratava sempre, por ser padrinho do meu irmão mais novo, como “compadre de um anjo”. O meu pai só ficava muito incomodado com os beijos que o compadre lhe dava em público, fosse em que lugar fosse, principalmente em café cheio de fregueses, gozando que nem perdido com o embaraço do compadre. Jacob foi sempre um padrinho devotadíssimo do meu irmão e dizia que uma das suas grandes festas tinha sido o “casamento” do meu irmão, por volta dos dez anos. Ninguém o convencia a dizer que tinha sido a festa da primeira comunhão.

Uma vez, foi durante alguns dias à Terceira, em viagem de liceu, o meu primo Zeca, do meu lado paterno, que era louríssimo e de olhos azuis. O primo Jacob, por amizade com o meu pai, tomou-o à sua conta, mas para azar do Zeca. É que o primo Jacob inventou e espalhou por Angra que aquele rapaz era o filho de um oficial alemão morto na guerra, mas que, antes, ele tinha conhecido em Lisboa. O Zeca passou a ser o Hitler Hans, nome que só o Jacob podia ter inventado. Foi convidado para as boas casas, o primo Jacob relacionou-o com todas as meninas “bem” de Angra, mas o pobre do meu primo Zeca passou esses longos dias de boca bem fechada, porque não sabia uma palavra de alemão e não se podia trair falando em português. Sorte foi não haver em Angra, pelos vistos, quem falasse bem alemão.

Por falar de férias em Angra, ainda vai outra recordação, mas descansem que não me esqueço da história principal, da família Pontagudo. Ao concluir o meu primeiro ciclo de liceu no primeiro ano em que houve dispensa de exame, com muita satisfação dos meus pais, eles puseram-me à escolha um prémio: ou um relógio – o que era um luxo na época, para um miúdo de 11 anos – ou uma viagem à Terceira. Não hesitei um segundo em favor da segunda, eu que era doido pelo primo Jacob. No dia da chegada a Angra, estávamos juntos numa pastelaria e ele reparou que eu não usava relógio. Ingenuamente, contei-lhe a história do prémio paternal. Ele foi imediatamente a uma relojoaria ao lado e ofereceu-me um belo relógio. A sua amizade para conosco era assim.

E que férias essas! Jacob fez delas tarefa profissional. No fim, já eu estava tonto

de tantas festas de Espírito Santo, de tantos bodos de leite, de tantas touradas à corda, de tanta alcatra diferente comida em cada freguesia em casa dos seus inúmeros amigos, do acordar-me de madrugada para ir ver fazer o pão, de que ele tinha o exclusivo de fornecimento aos americanos da base das Lajes. Mas, acima de tudo, o conjunto de amigos inesquecíveis que me arranjou e que, contra as regras deste livro, vou tratar pelos nomes, em homenagem a uma amizade não apagada pelo afastamento. Joãozinho Bruges, José Guilherme, Maria Angra, Teresa Canto, António Manuel, outros mais, companheiros da Silveira, de pescarias terminadas em miseráveis grelhadas de carapau, ainda se lembram de mim? Eu nunca vos esqueci, que mais não seja porque, menino de doze anos, regressei a casa com um grande amor. Por onde andarás ela, beleza efémera da minha infância, hoje certamente já avó?

Essas minhas inesquecíveis férias em Angra devem ter-lhe feito lembrar o que para ele também foram, em jovenzito, outras férias também inesquecíveis, passadas em S. Miguel, na Lagoa, em casa de um tio-avô meu que lá passou uns meses numa inspeção de finanças. A memória dessas férias e o sentimentalismo de Jacob, que tanto nos empatizava, resultavam num ritual sagrado. Nas suas muitas visitas à nossa casa em S. Miguel, findo o jantar, o primo Jacob chamava um táxi e levava-me com ele até à Lagoa. Aí, sempre em silêncio e exigindo também o meu, sentava-se num degrau da porta lateral da Igreja do Rosário, a fumar um cigarro e a recordar os velhos amigos de um só verão, que se lembrava de todos, os que aí se juntavam com ele em cavaqueira nocturna. Findo este cerimonial quase religioso, táxi de regresso para fim de serão animadíssimo na minha casa. A quem é que eu fui buscar o meu ritual, ainda hoje sempre mantido, da ida à Rua do Saco em Ponta Delgada e da cigarrilha fumada – que vergonha – na soleira da porta do 56-A?

A amizade do primo Jacob com a minha família era inexcedível, mas com muita extravagância pelo meio. Com frequência, telefonava à minha mãe de véspera a saber o que era o almoço em nossa casa, em Ponta Delgada. Se lhe agradava, ia de propósito da Terceira a S. Miguel para almoçar connosco, passando a noite a enjoar num dos “carvalhinhos”, o Cedros ou o Arnel, porque tinha muito medo de viajar de avião. Hoje não se imagina o que isto era e custava. Mas também era a maneira de se alimentar convenientemente, porque em casa, em Angra, pouco mais comia do que chá e torradas.

Estas idas ao nosso almoço também tinham história. Frequentemente, ele punha como condição à minha mãe que fizesse calhaus, a coisa de que ele mais gostava na nossa casa. Era simplesmente uma banal salada russa com atum e maionese, mas

servida em cascas de ostra, invenção da minha avó quando aqui ainda nem se pensava no uso das cascas de vieira. Esse é que era o pormenor essencial, que mudava todo o paladar! Para ele era uma delícia, mas para grande ofensa da sua mulher, que sabia que, em casa, ele era incapaz de comer a “porcaria” da maionese de atum servida no prato.

A sopa, nestes almoços, era também um momento especial, sempre esperado por mim e pelos meus irmãos. Nunca por nunca comia sopa, fazia-lhe muito mal, já tinha estado à morte por causa de uma sopa. Íamos para a mesa e, enquanto ele despachava o prato de sopa no meio de uma tagarelice engraçadíssima, nós os três miúdos, em silêncio, trocávamos olhares cúmplices. No fim da sopa, um de nós fazia a pergunta que ele já esperava: “Primo Jacob, reparou que comeu sopa?” Era um espectáculo! Caía da cadeira, tinha convulsões, dizia disparates, sei lá que mais. Que enorme talento para divertir crianças, ele que bem deve ter lamentado não ter tido filhos. Estou certo de que gostava de nós como se filhos fossem.

Vamos lá à história bizarra e emblemática que queria contar, que só por si retrata o meu primo Jacob. Ela só faz sentido porque este meu primo tinha um círculo de grandes amizades que incluía toda a elite de Angra, embora ele não fosse nada de farroncas familiares. Costumava dizer que era sócio do clube aristocrático de Angra, o Ténis Club, onde nunca punha os pés, só porque não podia admitir que houvesse um lugar em que ele não pudesse entrar. Uma única vez na vida lhe recusaram entrada em cerimónia, num jantar pomposo oferecido a convidados continentais por uma prima que muito lhe devia, mas que também sabia do que ele era capaz. Pior a emenda do que o soneto. Jacob foi para a cozinha da prima, distraída na preparação refinada do jantar e, no meio de tagarelice, como quem não quer a coisa, foi comendo azeitonas e enfiando os caroços, bem fundo, no puré de batata que já estava pronto para o jantar. Deve ter sido uma refeição de grande sucesso social.

Ora, uma vez, regressou ele a Angra, depois de uma das suas habituais viagens a Lisboa, fascinado com o conhecimento muito estreito que tinha travado com uma família de Lisboa, que lhe tinha sido especialmente recomendada porque iria brevemente para Angra. O marido era o coronel Pontagudo e a esposa, a senhora dona Abenz Vitória, era uma senhora das melhores famílias já não sei de que região do continente. Tinham dois filhos, o Heitor e a Helena, em idade de liceu, muito bem educados. Durante esta estadia do primo Jacob em Lisboa, longa como costumavam ser, ele foi rodeado por essa família com as maiores atenções e ficou a dever-lhes muitos favores. Coisa que um açoriano que se preze nunca esquece e tem que retribuir prin-

cipescamente.

Ele assim fez. Por tudo o que eram as suas muitas amizades, não falava senão na família Pontagudo, que começou a ser o motivo de conversa das famílias da terra. Como sócio do Ténis, propôs logo a admissão do coronel, votada por unanimidade. Ficaram logo combinados alguns torneios de bridge e um baile de Setembro, coisa rara, porque os bailes eram só de Carnaval. Tratou da matrícula dos dois filhos no liceu de Angra, o que, apesar de alguma falta de documentos, não foi difícil, dada a influência do primo Jacob. E, principalmente, organizou, para várias semanas após a chegada dos Pontagudos, um vasto programa social, para a sua integração na sociedade angrense, não havendo família destacada que não agendasse logo jantar ou chá para os Pontagudos.

Um programa da maior hospitalidade fidalga dos Açores, até ao dia da chegada do Carvalho Araújo, que trazia o coronel e a sua família. Muitos dos seus amigos estavam no cais, embora estranhando a ausência do meu primo Jacob, esperado para as apresentações da praxe. Ele estava uns bons metros acima, na esplanada do Pátio da Alfândega, gozando que nem fauno. É claro que nunca tinha havido qualquer família Pontagudo. Mas ele também tinha muito gozo em dar pistas, as pessoas é que eram ingénuas: alguém acredita, logo à partida, em pessoas chamadas de Pontagudo ou, deliciosamente, de Abenz Vitória? E logo dois filhos mitológicos, Heitor e Helena? E não era tão fácil ter confirmado junto de qualquer oficial se esperavam um novo coronel?

Isto talvez fosse possível em qualquer cidade de província portuguesa, nos anos cinquenta. Mas Angra é candidata especial a local desta história, como foi. Um primo Jacob era quase impossível em Ponta Delgada. Esta minha cidade berço é de há muito uma cidade burguesa, rica em bons homens de negócios, olhando para o futuro, com uma mentalidade prática. Mas também muito estratificada, em que camadas sociais definidas lidam entre si, mas com muito pouca osmose. Os grupos de amizade eram restritos e a convivialidade quase limitada a círculos fechados. As regras de postura eram rígidas e as pessoas não se abriam muito, conheciam-se mais os nomes e os mitos do que a riqueza das personalidades reais.

Angra era diferente. Vivia da grandeza perdida, cidade capital dos capitães generais, papel que hoje só perdura na sede da diocese açoriana. Nestas coisas, a Igreja é muito conservadora. Contra a pujança burguesa de Ponta Delgada, Angra construiu o mito da fidalguia e valorizava até a mais minúscula gota de sangue dos povoadores nobres – diga-se, em abono da verdade, que de muito pequena nobreza. Todavia,

com isto, havia maior respeito social e maior relação pessoal, porque cada um lá conseguia ir buscar um pouco da fidalguia identificadora da cidade. Valorizava-se, numa sociedade pequena, os caracteres, o enriquecimento que cada um dava a uma vida estreita. O primo Jacob nunca podia ser micaelense, era o “patusco” típico da alta sociedade angrense, o bobo assumido da corte, diferente nessa coisa essencial de pertencer por direito aos melhores estratos dessa corte.

A vida social, para muita gente, muito mais do que para a elite de Ponta Delgada, era uma mini-corte muito alargada. Dizia-me a minha avó que gostava muito de ler as crónicas da vida aristocrática dos fins do século XIX, com todo um cortejo a acompanhar os reis entre Sintra e Cascais, principalmente porque isso lhe lembrava a sua vida de menina e jovem. Eram as estadias estivais em S. Carlos, os piqueniques na mata da Serreta, as noites de verão nas esplanadas do Pátio da Alfândega, as vindimas no Porto Martins. Sempre os mesmos, mas muitos mais e mais amigos do que a casta de Ponta Delgada.

Mesmo um simples jantar de amigos em Angra parece que era diferente. Apesar da intimidade, saíam para a mesa as melhores pratas, o centro de mesa com as mais bonitas flores do jardim, as criadas fardadas com as mais vistosas e antigas rendas no avental, esmerava-se a cozinha nas receitas de família (coisa que a minha mãe diz não lhe parecer corrente em Ponta Delgada, mas que ainda é totémico na minha família), tocava-se piano e discorriam-se elegâncias.

Daí também a hospitalidade fidalga. A história da recepção à família Pontagudo, mesmo que anedótica e caricata, é bem terceirense. Se um dos seus membros, como o primo Jacob, devia atenções, era toda a cidade nobre solidária com ele. Não se fique com a ideia de que, aceitando uma patranha do patusco, os angrenses eram parvos. Está-lhes no sangue e na educação. Se foram aldrabados, é outra história, a ajustar entre eles e o primo Jacob. Mas ele era tão essencial àquela forma especial de vida que tudo se lhe perdoava.

Infelizmente, acabo este capítulo com uma nota triste. Também sofreu com as suas qualidades. Um homem destes, em equilíbrio sempre instável entre a realidade e a fantasia transbordante, precisa de apoios firmes e nem sempre os teve, nos momentos difíceis. Quase solitário em algumas ocasiões, salvo a sempre devotada e inabalável amizade do meu pai, venceu sobre o realismo, para sua infelicidade, a sua extraordinária generosidade, traído ou abandonado por amigos, remetido a uma vida económica mais difícil, numa idade em que ainda tanto tinha para dar. No fim, uma doença corrosiva e fatal. E guardo nas minhas penosas recordações o seu acabou-

nhamento, a incapacidade compreensível de aceitar que a sua vida magnífica de alegria e gosto de viver mudara por um acidente da natureza. Ouvi-lo dizer sempre, no fim, “o que eu era e o que eu sou, não merecia isto”, fazia doer-me muito.

Meu super-querido primo Jacob, grande figurão da minha meninice, que já nos deixaste: vai fazendo essas partidas ao Padre Eterno, que tem tendência para macambúzio, temperamental e colérico, a ver se lhe amenizas o mau feitio e se não há mais terremotos e castigos nas nossas ilhas.

O avô Tarquínio

O primo Jacob tinha a quem sair. Era seu tio direito o meu avô materno, de seu incrível nome Tarquínio. Nome que não lembra a ninguém, mas que era o do santo que lá estava no livrinho, na página de dia natalício, que o bisavô Vasconcelos consultava religiosamente a cada filho que nascia. Nome incrível mas que me diz muito, faz-me sentir-se mais próximo do meu santo padroeiro, “santo” Antero. Parece que o avô Tarquínio era também um portento de humor. Nunca o tendo conhecido, porque faleceu prematuramente, não me sinto à vontade para falar dele. Não é uma das minhas alminhas convidadas, mas é para mim uma memória quase que real, transmitida com toda a ternura pela minha avó e pela minha mãe.

O avô Tarquínio foi, uma vez mais, uma típica personagem terceirense, harmonizando uma vida muito caseira de amor familiar com uma vida social de generosidade para com os amigos, quase que de família. Amigos muitos, por toda a parte. Não era difícil, na pequenez belíssima de Angra, pequenez física mas compensada pela grandeza de “mui nobre, leal e sempre constante”.

Apesar dos meios do seu pai comerciante de prestígio local, bem refastelado na conta bancária, o avô Tarquínio não quis estudar e acomodou-se a uma vida de funcionário, afinal bem sucedida, à boa maneira da pequenez de horizontes da terra. Este espírito reclusivo no meio e nos afectos reflectiu-se na queixa compreensiva que sempre faz a minha mãe, a de o pai Tarquínio não lhe ter permitido o sonho universitário, não concebendo que a filha jovem se afastasse do ninho familiar.

Parece que o avô Tarquínio era uma criança grande, mesmo na seriedade da profissão e das responsabilidades familiares, mulher e filha para que o seu coração não chegava, de tanto que lhes queria dar, não esquecendo o apêndice familiar, o gato Farroupilha, cuja morte caquética foi grande desgosto de família. O avô Tarquínio era eclético e um pouco invulgar nas suas amizades. Um seu grande amigo era o

Caralta, um pobre contínuo do hospital que o avô administrava, mas que a minha mãe diz que tinha um grande carácter e sabedoria de vida e com quem o meu avô trocava experiências de memórias engraçadas ou de simples anedotas. Como eu, tantos anos depois, com um bom amigo e também homem bem notável, o motorista do meu instituto, em conversas intermináveis de engarrafamentos de auto-estrada. Amigos muitos os do Avô Tarquínio, como disse, mas os grandes amigos, aqueles que provavelmente o faziam sentir-se menino, eram os alunos do colégio infantil da minha mãe.

Antes de ir para o hospital, assistia sempre à chegada da miudagem. Fazia-lhes partidas, inventava brincadeiras malucas que obrigavam a minha mãe a dizer “Pai, já chega, tenho que começar o trabalho”, enfiava-se em armários para meter sustos à pequenada. Acho que era tão marcante que os alunos da minha mãe, hoje nos setenta e sempre meus amigos por herança, tanto falam da sua educadora infantil, minha mãe, como do senhor Tarquínio.

Há uns anos, indo a Coimbra a uma reunião profissional, conheci, pela primeira vez, um dos alunos dilectos da minha mãe, então médico reputado. Conversámos longamente, mas notei que, no meio de muita conversa sobre a minha mãe, vinha sempre ao José Gabriel era a memória terna do meu avô Tarquínio. Entre muitas coisas, contou-me que jogavam sempre ao “balamente”, uma velha tradição açoriana provavelmente já esquecida. Na Quaresma, formam-se duplas de adversários que pontuam diariamente a prioridade em se verem os adversários e dizerem “balamente”. O avô Tarquínio jogava com toda a miudagem e claro que, com ar muito pesado e de aparente inábil no jogo, perdia sempre e lá pagava o preço, um bom pacote de amêndoas para todos os “vencedores”, orgulhosos de terem derrotado aquele senhor respeitável. Senhor respeitável na altura, para eles, só descoberto muito mais tarde na sua imensa graça e amor pela infância pelos miúdos como o José Gabriel.

Herdei esta ternura pelas crianças, o melhor do mundo, mas os tempos são outros. Amor diz-se filia, mas, salvo seja, há filias e filias. Há já algum tempo, tive uma experiência muito desagradável, que envolveu uma mãe e uma criança. Gosto imenso de crianças, acho que são do melhor que há neste mundo, talvez eu tenha muito de criança grande. Foi uma época em que eu passava o dia com a minha mãe de hospital em hospital. Num dia desses, enquanto aguardava que ela fosse submetida a um exame, estava sentado na sala de espera da pequena cirurgia. A meu lado, uma mãe jovem, com um miúdo giro de talvez dois anos, com um grande penso na testa e a chorar com a dúvida do que ia ser aquela sutura. Fui eu que fiz parar o choro: “tens um lindo doi-doi, mas ali dentro é que te vão pôr muito mais bonito”. “O que é que vão

fazer?” “Vão-te pôr um penso muito giro, com um adesivo com o rato Mickey”. “Como é que te chamas? Já és velho, já não tens bebés”. E por aí fora.

Comecei então a compreender que a mãe estava muito incomodada e, daí a pouco, levantou-se com a criança e foi-se sentar no extremo oposto da sala. Pensei e penitenciei-me, não devia ter-me metido na conversa. Se fosse hoje, provavelmente também eu teria insistido fortemente com os meus filhos para não falarem com estranhos. Tempos novos para mim, de Casa Pia e farfalhas.

Virando a esquina, encontro-me de novo com o avô Tarquínio. Também tinha as suas regras rigorosas de conduta normal, a equilibrar a graça e o gosto de viver. Para só contar um episódio, chamo aqui a história da sua prima Elmira, por ser elucidativa do grão de extravagância saudável em que fui criado, entre personagens e histórias de família. Loucura magnífica, que não prejudica a lucidez mas que a reconstrói num cenário de humor que, recordado, é melhor do que qualquer antidepressivo dos dias de hoje.

Elmira era prima já não sei bem de quem, se do avô Tarquínio se da avó Adélia. Senhora orgulhosa dos seus pergaminhos, teimosa que nem mula, dependurada de um esqueleto a que faltava a carne, era conviva habitual dos meus avós. Com os anos, a antiga senhoria já estava um pouco afectada por um Alzheimer incipiente. Um dia, ao jantar, lá se senta ela no lugar destinado, mas com luvas, chapéu, carteira e sombrinha. A discussão foi firme. O avô Tarquínio dizia que ninguém comia à sua mesa naqueles atavios, Elmira retorquia que uma verdadeira senhoria era assim que se apresentava. Parece que foi o meu avô que ganhou e a prima Elmira foi comer a casa as raspas do jantar da véspera, se é que não teve de se contentar com borda de penico.

O avô Tarquínio tinha um criado. Era hábito na Terceira ter-se criados domésticos, em regra muito efeminados. Há muitas histórias que se contam de várias cidades como ricas em maricas, ou cidades de p. p. e p., mas Angra não tem rival.

(Aviso aos leitores: este não é um livro de bolinha vermelha, mas tem coisas pouco aceitáveis nos dias de hoje. A partir daqui, e por alguns quilómetros-páginas, esta estrada de narrativa devia ser marcada com sinal de trânsito ainda não inventado no código, o de troço politicamente incorrecto. Garanto, não sou homófobo, nada tenho contra os homossexuais assumidos, entre os quais tenho alguns amigos; mas estas histórias são de outro tipo, histórias dos únicos homossexuais visíveis então, os “maricas”, histórias tristes circunscritas àqueles tempos).

O Cícero era um dos tais, bem jovem, criado de casa do avô Tarquínio. Ainda o

conheci muito bem, quando ele vinha a Ponta Delgada e nunca deixava de ir visitar a minha avó Adélia. Eu, miúdo, ficava embasbacado diante de tanto ademanado, cruzar de pernas retorcido como não se imagina, óculos escuros metalizados com aros de lantejoulas, colares e pulseiras em profusão, grande cachucho no dedo, lencinho de rendas a sair do bolso de cima do casaco cor-de-rosa e, acima de tudo, uma grande cabeleira de caracóis. Essa cabeleira tem uma história. Fazia parte do contrato o avô Tarquínio pagar ao Cícero a ida mensal ao barbeiro. Mas no dia em que ele combinou com o barbeiro cortar à escovinha a cabeleira do Cícero, centro do seu gosto de se ver ao espelho?

O Cícero era um artista, como todos orgulhoso de assinar as suas obras, uma das quais, diariamente, era a rega do jardim. No fim, com um jacto de água bem controlado, assinava numa parte de saibro ou areia: Císsaro!

Outro dos seus direitos contratuais eram as noites livres, depois de levantada a mesa do jantar e arrumada a cozinha. Coitado, perdido nos seus amores, aproveitava-as monotonamente para o derriço com um soldado do 17, primeiro num banco da Praça Velha, depois sabe-se lá onde. Mas os desgostos que isso lhe dava! O soldado era o mais malandro dos malandros. Chulo, tinha mulher por conta, mas isto não perturbava muito o Cícero, porque negócio de mulheres em nada o afectava. O pior era o “Viúva Alegre”, homem de posses e de boas famílias, que lhe disputava o amor pelo magala. Quando o Cícero esperava horas infindas pelo seu 17, acabava por voltar para casa desfeito em pranto, ciente da traição com o tal senhor. No dia seguinte, fazia as camas com os lençóis pelo avesso, esquecia-se de despejar os penicos, não dava de comer ao Farroupilha, trocava garfo e faca ao pôr da mesa. Valia-lhe a paciência da minha avó, romântica como nunca vi, sentimental na compreensão de todos os amores – embora fiel até à morte ao amor pelo marido falecido há muitos anos – e pioneira no respeito pela diferença.

Exemplo desse romantismo de família e, em particular da minha avó, é o caso do seu irmão mais novo, Benjamim, o seu preferido. Esse irmão, um janota da época, árbitro de elegâncias e menino bem com todas as regalias, teve uma vida em tudo contraditória com os valores do seu tempo. Bem instalado na vida e bem casado, não resistiu às paixões. Sem que a família saiba bem, conto-as por quatro, entre Terceira, América, Brasil e Lisboa. Um dos meus irmãos, cultor da história de família, engasga-se frequentemente com a listagem da progénie variada do meu tio Benjamim. Os meus primos Fagundes que se entendam nessa trapalhada. Por mim, só me lembro da mensagem da minha avó, contra muitos outros membros da família que tinham

rechaçado aquela ovelha negra: “Esta sociedade é muito fechada. O teu tio Benjamim foi infeliz por causa do seu tempo, mas era um cavalheiro de excepção. Perdeu-se por um coração grande demais. Vê se ainda o vais conhecer”. Infelizmente, não consegui cumprir esse desejo da minha avó.

Voltando ao Cícero, mesmo assim, naqueles tempos repressivos, teve sorte. Com amores nocturnos por tudo o que era sítio escondido, da Memória ao Porto de Pipas, só uma vez é que foi na ramona, na cerimónia interrompida de um casamento, numa casa bem conhecida de S. Bartolomeu. Casamento de homossexuais é hoje aceite e banal, mas a sério, como os nossos parceiros ibéricos já legalizaram, num exemplo que nos devia envergonhar pelo nosso conservadorismo. Naquele tempo, era caricatura clandestina, mais secreta do que rito iniciático da maçonaria. O tal “Viúva Alegre”, já em segundas núpcias, como o nome diz, era a noiva, com todos os condizentes, vestido alvo, véu nupcial e ramo de flores, admitamos que já pouco compatíveis, em pureza, com sessenta anos viciosos e muitos amores de cais. Abro parêntesis, que ainda o conheci, porque ele traía-se a si próprio, com qualquer coisa de freudiano. Casado por conveniência, nunca tratava a mulher pelo seu nome, era sempre “a mãe da Margarida”.

Noivo, já polígamo mas muito pretendido, era o doutor Andrade, político com voos de opositor, mas sempre chantageado pela PIDE para calar o cadastro de maus costumes. Na cerimónia, uma boa delegação de pescadores miseráveis, sempre disponíveis para um acrescento vergonhoso à pobre venda da pescaria, um ou outro farfalha e, luzidia, uma representação do 17, que só não conseguiu levar a banda regimental, não tinham nada a ver com aquelas cerimónias tão pouco militares.

Cícero foi de dama de honra. Como estava de cabelo à escovinha pela partida do meu avô, teve que gastar meio ordenado numa bela peruca, coisa rara lá na terra, onde o que mais se vendiam eram uns horrorosos capachinhos esverdeados para carecas envergonhados. Faltando-lhe vestido de festa tão luzida, tirou de empréstimo, à socapa, o vestido de a minha mãe ir aos bailes do Ténis. Bouquet, arranjou-o às escondidas das flores do jardim do avô Tarquínio. Tudo nos conformes. Toca a marcha nupcial, entra o “padre” – era mesmo padre, mas não vou dizer quem – mas, quase ao mesmo tempo, apitos e alvoroço, era a policia. Tudo para a esquadra. Valeu ao Cícero que um tio-avô meu, irmão do avô Tarquínio, era o Secretário geral do Governo Civil. Regresso a casa em prantos, “que desgosto que lhe dei, senhor Tarquínio”, mas parece que lhe ficou para emenda.

Outra do avô Tarquínio tem a ver com o João dos Ovos, outro efeminado que fazia

a vida a vender ovos e a fazer limpezas domésticas, de quem ainda me lembro muito bem, das minhas férias em Angra. Era “capinha” famoso, termo bem terceirense usado para os mais afoitos nas tradicionais corridas de touros, à corda. Sortes tauro-máquicas de corrida à corda na Terceira têm muito que lhe lhes diga. O instrumento típico de desafio ao touro é um guarda-sol, mas os malandros dos bichos, repetidos em múltiplas touradas, já conhecem os truques, o que gera cenas hilariantes.

Em Angra, terra de paixão taurina, única nos Açores, também havia e há touradas clássicas, nas festas joaninas. João dos Ovos tinha um papel importantíssimo. Nos preliminares, muito antes de sair o bicho, quando só entrava o cavaleiro na arena, era João dos Ovos que, bem vestido de bandarilheiro, cruzava a praça para ir entregar o primeiro ferro ao cavaleiro. A meio da praça, ajoelhava-se, benzia-se e dizia “Viver ou morrer, João vai para ele!”

Entretanto, em longo “passeo”, ia fazendo dedicatórias às pessoas mais conhecidas e recebendo as gorjetas. Cliente habitual era o meu avô Tarquínio. Uma das características do meu avô era o horror da morte. Parece que adivinhava, coitado, que, em esplendor de tanto gosto merecido de viver, a morte viria bem cedo fazer-lhe a sua visita irrecusável. Ora, numa dessas touradas, João dos Ovos disse-lhe “Olha o senhor Tarquínio, há tanto tempo que não o via, até pensei que já tinha morrido”. Dessa vez, João dos Ovos, gorjeta generosa, viu-a de longe!

Tinha de vir a açorianice

Esta história das alminhas, que já começou com refogado ao gosto da educação infantil das papilas, é cozinhado que ainda exige que o molho apure, com paciência, mas, principalmente, que o tempere com boa dose de pimenta da terra. O leitor pode perguntar-se se não o estou a enganar, se haverá ou não a minha festa do mastro das alminhas. Lá virá, mas só quando o cozinhado estiver no ponto certo. Ingrediente indispensável, a exigir bom apuro para que saibam bem as histórias das minhas alminhas, é a compreensão da açorianidade. Valeria outro livro, vai neste como conversa enquanto esperam pelas alminhas.

A história do Sebastião passa-se em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores. Podia passar-se em outro lado, poderia eu colocar-me a mim criança e a ele em outro local? Certamente que não. Também as minhas alminhas são praticamente todas açorianas, se não de nascimento pelo menos de arribação. Algumas são-no de facto, porque lá nasceram ou viveram, na realidade. Muitas outras, fi-las nascer e crescer e não podia ser noutra lado.

O que é a açorianidade? Não consigo defini-la muito bem. Açorianidade não é nacionalidade, ideia peregrina que às vezes vejo escrita. Mas é alguma coisa de inegável, uma diferença enriquecedora da igualdade portuguesa, principalmente porque a distância dá maior resiliência à facilidade para a osmose cultural entre regiões continentais. Recuso esta discussão em termos genéticos, como já tem sido feito. Mas, psicólogo amador, teorizo sempre sobre os efeitos temperamentais de coisas tão simples, que se bebem como o leite materno, tais sejam a luz sempre coada pelas nuvens, uma natureza que se impõe pela religiosidade da sua beleza, também outra religiosidade, a verdadeiramente dita, ancorada em séculos de mistério perante os cataclismos e, essencialmente, numa coisa indizível que é a contradição entre tão pouca terra e tanto mar, entre uma experiência pequena e a adivinha de muitas outras

formas de viver, de cultura, para além daquele horizonte limitante.

Tudo isto se aprofunda, afectivamente, quando não se vive a banalidade do quotidiano ilhéu. Não será que o verdadeiro açoriano é o que saiu das ilhas, que muito viveu mas que nunca se sentiu completo na vida distante e que, com o correr dos anos, sente muito fundo o que lhe são de identitários e saudosos aquela terra e aquele mar?

É claro que há analogias pertinentes. Destaco aqui os meus amigos alentejanos, com quem tenho muitas afinidades, na visão do grande horizonte. É a minha terra de adopção. Quando falo dos meus horizontes de mar perdido, mar azul profundo do Atlântico, e teorizo sobre o efeito filosófico que essa vastidão me causou desde jovem recém-pensador, na ânsia da procura do que não está ao alcance da nossa pequena experiência, lembro-me de que isto não é assim tão diferente da imensidade alentejana dos horizontes de terra, verde na primavera, dourando-se no verão, que aprendi a imaginar como se fosse outra visão do meu mar.

A terra e o mar não têm que ser motivo de orgulho dos açorianos, foram oferta da natureza. Mais importantes são as gentes. Nisto tenho que moderar, racionalmente, o meu entusiasmo, que mais não seja pelo que diz o meu “grilo falante”, relação confidencial muito grata que não vou desvendar mas que ele reconhecerá, porque estou certo de que vai ler este escrito. Em relação à minha gente, tenho sempre presentes, como identitários, a etnografia riquíssima, o falar que vem de origens cá perdidas, o teatro medieval e o cancionero acompanhado de música magnífica, a religiosidade telúrica dos romeiros, o sempre mantido culto do Espírito Santo e os seus festejos de fraternidade e espírito comunitário ancestral.

Desconfio, honestamente, é da mitificação que faço do homem açoriano, “o maior carácter do mundo”. Quantas vezes invoco o exemplo de Mouzinho da Silveira e dos corvinos que lá cruzaram centenas de milhas de mar perigoso para lhe irem à fala e apresentarem as suas queixas e pretensões, de chapéu na mão mas coluna erecta, com a altivez de quem sabe que não é menor do que os “senhores”? Com isto, motivaram a noite inteira de trabalho de Mouzinho a redigir os decretos de abolição dos direitos senhoriais, impressionado, como revela no seu testamento, pelos melhores homens do mundo. Reconheço aspectos marcantes da cultura e maneira de ser dos açorianos e admiro-me por uma população tão pequena ter dado tanta gente notável à vida cultural e política deste país. Mas os melhores do mundo? Quantas comunidades não dizem o mesmo?

Defendo-me com as estatísticas e apenas com alguns exemplos que me vêm logo

à ideia, entre muitos outros. Para população tão reduzida, é excepcional, na nossa história, a proporção de açorianos marcantes, nas viagens quinhentistas por mar e terra – os Corte Reais, Diogo de Teive, Bento de Góis, ou, em viagem mais recente, Roberto Ivens; na crónica – Gaspar Frutuoso, Frei Diogo das Chagas; na literatura – Antero, Nemésio, Teófilo Braga, Natália Correia; nas artes – Francisco Henriques, Canto da Maia, António Dacosta, Domingos Rebelo, Francisco Lacerda; na política – António José de Ávila, Hintze Ribeiro, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga. Note-se que estes dois, com o mais obscuro Canto e Castro, conferem aos açorianos uma estatística única: três dos nossos presidentes da república.

Isto só para falar em falecidos. Quanto aos vivos, bem conhecidos, recordo o que me dizia um continental, meu amigo. Quando o impagável José Pedro, motorista do meu instituto, de conversa incessante, me trazia a casa e falava em alguém, retorquindo eu que também esse era açoriano, dizia-me sempre: “Ó professor, aqui em Lisboa dá-se um pontapé numa pedra e saltam logo três açorianos ilustres!”. Na sua grande amizade, de marinheiro para marinheiro, também de alentejano para açoriano, coisa fácil, creio que ele também me considerava açoriano ilustre.

Não me fico pelos ilustres. Igual qualidade, igual nobreza, igual carácter se vêem no povo sofredor. Os açorianos eram, e talvez ainda sejam, mau grado o progresso autonómico, “gente feliz com lágrimas”, expressão que eu nunca teria podido inventar. Era o senhor Manuel, quinteiro da casa onde passávamos o verão, velho magnífico arrimado ao amor, órfão de filhos nunca tidos, da sua senhora Conceição, velha talvez ainda mais marcante, sabedora da melhor sopa de couves aferventadas que já comi. Vivendo em S. Rita, a talvez dez quilómetros de Ponta Delgada, o senhor Manuel vinha à cidade só para levantar um cheque do irmão emigrante em Batefé (New Bedford) ou, invariavelmente, para visitar a minha avó Adélia, em longas conversas de mistura de sala e campo, de riso saborido de senhora distinta que sabia apreciar a grande sabedoria de um homem rústico mas extremamente inteligente. E que dignidade! Vejo, como se fosse hoje, o senhor Manuel no seu atavio de tomar a camioneta do Varela e desaguar na Matriz. O seu fato, talvez ainda do casamento, castanho às riscas. Camisa e gravata preta, como era regra de elegância dos meus velhos. Chapéu já velhinho mas esmeradamente limpo pela mulher. Todo elegância e solenidade, à sua maneira, mas descalço!

“Gente feliz com lágrimas”, também as vendedeiras de lapas vivas – a melhor forma de as comer – sentadas à porta da taberna, criança ao colo adormecida com um pedaço de pão molhado em vinho, oferta sacramental dos taberneiros.

Normalmente, partilha estranha das tarefas familiares. Marido saído toda a noite, faca e cesto, a trepar por rochas, enregelado até à medula dos ossos pelas ondas que já tratava por tu, a descascar as lapas da pedra. Passadas à mulher para as ir vender, ele a aquecer-se com um copo e a meter-se na cama. Às vezes, um pequeno intervalo apressado, a justificar a alta natalidade. Como uma vez disse uma dessas mulheres à minha mãe, propagandista do planeamento familiar, “o que é que a senhora quer, eles vêm tão friinhos do mar!”

“Gente feliz com lágrimas”, também os operários de construção civil que conheci acompanhando as lides do meu pai. Ignorantes e analfabetos, mãos em que os calos não permitiam o meu aperto de mão, mas orgulhosos e solidários, amizades de grupo que se viam na conversa da pausa para almoço, um pão com malagueta, um chicharro em dia melhorado, a inevitável garrafa de vinho de cheiro para acrescentar calorias baratas. Nem um protesto pela dureza do trabalho, na ignorância da solidariedade sindical, antes a alegria da festa final quando, quase concluída a casa, faltando só as telhas, se hasteava no topo a bandeira do Divino Senhor Espírito Santo.

Já que falo de mestres, venha o caso espantoso do mestre Botelho. Em miúdo, eu não largava o meu pai e gostava muito de o acompanhar em trabalho, quando ele ia supervisionar as obras da empresa de construção civil em que trabalhava. Foi então que conheci esse mestre Botelho, um pedreiro muito especial. Era dos operários mais considerados pelo meu pai, que, sendo um perfeccionista – quantas vezes mandou deitar paredes inteiras abaixo porque tinham uma ligeira barriga, quase imperceptível –, não era muito de confiar em qualquer operário. Este homem cumpria integralmente as instruções do meu pai, lia perfeitamente os números, tanto as cotas do projecto como os valores da fita métrica. Mas era tudo o que sabia, porque era analfabeto! Isto eram os Açores e todo o país nos princípios dos anos 50. Eram estes o capital humano desperdiçado e a formação profissional de que vivia a economia e a técnica portuguesa.

Falar dos açorianos, falar obrigatoriamente da sua religiosidade única

Para o turista comum, os Açores são as magníficas paisagens, a beleza depressiva dos seus tons carregados quando o céu se tolda, a surpresa do mar atlântico, de azul nunca visto e de temperatura de sopa amornada. Na pressa da viagem, ficam a desconhecer as gentes e os seus costumes. Ainda vão provando uns pratos de cozinha regional, geralmente mal executados, mas o resto? As tradições e as histórias transmitidas da avó aos netos? A extraordinária música popular e o cancionero muito rico? As duas culturas tão distintas, de camponeses e pescadores, só aproximadas “quando o mar galgou a terra” ou por aquela estranha bivalência antiga do camponês que larga a enxada quando ouve o foguete de aviso, corre ao cais e se transforma em pescador de baleia?

Antes de tudo, a religiosidade característica do açoriano, profundamente ligada ao Deus judaico-cristão mas também com alguns vestígios de paganismo, cristalizada em séculos de isolamento. É a religiosidade ancestral da necessidade de socorro em relação às malfeitorias de uma natureza surpreendente e temerosa na sua fúria para quem ia da calma geológica do continente. Senhores e camponeses, ricos e pobres, fidalgos povoadores e plebeus que com eles foram à aventura, todos ficavam iguados na pequenez indefesa contra uma fúria telúrica hoje muito atenuada mas ainda bem viva nos primeiros tempos do povoamento.

Não sou crente, mas tenho para mim que a religiosidade açoriana é um dos principais identificadores da minha comunidade, como de todas as outras. Será que a minha descrença me desabilita para discutir este assunto? Creio que não, que o meu distanciamento só me ajuda. Assumo a influência religiosa, nessa versão que considero ancestral e pura da religião, como também um componente da minha própria construção. É uma religiosidade à antiga, sem modas modernas. Santas Filomenas,

Teresinhas, La Salettes, menina de Lurdes, pastorinhos de Fátima, lá pouco dizem, a não ser a umas tantas beatas influenciadas por padres que não sabem compreender esse sentido religioso açoriano muito peculiar.

Deus é que é Deus, perante ele se curva a pequenez do ilhéu perdido e realçando a pessoa divina muito querida do Espírito Santo. Maria é só a das invocações ancestrais, das Dores, da Piedade, da Agonia, dos Remédios, da Esperança. E, santos, só os da colecção dos medievais, João, Pedro, Mateus, Sebastião, Bartolomeu, Vicente ou António. Aquele S. António que o meu bisavô Viveiros, seu homónimo, tratava por tu, com quem tinha conversas diárias muito amigáveis, ao chegar a casa, mas também fúrias terríveis, virando-o de castigo para a parede, até passar a zanga. Passava depressa, que eram grandes amigos.

A manifestação mais conhecida da especificidade religiosa açoriana é o culto do Espírito Santo. Dobre-se a língua, com o sentido de respeito telúrico que os açorianos têm para com o altíssimo terrível, semeador de vulcões e sismos: na minha terra diz-se o Divino Senhor Espírito Santo, às vezes apenas o Divino. Não vou falar sobre isto, porque, sendo festas de verão, coincidem com a época turística e começam a ser bem conhecidas pelos visitantes. Também as descrevi sucintamente, com relação com a gastronomia, noutra livro.

A outra grande festa religiosa, inicialmente micaelense mas que conquistou todos os devotos açorianos, é a do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Repare-se, novamente, na designação reverencial. Nunca perco a breve reportagem televisiva da procissão do Senhor Santo Cristo e, às vezes, de lágrima no olho ao ver a belíssima e venerada imagem renascentista, que me turifica as raízes.

Eram, por excelência, as grandes festas de Ponta Delgada e, pelo que vejo, mantêm-se. Durante todo o ano, a imagem vê-se ao longe, ao fundo do coro baixo da Igreja da Esperança. Para lá da grade, vêm-se as muitas notas de cem dólares para aí lançadas pelos emigrantes na América sonhada por tantos açorianos. No Sábado anterior ao quinto domingo depois da Páscoa, faz-se a mudança, prenúncio modesto da procissão do dia seguinte. A imagem é colocada no seu baldaquino de bela decoração floral, vestida com uma das muitas capas preciosas do seu tesouro, iluminada pelo extraordinário e riquíssimo resplendor, obra prima da nossa joalheria sacra. A procissão sai do convento, dá a volta ao campo de S. Francisco e coloca a imagem no altar-mor da igreja.

É depois a noite da devoção, mas com aspectos anedóticos. As velhas devotas reservam com muita antecendência o seu lugar para a vigília, o que fazia o velho

Monsenhor José Gomes, capelão do santuário, avisar sempre que o dia era de festa e não de discussões, prevenindo os conflitos habituais na conquista de um lugar na igreja, para toda uma directa de devoção. E também, infrutiferamente, que igreja não era lugar para porcarias. Mas quem é que podia impedir as velhas incontinentes de se aliviarem como podiam? O cheiro, ao despontar a manhã, é que era insuportável e não havia turíbulo incensório que o disfarçasse.

A descrição da procissão é assunto para repórter jornalístico. Abro excepção para o que sempre mais me impressionou e que nunca vi passar nas reportagens televisivas, o fim da procissão. De facto, eram três procissões diferentes, primeiro o infindável desfile dos penitentes, de opa vermelha, carregados de círios votivos de peso descomunal, muitos de joelhos ao longo dos quilómetros da procissão. A seguir ao andor, a exibição das honras e grandezas, tudo o que era autoridade, desde o governador, general e almirante até às direcções dos clubes desportivos. Deixava de ser manifestação religiosa, era só pompa e circunstância. Mas no fim, que impressão, o cortejo das mulheres, uma massa compacta de mulheres, muitos milhares, de todas as classes, mas feitas anónimas porque todas de negro e cara velada por uma mantilha, ninguém conseguia identificar lá as suas avós. Todas apertadas, cotovelo com cotovelo, passo muito curto para não magoar a da frente, era um rio impressionante de lava humana, a mesma lava que está na origem de todos estes cultos, a lava dos “mistérios” açorianos.

Vou passar para o profano e devanear uns minutos sobre essa festa que amadurecíamos durante todo o ano. Sábado da mudança e domingo da procissão, noites longas, e durante toda a segunda feira, feriado municipal, era o arraial. Gente que tomava posse dos poucos bancos por todo o dia, muita outra que formava uma grande serpente humana, gente que vai e gente que vem, tudo à volta do campo de S. Francisco. Nas semanas anteriores, negócio farto para alfaiates e modistas, também para uma coisa desaparecida, as chapeleiras, porque não me lembro da minha avó e da minha mãe irem para a festa de cabelo ao léu.

De tanta coisa que teria para contar, a primeira que me vem à cabeça era o gozo com os emigrantes nas Américas, os calafonas, de visita à terra. Não pensem que os estou a denegrir, porque ainda vão ver como falo deles com muita ternura. Coitados, o que deviam gastar com os atavios para se apresentarem bem nas festas. Homens de gravatas horrorosas ou de atacadores de sapato ao pescoço, presos por uma cabeça de boi texano, à moda renunciada do Bush, Kodak a tiracolo, chapéu de palha com uma peninha. Elas de vestidos esplendorosos de folhos, fitas e padrões de

desenho indescritível, chapéus em versão ainda mais ridícula do que já os ridículos chapéus da rainha mãe, aquela que bebia gin tónico até aos cem anos como se fosse água, mas, acima de tudo, os óculos, arrebitados, de cores bizarras e tipicamente brilhantes de lantejoulas. Mas será que tínhamos o direito de gozar com tal esmero? Não é verdade que eu também tinha de novo, a cada ano, o meu fatinho do Senhor Santo Cristo?

Os amantes melómanos juntavam-se à volta do coreto, onde se revezavam ininterruptamente todas as bandas da ilha, começando inevitavelmente pelo hino do Senhor Santo Cristo, ainda tão presente na minha dura memória de ouvido: tararatchim, taratchim, tchim, tchim. O máximo era a do 18, porque militares músicos sempre são profissionais. Tantos anos mais tarde, no Alfeite, quantas vezes fui repreendido, em sentido, por me atrasar para a formatura do almoço, esquecida a ouvir os ensaios da magnífica banda da Armada.

Música da regimental, nada de coisas banais, marchinhas, passodobles e coisas de encantar o povinho, que o tenente Nascimento não brincava com a sua arte, a não ser para, num trautear obsessivo e irritante, distrair o meu pai e os seus outros indefectíveis desafiantes de xadrez no Roberto. Com a banda do 18 e o tenente Nascimento, iniciei-me nas grandes coisas para ouvidos ainda não educados, mesmo definitivamente duros, como o meu: a marcha turca, que também todos os palhaços de circo tocavam em xilofone de garrafas, a marcha da Aída, a Habanera, o coro dos ciganos, o “toreador”, a marcha de pompa e circunstância, o “Va pensiero”, uns excertos da “Pátria”. Banalidades, mas foram a minha primeira educação musical, até o Ernesto Melo Antunes nos deliciar com as suas sessões de música gravada e comentada, na biblioteca do liceu.

Por curto circuito das feéricas iluminações da praça, ardeu um dia, esse coreto. Construíram depois um outro, horroroso, desenho de um arquitecto então em moda local. Felizmente, reproduziram mais tarde a memória da minha meninice.

Muita coisa teria para contar sobre estes arraiais, os namoros da quermesse de S. Vicente de Paulo, que vendia uma novidade, o “cup”, a contradição da festa com a presença de um morto na capela mortuária de S. José, em plena praça, as brigas ocasionais ou os espectáculos dos bêbedos. Fatigaria o leitor. Uma, no entanto, não pode ficar esquecida: os barrinhos. Coisas singelas, miniaturas de tudo o que era apetrecho doméstico, panelas, tachos, pratos, frigideiras, canecas, canjirões, tudo no barro rústico de Vila Franca. Indispensável era o mealheiro, a durar, em recolha de trocos, serrilhas ou seis-e-cinco, luxo era a pataca, até às festas seguintes. Também o asso-

bio, em forma de pássaro, que, com um pouco de água dentro, trinava como o mais musical canarinho.

É altura de deixar as festas alegres, bem conhecidas dos turistas, e passar ao que considero a mais genuína e secular manifestação da humildade e sensação de fraqueza dos intrépidos povoadores, perante os mistérios de uma natureza hostil. Neste caso, não me importo de passar de ficcionista a jornalista, tão desconhecidos são os romeiros de S. Miguel – e só de S. Miguel, de mais nenhuma outra ilha. Romarias há muitas por este país, mas festivas. Romeiros de S. Miguel não têm nada de festa, só sacrifício e penitência.

Os primeiros ranchos de romeiros formaram-se em consequência de calamidades que açoitaram o povo micaelense e que, na linguagem popular, têm o nome de “castigos”. O micaelense de 500 nada sabia das forças da natureza, mas tinha consciência dos seus pecados, cujo castigo era a ira divina, terramótica ou vulcânica. Segundo a tradição, os romeiros tiveram origem no grande sismo de 1522 que parcialmente destruiu Vila Franca do Campo, destruição completada pelo desabar de um monte que lhe ficava a cavaleiro. Visitantes de S. Miguel, não se esqueçam de que as vossas paradisíacas férias podem ser interrompidas por um súbito despertar de Vulcano, que dorme no fundo dos mares ilhéus, normalmente despertar molinho de pequeno bocejo, mas às vezes acordar colérico e cheio de azia, depois de sono mal dormido, de pés de fora e a torcer-se toda a noite, irritado com o ressonar da Vulcana, que nem sargento de artilharia.

De facto, parece que as romarias são um pouco posteriores e datam de outro cataclismo, as enormes erupções vulcânicas de 1563, que atingiram praticamente toda a ilha. A lava escorria por todos os montes, iluminando a noite, enquanto as cinzas e fumos toldavam o dia. O melhor é transcrever Gaspar Frutuoso.

“Uma hora da manhã começou a terra subitamente a tremer com horrendos e contínuos abalos, que se sentiram mais em Vila Franca por ser esta mais próxima do monte onde rebentou o fogo. Fizeram uma devota procissão à casa de Nossa Senhora do Rosário, do mosteiro de São Francisco e daí ao mosteiro de Santo André, das religiosas de Santa Clara, que já pelo mesmo motivo tinham feito outra procissão, por dentro de sua crasta; daí tornando à igreja de São Miguel donde se saíram, sendo já manhã clara. No qual tempo tremeu a terra mais de quarenta vezes, tremendo também o sábado no qual sendo horas de Ave Marias se eclipsou a lua como ser cheia, do qual eclipse nenhuma fé deram em algumas partes da ilha, e também alguns da mesma vila desatinados com medo, pelo que à tarde fizeram outra procissão com

muitos géneros de penitências aos mesmos lugares dantes.”

“No domingo seguinte, à tarde, como começasse a terra a tremer mui impetuosamente, ordenou-se novo cortejo com o mesmo percurso; e como continuassem os abalos até à segunda-feira imediata, 28 de Junho, tremendo o solo mais horrenda e espantosamente quando cantavam vésperas na Igreja de São Pedro, saíram daqui processionalmente até ao mosteiro das freiras e deste para a Matriz, sendo entremetentes tão grandes os abalos que muitas pessoas fugiram para o ilhéu fronteiro. Como crescessem os tremores, numerosa multidão se dirigiu processionalmente à igreja de Nossa Senhora da Piedade, indo os que ficaram na vila em procissão ao Mosteiro de San Francisco e ao das freiras e à Matriz, fugindo outros para o ilhéu, uns em barcos e navios, outros a nado.”

Castigos de Deus, ainda hoje assim os vê o micalense e pede misericórdia nas romarias da Quaresma. São dezenas, cada ano, os ranchos de romeiros, grupos só de homens, não só populares mas também, com frequência, gente abastada. Confessados e comungados na manhã do domingo de partida, percorrem a pé toda a ilha, subindo e descendo montes para visitar todas as igrejas e ermidas de invocação da Virgem. A indumentária é uniforme: sapatos grossos, roupa simples, um xaile de lã aos ombros e um lenço enramado ao pescoço ou na cabeça, saca de pano à bandoleira para os víveres, um bordão e, inevitavelmente o terço, aliás dois, um na mão e outro ao pescoço.

Formam em duas filas, de cada lado da estrada. Ao meio, só algumas figuras destacadas. À cabeça, o porta-cruz, o mais novo do rancho, geralmente uma criança, que isto de romeiros começa de pequenino, quase que como um rito de iniciação. Até nisto há regras; a cruz está erguida e virada para a frente enquanto os romeiros rezam cantando, mas o porta-cruz vira-a para si e reclina-a sobre o braço esquerdo enquanto os romeiros descansam. Na igreja, é pousada no chão, virada para o altar. Ainda ao meio, mas no fim, vem o mestre, obedecido por todos os romeiros como se fosse abade medieval. A fechar, o procurador das almas, o que recebe os pedidos de oração das pessoas que vêm passar o rancho e o único com quem se pode falar.

A disciplina é rigorosa. A boca do romeiro só se abre para cantar as rezas, qualquer outra conversa necessária só depois de autorizada pelo mestre; regra cumprida mesmo nos momentos de descanso, deitados nos taludes de leiva à beira da estrada, abrigados debaixo de uma criptoméria da chuva incessante de Março ou Abril.

Nas conversas excepcionalmente consentidas, nunca o tratamento pelo nome. Durante a romaria todos têm só um e o mesmo nome, irmão. Mesmo à noite, recolhi-

dos por quem os acolhe, evitam conversas uns e outros, quase que só um agradecimento pelo jantar obrigatoriamente frugal, banho e cama que lhes são dados. E é sagrado dar-lhes abrigo, como sempre fez a minha mãe. Muitas vezes fui eu dormir para o sótão – a falsa, como se diz na minha terra – para um romeiro dormir na minha cama, não sem antes rezar um terço pela família de acolhimento. Este terço é rezado com aquele que trazem ao pescoço e é deixado à guarda da dona da casa – que frequentemente também reza por ele, com a família – até ser recolhido antes da partida para mais uma jornada.

Uma das obrigações dos romeiros é a encomendação das almas, cantada como que num lamento vindo ainda dos tempos medievais. As gentes por que passam os ranchos de romeiros limitam-se a um código simples, pergunta quase silenciosa do procurador das almas, “Quantas?” E é uma troca de deveres, orações por quem pede, tantas quantas o número de romeiros, e, tantas quantas as almas encomendadas, ave-marias cantadas pelos romeiros, ao longo da estrada, a terminar, à chegada a cada igreja ou ermida, pela tal linda e comovente oração medieval da encomendação das almas. Curioso é que o número real de romeiros é sempre acrescentado de três, porque com eles vão também três romeiros invisíveis, Pai, Filho e Espírito Santo, outras vezes Jesus, Maria e José.

Nas igrejas por onde param, e onde se vê que há um rancho pelos bordões todos alinhados no adro, cantam a encomendação das almas. Ao longo do caminho, naquela contabilidade complicada de almas encomendadas e de orações, gerida pelo procurador, que as vai abatendo da lista terço a terço, vão recitando incessantemente a sua característica Ave Maria, completamente diferente da litúrgica, um poema belíssimo.

No fim de uma longa lista de cânticos de sabor medieval, enriquecidos pela pronúncia micalense, o sublime “Misericórdia”. Nada me impressiona mais na música religiosa micalense. Cantam-na os romeiros mas também os devotos do Espírito Santo, no terço vespéral. É o meu máximo de sensibilidade em relação às minhas origens e às minhas gentes, a oração que considero a mais sublime de entre as várias que são cantadas tradicionalmente.

É um cântico que vem das raízes do povoamento, um apelo de quem se sente pequeno e irmanado pelas fúrias da natureza que foram encontrar, na aventura de uma vida nova perdida nos mares infindos. Este texto de pouco vale se não ouvido cantado, numa toada pungente, quase um grito angustiado vindo do fundo da alma, de pessoas inteiras e orgulhosas, como os micalenses, mas também conscientes da

sua pequenez. Não posso reproduzir a música, mas impõe-se que aqui deixe a letra:

Senhor Deus, misericórdia,

Senhor Deus, misericórdia,

Senhor Deus, misericórdia,

Virgem mãe de Deus e mãe nossa,

Virgem que tanto amais vosso filho, misericórdia,

Seja louvada e bendita a sagrada paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo,

Seja para sempre e ámen, com nossa Maria santíssima.

Com esta vivência infantil e com os meus hábitos de família, não admira que um impenitente increu, como eu, me continue a impressionar tanto com as manifestações religiosas do meu povo, genuínas e ancestrais. É uma dimensão cultural que não enjeito. Como se retrata um amigo meu, intitulando-se paradoxalmente de ateu-católico, acho que só assim se sente a religião, vista de fora da fé. E entendo que Deus deve existir, porque para isto basta que exista na alma dos meus outros, embora não na minha.

Saudades da terra

Nunca chego indiferente à minha terra, sou sempre turista devoto, triste se a falta de tempo me impede de cumprir as minhas obrigações. Já não são deveres de encontro com gente amiga ou familiar, cada vez mais a rarearem, numa calvície crescente de afectos. Transferi-os para visitas a outros amigos, os ambientes e as recordações. Daí, três percursos, tanto quanto possível sempre cumpridos. Tivesse mais tempo, entre avião e outro, em corrida, bem gostaria de poder incluir sempre outro percurso afectivo, o de algumas paisagens predilectas.

Aperceber-me bem da paleta variadíssima dos verdes da quadrícula de pastos e terras de cultivo, contrastando com o negro profundo dos muros de basalto que as separam. Ver as estradas e caminhos, até onde desce a massa verde escura das matas de criptoméria, com as mais curiosas e atrevidas a espreitarem a estrada, premiadas com a decoração contrastante das hortênsias azuis. Rompendo o que pode ser alguma monotonia da mata, a água correndo com desassossego cava as grutas, prenhes de humidade, onde as hortênsias dão lugar aos musgos, aos fetos e às conteiras de grandes folhas, com os seus enormes cachos de flores amarelas, de suco perfumado, que saboreava em menino.

Ficar sozinho em qualquer recanto, deitado num pasto a ver terra, mar e céu, trincando uma erva a parecer franciscanamente que sou a minha irmã bovina, ouvindo os silêncios eloquentes da natureza, cortados por um mugir doloroso de vaca aflita pela ordenha que tarda, ou pelo piar de um milhafre solitário. E ver tudo isto alterar-se quando o céu se vira cinzento pesado e toda a paleta de cores muda, com igual beleza. É necessário um encontro de comunhão entre o homem e a natureza, que só lá.

* * * * *

O primeiro percurso, obrigatório, é a volta, nem sempre a mesma, pela cidade.

Honestamente, devo dizer que não é nada de impressionante, não fossem as recordações. Ponta Delgada, conheço-a de novo, de viagens frequentes, nos dias de hoje. Mas a visão contemporânea não consegue fazer esquecer a imagem da minha cidade que já está na memória auto-iludida de uma actualidade hoje prosaica e que só vive como realidade na minha imaginação.

Bairrismo à parte, não tenho de Ponta Delgada uma impressão que sobreleve o meu gosto por muitas outras cidades portuguesas. A malha urbana é incaracterística, o centro de ruas estreitas e passeios minúsculos, desvalorizado por um trânsito automóvel caótico. Comércio banal, falta de espaços de lazer – com excepção de alguns jardins bem cuidados, alguns no centro da cidade – oferta cultural pobre, apenas com duas ou três livrarias. A noite, antes animadíssima, é agora a tristeza de um marasmo deserto e silencioso, que os tempos são de descanso doméstico em frente da televisão.

Já não me dizem nada de novo as belas igrejas, em que, apesar de tudo, entro sempre, nem as magníficas casas senhoriais dispersas por toda a cidade. Destas, a que me diz mais é também a de mais difícil visita, já bastante nos arrabaldes, nos Arrifes. Desde que o meu pai mo deu a ver pela primeira vez, por raízes familiares, sempre achei ser o “solar” mais ridículo dos Açores, o de um morgado remoto, Afonso de Sousa, o “Barbadalho”. Casa modesta virada para a estrada, pintada garridamente de verde e amarelo, estreita a fazer caber apenas porta e janela no rés-do-chão e duas janelas no primeiro andar. Mas, entre elas, farronca desproporcionada, uma descomunal pedra de armas.

Afinal, anos depois, foi uma surpresa. A casa já estava reposta no velho estilo de paredes caiadas de branco e cantarias de basalto à vista. E já não era a casa ridícula da minha juventude. Derrubado o muro que a ladeava e substituído por um gradeamento, vê-se agora que o muro escondia um bonito pátio de acesso a uma casa muito maior, em profundidade, com um portal cuidado, ao cimo de uma pequena escadaria de quatro lanços, bem à micalense, estilo que só encontro cá nos paços do concelho de Castelo de Vide – a mais açoriana das terras portuguesas, por razões que um dia contarei.

A tal fachada pequena do solar “Barbadalho” era apenas a empena lateral a dar para a estrada, uma porta acrescentada talvez por divisão da casa entre muitos herdeiros, que o tal “Barbadalho” espalhou por numerosas famílias de Ponta Delgada, alguns a tratarem-se ainda vagamente por primos, , Motas, Afonsos e Sousas, nome que já perdi.

O meu maior desgosto, contraditório, é a Avenida Marginal. Por um lado, faz parte integrante da minha vista da cidade, por outro obnubila tradições e histórias contadas sobre a panorâmica citadina. Tenho que ir muitos anos atrás, até meados do século XX. Ponta Delgada era uma cidade paradoxal, de grande vocação marítima, mas de costas voltadas ao mar. Feiíssima para quem arribava ao seu porto, virava-lhes só as traseiras das casas. Neste longo muro de rejeição do mar, abria-se apenas uma pequena porta, a da varanda de Pilatos, junto à matriz, local de pequenas tertúlias e, logo ao lado, o cais, para onde se entrava pela Portas da Cidade, três arcos barrocos de grande valia arquitectónica, hoje deslocadas para a Praça Gonçalo Velho.

Veio depois a construção da Avenida Marginal, que todos os turistas conhecem. Não valeu de muito. Acanhada, monótona, sem nunca ter conseguido ser arborizada a sério, ao fim de tantos anos, e desfeada por edifícios ao estilo do Estado Novo, incluindo um incrível edifício dos correios, uma casinha portuguesa à Raul Lino mas inchada à proporção de um grande edifício. Para não destoar, outros dois monumentos à fealdade, a alfândega, com uma espécie horrorosa de pórtico monumental, e o comando marítimo, feiíssimo. A meio comprimento da Avenida, a tal praça Gonçalo Velho, rodeada por edifícios aos arquinhos a imitar ridiculamente o Terreiro do Paço. No centro, uma pequena estátua de Gonçalo Velho em posição de ginasta, braço dobrado e elevado à altura do ombro, coisa que me faz sempre apetecer pôr uma muleta para aliviar o grande povoador daquele cansaço do braço. Nem sequer um cais de honra, que daria outro simbolismo à praça e às suas portas da cidade.

No entanto, a avenida acabou por ser uma revolução na convivialidade da cidade. Na minha juventude, a avenida, no verão, era o centro mais animado da vida da cidade. Os pais estacionavam os carros e passavam de uns para outros, em visitas como se fossem a casa. Os jovens invadiam a avenida, ou formando grupos que se sentavam no murete, ou que se passeavam, em largas conversas e em trocas de dichotes de grupo para grupo, para cá e para lá da avenida.

João da Mota discorria com marcas adivinhadas da sua futura iluminação iniciática. Zé das barbas, figura que já não as usa mas que, então, até os nossos pais conheciam por este nome, expunha com a sua graça proverbial as últimas reflexões sobre as aulas de filosofia da inesquecível doutora. Alba Monteiro. Jaime Matos, já com sinais da sua actual circunspecção e pose de estado, dizia qualquer coisa na sua fina ironia, coisa notável em que muitos não reparam, mas reservando as conversas sérias para a nossa tertúlia política do Gil. O Luís, se não ia para o Pico da Pedra, ensaiava já nessa idade as suas fantasias narrativas, numa oralidade riquíssima que

depois soube tão bem transpor para o papel. O Tomé, voz portentosa, que pena não ter sido educada para rivalizar com os tenores catalães, enchia cidade e mar com o Granada ou com o “Va pensiero”. Isto vai um pouco críptico, de propósito, porque gosto de jogos e adivinhas. Vejam lá os leitores se os identificam, todos pessoas bem conhecidas.

Cortavam-se casacas, misturavam-se conversa parvas de adolescentes com discussões embrionárias de formação cultural e política, trocavam-se sonhos de perspectivas de vida futura. E quantos namoros se fizeram e desfizeram naqueles passeios da avenida?

Tempos passados. Eu próprio não tenho noção perfeita de que já sou possuidor de memória de outra vida da minha cidade, mas encontro sempre uma forma de lhe dar a volta. Hoje, a minha cidade já não é da minha gente real, cansado que estou de desejar inutilmente um encontro casual em plena rua com um velho amigo ou com um simples conhecido. Passeio-me na cidade como se todos os outros fossem simples passantes. Para mim, a cidade é menos de gente e mais física, ruas e casas, mas todas a evocarem-me a gente com quem me cruzava e convivia, aquela que para mim, hoje, continua a ser a minha gente real.

* * * * *

O segundo percurso, este nem sempre cumprido na íntegra, é o anterior, prestação de culto ao meu “santo” de estimação. O primeiro passo é o que mais vezes me falta, a visita ao túmulo logo à entrada do cemitério de S. Joaquim. Singelo, um pequeno obelisco, mas em que se destaca a simples mas certamente comovida quadra de João de Deus:

“Aqui jaz pó, eu não, eu sou quem fui,
Raio animado daquela luz celeste
À qual a morte as almas restitui,
Restituindo à terra o pó que as veste.”

A caminho do centro da cidade, paragem no Jardim do Colégio, para relembrar o bonito monumento de Canto da Maia, um busto rodeado por um muro com dois dos mais bonitos sonetos de Antero, o “Contemplação” (Sonho de olhos abertos caminhando...) e o “Solemnia Verba” (Disse ao meu coração por quantos / Caminhos vão andamos considera...).

Logo pegada, a Rua do Lameiro, rua do nascimento de Antero. Do Lameiro, gosto eu de a chamar assim, porque oficialmente é do Castilho. Mas é como a chamava a minha avó, assim como nunca dizia Rua António José de Almeida (a rua pedonal que

os turistas conhecem) mas sim a Rua Nova da Matriz. Desçamos então a Rua do Lameiro. Quase ao fim, a casa dos Quentais, bonito exemplo de casa senhorial, caiação branca e cantarias de basalto, espalhada ao longo das suas seis varandas de ferro forjado, de genuíno desenho tradicional micalense e com a modéstia de não ter pedra de armas, coisa que a maioria das famílias fidalgas não dispensava na decoração das fachadas.

Quando tenho tempo, uma visita à Biblioteca Municipal, com a sua vitrina evocativa de Antero. Uma caneta, de quantos sonetos escritos, um par de tampões para os ouvidos, na tentativa de calar os fantasmas que o atormentavam em sonhos, e os sapatos de defunto, certamente tamanho 45, que Antero era um homem imponente.

Mais central na cidade, outra evocação anteriana que nunca visito, em sinal de protesto. A Rua Antero de Quental é um miserável beco, escondido pelos prédios pseudo-pombalinos da marginal. Que vergonha! Agora que até já existe uma outra Avenida Antero de Quental, urjo ao município que acabe com esta enormidade. Até sugiro novo nome, bem significativo para a geração de tertúlia e vício de xadrez do meu pai: Beco do Roberto. O Roberto era um extraordinário café de tertúlia xadrezista, com uma inesquecível palmeira ao centro que devia ter sido considerada como património da cidade. Os pais defrontavam-se no xadrez, a miudagem brincava no aterro da marginal, em construção. Os descendentes do doutor Hugo, do tenente Nascimento, do impagável Eduardo Férin, agradecem.

Posso falhar uma ou outra destas capelas do meu santo, mas uma nunca: o banco em que se suicidou, e em que sempre me sento a recitar um soneto, para mim próprio. É também o meu escritório na cidade, em visitas de raspão. Conferência à tarde ou intervenção em reunião oficial, é sempre aí que lhes faço o preparo final, que ponho os slides em ordem. Parvoíce, mas é nesse banco que me sinto inspirado.

Na sua profunda depressão fatal, Antero nem deve ter reparado em que, mesmo atrás, do banco, estava no muro o emblema do convento: uma âncora e a palavra Esperança. Suprema ironia!

Nos últimos anos, o ambiente mudou e custa-me mantê-lo abstraído. A dois metros do banco do suicídio, erigiram uma estátua de uma freira, Teresa da Anunciada. Abadessa de um pequeno convento na Caloura e com sentido das oportunidades, proclamou que, na sequência de um qualquer cataclismo, tinha dado à costa uma imagem milagrosa do Ecce Homo. Espírito empresário antes de tempo, vejam lá no friso de azulejos da Igreja da Esperança como ela fez o seu negócio. O culto cresceu, a comunidade transferiu-se para Ponta Delgada e tudo teve tal impacto que o papa

ofereceu a actual magnífica imagem italiana, objecto do culto do Senhor Santo Cristo. Já não bastava o culto ao Senhor, agora enchem de fitinhas vermelhas a estátua da freira. E então o santo Antero, ali esquecido, mesmo ao lado?

A Rua do Saco

Novo capítulo, obrigatório, para o meu terceiro percurso “turístico-afectivo”, este sim, absolutamente sagrado. Dos Açores e de S. Miguel, já fiz zoom para Ponta Delgada, agora tenho que afunilar mais ainda, para a Rua do Saco, a minha rua de criança. Rua muito especial, oficialmente Rua Coronel Miranda, qualquer coronel bigodudo das campanhas de África que hoje já ninguém sabe quem foi.

Rua do Saco! Parecia rua de subúrbio mas era desejada pela sua centralidade, ali mesmo ao pé do Governo Civil e do Liceu. Era uma mescla em pequena escala de todo o mundo pontadelgadense. Rua estranha, boas casas de famílias distintas, lado a lado com o carpinteiro, o contínuo e o caixeiro. E, pelo meio, um médico, uma professora de liceu, uns tantos empregados superiores. Este era o espaço central do meu mundo e, ao relembra-lo, espanto-me como lá podia caber tanta história e tanta gente marcante, que vão conhecer como muitas das minhas alminhas.

Como tudo hoje é diferente! Vivo num bom bairro, nos arredores de Lisboa. Conheço mais os carros do que as pessoas. Não vejo crianças às cobiadas, não vejo famílias a irem passar o serão a casa umas das outras. A noite, quando vou à minha varanda, é um deserto de in-confraternidade. Também eu me refugio na televisão, quando não me dá o sono de cansaço às nove. Fora as conversas de família estrita, vivemos num isolamento de consumidores passivos do que nos entra em casa. Qualquer meu amigo de origens provincianas compreende isto. Desapareceu a tasca do compadre Joaquim, onde os pai os levavam, onde se aprendia com os velhos, onde se ouvia cantares, onde se apercebiam as regras do complicado mercado dos porcos, onde se contavam histórias do tempo heróico-triste da praça da jorna, da alimentação reduzida à açorda, da recordação em surdina da Catarina Eufémia.

Ainda hoje, sempre que consigo aldrabar numa meia hora o horário apressado das minhas idas à terra, vou sempre à Rua do Saco, como ritual que garante o paraíso.

Antes não o fizesse, porque é uma desilusão para quem tinha só a visão fantasiosa da infância. É uma rua banal, mesmo feia. Estreita e pejada de carros estacionados, casas de arquitectura pequeno-burguesa sem qualquer nota relevante, mesmo as mais ricas, janelas fechadas e nenhum sinal de convivialidade, uma rua morta. Mas recuso-me a vê-la só assim.

Subo a rua e sento-me à soleira do meu 56-A. Vejo as cobiadas da minha malta e leio imaginariamente o último número do Cavaleiro Andante. Da casa ao lado, saem a Belinha e o Quinicho, aflito com a asma, da casa defronte o Carlos Maria e a Flávia e, do fundo da rua, vêm subindo o Acácio, o Deca, os irmãos Raposo, o Luís e o Carlos, e o Manuel João, este especial porque partilhava comigo, ainda muito miúdos, a boa divisão do tempo entre as brincadeiras e as leituras de Bдона

Conversas curtas, que o tempo real não permite mais, mas que recordam bem as nossas brincadeiras. Grupo formado, estabelecem-se as regras do jogo, seja de apanha seja de cobiada, todos armados com pistolas, arcos e flechas fornecidos pelo nosso vizinho mestre Aníbal, marceneiro, com desvio do trabalho que lhe dava o provento. Estabelecer as regras de jogo era coisa complicada, porque de todas as vezes algum se lembrava de uma invenção. No fim, “tudo escracedido? Oraites? Começa jogo”. Às vezes, a complicação de novas regras exigiria um árbitro, mas não era preciso, porque o grito “para jogo” era religiosamente respeitado e começava outra sessão de negociações. E lá nos perseguíamos, até aprisionar o adversário com o clássico “ariuane”, que tínhamos aprendido do “up your hands” dos filmes de cobóis que víamos no Coliseu.

Arma a sério, só a espingarda de ar comprimido do Rui, contrastante connosco no buço a adivinhar a adolescência. Que compita entre todos nós pelas boas graças do Rui, a valer-nos um tirinho de zagalote! Tudo acaba como tem que acabar, com o pai do Rui a proibir mais exhibições marciais. Foi daquela vez em que o Zezé, caixa de óculos de pelo menos um centímetro, atirou mesmo ao meio da traseira de sotaina do Padre Maia, ainda compungido pelos sacramentos que tinha ido dar à vizinha Joaquina – eterna acamada que nunca vimos – e que se foi mugindo de dor rua abaixo, agitando o livro de orações que nem panfleto em comício.

E eu sentado no 56-A! Entretanto, por mais de uma vez, já vislumbrei olhares admirados de vizinhas vindas à janela e olhando reprovativamente para um sessentão, de fato e gravata por dever de ofício, sentado à soleira de uma porta – e, digo com vergonha, fumando uma cigarrilha. Fico intimidado, reparo que a sua gente mudou para gente comum que não tem lugar na Rua do Saco que recordo – ou que fantasio.

Desço então a rua, com tristeza e saudade, mas uma tristeza que me reencontra comigo mesmo, vou-me despedindo mentalmente, casa a casa, de cada um dos meus companheiros e, lá na esquina, como fazia em miúdo, troco o Cavaleiro Andante pelo Mundo de Aventuras do Manuel João.

E foi o Manuel João que, há tempos, em Lisboa, me recordou uma personagem essencial das nossas brincadeiras da Rua do Saco só nossa, o Grandalhão.

Não seria este o nome, que nunca o soubemos, mas, se calhar, alguns dos rua-saquianos, mais lidos, adivinhavam que o seu nome era Injun Joe. Era o que ele era para todos os miúdos, figura assustadora na sua altura que estimávamos em três metros. Dormia, e roncava que se ouvia em toda a rua, entre as pipas da taberna do senhor António do canto.

Este senhor António “do Canto” também entra vagamente nas minhas histórias. Quando a Jorgelina boateira da Rua do Saco foi dizer à minha avó Adélia que tinha morrido o senhor António do Canto, a minha avó chorou pesadas lágrimas pela perda de um grande amigo, figura das mais distintas da sua terra e marido de uma terceirense, sua amiga de infância das maiores. António do Canto Carvalhal, grande senhor da minha meninice, híbrido micalense-terceirense como eu – a melhor mistura – homem que fazia da fortuna generosidade, patrocinando o asilo de velhice, cultivando como se filho fosse o magnífico Pinhal da Paz.

Afinal o falecido era o senhor António, é verdade que também do canto, mas porque dono de uma taberna ao canto em cima da Rua do Saco, e minha admiração pela facilidade com que rolava pipas enormes, para as lavar com seixos. Só muito mais tarde é que reconheci na televisão o senhor António como lutador japonês de sumo. O Grandalhão, seu inquilino gratuito, também não ficava atrás.

Quando o Grandalhão se aproximava, com um sorriso doce de criança grande, que na altura o nosso medo não nos deixava ver, fugíamos para todos os lados, desfazia-se o grupo da brincadeira. Na sua infantilidade, o Grandalhão aprendeu. Deixou de se aproximar tanto, sentava-se na soleira de uma porta bons metros acima e via-nos brincar, horas a fio a passar-lhe pela cabeça o desgosto de não o deixarmos brincar às apanhadas que ele nunca jogara com os amigos que nunca tinha tido. Quando podia chegar-se-nos, oferecia-nos coisas preciosas para ele, labores nocturnos, carolo de espiga de milho com fósforos espetados, a imitar vacas. Que pesar, hoje, de nunca lhe ter agradecido devidamente com um abraço, a retribuir a meiguice de olhos com que pretendia fazer amizade, com aquelas ofertas.

A sua outra amizade era a gata, inseparável. Quem se atrevesse a fazer-lhe mal!

Um dia, alarmei-me com um tremendo miado que parecia agonizante. Afinal era a gata a render-se aos prazeres da carne com um gato atrevido, vindo sabe-se lá de onde. Foi a única vez que vi o grandalhão zangado. Agarrou no vadio, mirou-o furiosamente, sacou do bolso uma navalha e capou o gato.

Carroças e alimárias

Rua do Saco, rua estreita mas, para mim e para os meus amigos da rua, larga que nem campo de futebol, a permitir todas as brincadeiras. Carros, era lá vem um. Carros, diga-se, automóveis, porque muitos outros por lá passavam, carroças de besta, a emporcalhar a rua. As minhas lembranças de criança, de brincadeira de rua, são indissociáveis do cheiro a bosta, cavalo, boi e burro, cheiros bem diferentes que eram, conforme a espécie de alimária. Desculpem lá a porcaria, mas também são memórias!

Quem se lembra ainda das carroças? Umas eram ocasionais, mas muito típicas, as de carneiro. A ninguém aqui ocorre ver o ovino transformado em puxador de carroça. Só na minha terra. Não se comia carneiro nem cabra. Ovelha só para lã, para as camisolas e barretes de S. Maria. Esquisitos de feitio, não pegariam cá, mas não estou certo. Comprei uma vez uma carapuça para o meu filho mais velho, que a detestou até que compreendeu que todos os colegas da infantil a invejavam.

Cabra não há lá. Em sua substituição, usavam-se as cobras, para o excelente queijo fresco, embrulhado em folhas de conteira, e que delicia, com bolo lêvedo! Mas as cobras dão leite para fazer queijo? Em S. Miguel, garanto que sim, principalmente as das Furnas. Todos os dias se apressava a minha mãe ao pregão “Êh, quêje de cóbra!”. Exemplo de como o falar humano dá volta à natureza.

Carroça imprescindível, ainda mal raiava o dia, era a do leiteiro. Dobre-se a língua, como ensinava a minha avó à criada: senhor Teves. Quando a Mercês falhava e a minha avó a repreendia, vinha de lá da rua a réplica “Ó rapariga, é mesmo leiteiro, com muita honra”. Homem bizarro, de boas famílias urbanas, tinha escolhido a vida de leiteiro, aproveitando uma lavoura da família. Quem o via, era um lavrador típico, escanchado à ilharga da carroça de cavalo, cão preso ao varal de trás, grandes latas de leite de folha típicas e colecção de canecas de medida, canada ou meia canada.

O leite era uma maravilha. Primeiro depositá-lo para sobrenadarem três dedos de nata, lá tinha que resultar no fatigante bolo de natas de fim de semana. Depois, que sabor, o do leite! Nunca mais.

Personagem invulgar, a do senhor Teves, homem educado, a poder fazer vida de negócios na cidade mas com mais amor à vida da lavoura. Invulgar, mas ultrapassada por outra, de família, que não conheci. Um primo da minha avó Adélia, Sousa Júnior, nascido como ela na “Praia da Vitoira”, veio estudar medicina e fez carreira como conceituado infecciólogo, professor da Universidade do Porto. Aos sessenta (minha idade, será que me dá também para a maluqueira?) deu-lhe uma pancada e reformou-se antecipadamente das láureas académicas. Regressou à Terceira e às terras de família no Porto Martins, onde se produzia vinho. Despiu a beca e uniformizou-se com camisa de linho rústico sem colarinho, suspensórios e tamancos. Abriu uma taberna e gastou o resto da vida a vender vinho a copo de três, cavaqueando com campónios e pescadores. Há açoriano que não tenha um grão de loucura? São séculos de grande consanguinidade e a genética cobra o seu preço, para o melhor e para o pior.

Das carroças da Rua do Saco, lembro-me, a seguir, das lavagens. Carroça infecta, a babar porcaria para o chão e a deixar cheiros incriveis por toda a rua, recolhia as lavagens para os porcos. Numa época em que não havia eco-pontos, já as famílias dividiam os lixos. Tudo o que era a mistura líquida de restos de sopas e molhos, acrescentado das cascas de batatas e dos talos de couve, eram as lavagens. Recolhidas desde manhã numa grande lata, já fediam de fermentadas até à passagem da carroça. Nada de negócio, a gente até agradecia por se livrar de todo aquele lixo. Negócio fazia certamente o homem das lavagens, chegado à freguesia e distribuindo aquele bom petisco para os porcos dos vizinhos, a precisar só de mistura com um pouco de farelo de milho.

O resto do lixo também era recolhido por carroças típicas, da Câmara, com homens de pé descalço que nunca pensariam que, anos mais tarde, iam passar a técnicos de saneamento urbano. Não eram carroças de cavalo, besta impaciente que não aceita bem a demorada paragem de casa em casa, com um dedo de conversa com a criada. Eram de bois, com uma grande caixa fechada, apenas umas portinholas para despejar o lixo que iam buscar às cozinhas. Não havia os sacos pretos. Cada um acomodava o lixo nos recipientes mais a modos, rivalizando na atracção das moscas, porcarias em que fui criado.

(Por falar em conversas infundas com as criadas, abro parêntesis, prometo que

curto, para essa do dedo de conversa. Açoriano macambúzio e bisonho, é a imagem que por cá anda. Na minha última ida a Ponta Delgada, lá fui comprar, à pressa, as inevitáveis morcelas. Saiu-me em má sorte que a senha anterior era de freguês típico. Não se limitou ao pedido, teve que explicar bem para que era, quais os gostos do filho, de como se fazia o bom molho de fígado do seu tempo, sei lá que mais, tudo correspondido com igual pachorra pela empregada. Eu à espera, só compensado pela delícia da conversa. Se os açorianos fossem o que aqui se pensa, este livro nunca teria sido escrito.)

Depois, os burros com seirões à ilharga, com as mais diversas vendas. Olaria da Vila Franca, marrões, hortaliças, cada um com o seu pregão característico, que pena não poder reproduzi-los em bom som, com a característica toada micaelense. Êêêh, tóchos e panálas! Êêêh, marrãããs! Êêêh, figues de figuêra e figues de banana! (Há figos para tudo). Êêêh, mouncas! Esta é que os leitores não adivinham: mónicas, termo micaelense para as nêspêras, lá usadas principalmente para uma excelente compota, de que cá não é vulgar tomar o gosto.

Bois, cavalos e burros, sempre gostei de alimárias. Na sua reforma, o Prof. Sousa Júnior virou taberneiro. Eu preferia ser lavrador, dúzia de vacas bem minhas amigas, tuteadas, Estrela, Malhada, Perna Branca, Corno Abaixado. Nesta fantasia serôdia de leiteiro, não podia faltar o cão, um cão esperto como os das Sete Cidades, amarrado ao varal traseiro da carroça, mas livre para a demonstração de inteligência. Os prados do Marquês, arroteados de fresco, eram os mais apetecidos. O mal era quando aparecia o feitor à porta da taberna da Luísa, especialista em sandes de pão de meio metro recheado de bela pasta de linguiça bem picante. Bastava um assobio quase mudo, lá ia o cão trespassar as vacas para os pastos legítimos, para frustração do feitor do Marquês.

E o homem transformado em besta de carga? Também tinham as suas carroças, com um varal habilmente feito para um homem puxar a carroça. Estão na minha memória de menino. O Manuel, marçano de mercearia e namorado da Glória da minha casa, dava-me grandes passeios na sua carroça de mão. Hoje, lá nas Américas, é meu compadre, padrinho precoce que fui do seu primeiro filho. Mas, ainda muitos anos depois, era numa carroça destas que os armazéns Benjamim Leandro nos faziam chegar a casa as compras do mês.

Verdadeiras bestas de carga, símbolo máximo da miséria da minha gente, eram os vendilhões de peixe, partilhando com os pescadores seus amigos a vida de miséria. Os pescadores, nada de traineiras, sozinhos horas e horas em barco de cinco metros,

afarolados só pela lanterna de vela acesa, pitando um S. Justa ordinário, aguardavam pacientes, entre sonhos das Américas ou fantasias de vinho de cheiro, o milagre do encher das redes. Mais cheias ou mais vazias, lotaria da lua e das marés, regressavam da faina ainda mal nascia a aurora.

Já lá estavam os vendilhões, quando não eram os pescadores que, em jornada directa de noite e dia, vestiam essa profissão acessória. Já não era mau quando vinham de S. Clara, da Calheta, da Lagoa, tudo perto da cidade. Mas palmilhar, pé descalço, as duas léguas da Caloura ou de Rabo de Peixe até à cidade, ombro derreado pelo varal de que pendiam os dois cestos de peixe? “Êêê, charrinho frâsco!” Coitados, ainda por cima o regateio obrigatório. “Quanto é esta abrótea?”. “Cinco escudos”. “Não, vou esperar pelo próximo”. “E os chicharros?”. “Duas patacas a dúzia”. “Pataca e meia, compro”. “É senhora, vá lá, mas ñã se tá à lambrar dos mês pitchenos”.

Ah, “charrinhos” da minha infância! Discussão interminável com a minha mulher, que não os consegue distinguir do carapau continental. Falta de dons de açorianice! Numa coisa rende-se, apesar de exímia cozinheira, é sobre como fazê-los. Cá em casa, carapau é exclusivo meu, fritos depois de envolvidos em farinha de milho, com molho de vilão ou de salsa verde, sempre com batatas com malagueta. Não se atreve a disputar-me este domínio de cozinha regional, ela que já me substitui excelentemente no ponto certo da fritura das morcelas e no apuro do polvo com vinho de cheiro.

Os meus amores

A Rua do Saco, já quase a despedir-me dela, foi também testemunha do mais marcante dos meus amores juvenis, o namoro com Clara, no desabrochar da sensualidade adolescente de masculinidade por descobrir. Mas, sobre isto, estava eu estritamente proibido a mim próprio de escrever, não fosse alguém conseguir identificar essa mulher, que quero preservar porque não é invenção, é mesmo realidade bem vivida. Hesitei muito e acabei por não me conformar, porque, senão, julgo que fica amputado o meu retrato, coisa que também não nego que esteja por detrás desta história das alminhas. Pode-se conhecer uma pessoa sem sequer um pequeno vislumbre desse lado da vida?

Lembram-se dos amores de criança, entre um simples brincar aos casados, alguma noção pré-masculina de posse sobre a outra, um sentido precoce do perfume de mulher, que me ficou para sempre – ah, “Profumo di Donna” (eu, sensual, me confesso!) – e um já quase perverso desejo de conhecer a diferença?

Em menino, a passar à adolescência, fui um pinga-amor. As minhas “paixões” não têm conta, pelo menos a partir dos nove ou dez anos. Às vezes faço a lista, meço o tempo e chego à conclusão de que cheguei a ter duas e três em partilha minha de paixão! Há tempos, em Ponta Delgada, reencontrei por acaso uma velha e querida amiga. De facto, não tanto por acaso. Ela sabia onde me encontrar e fê-lo propositalmente, o que muito me tocou. O nosso grande abraço só mostrava aos outros duas cabeças juntas, mas ambas grisalhas. Mas que bonita continuava ela! E lá a registei mentalmente na recordação das paixões infantis, onde ela faltava por incompreensível esquecimento meu, ela que tinha sido das mais secretamente assolapadas. Se calhar, a I. vai ler isto e identificar-se facilmente. Não faz mal, deve causar-lhe um bonito sorriso e reforçar a nossa amizade.

Certamente, é por isto que hoje me diverte tanto o donjuanesco “Ma in Ispagna son

già mille e tre”.

Mais tarde, foi a sério. Amor verdadeiro e bem fundo tive-o pelas duas mulheres com quem casei. Amor como deve ser, não merece descrição. A vida vai e vem. Amor, é coisa que se vive a cada momento, que evolui subtilmente, embora possa continuar paixão amadurecida. Não é certamente esse amor seguro mas vulgar que interessa ao leitor.

Mas as origens? O que deixei vislumbrado e provavelmente merece a curiosidade perversa dos leitores, foi essa minha relação com a Clara, coisa pouco condizente com os costumes do tempo. Não lhes vou fazer a vontade de leitura erótica, é coisa muito pessoal que só me permite algumas notas um pouco crípticas. Mas quantos dos meus leitores, sessentões como eu, não evocarão em silêncio, sem perturbar a harmonia doméstica, as suas Claras, os seus primeiros amores inflamados, se calhar as suas fantasias de bem entrado nos anos?

No meu caso, duvido que tenha sido amor e, aliás, nunca tal coisa dissemos um ao outro. Foi uma efémera febre de um verão, o tempo dos incêndios. Foi uma explosão minha de catorze anos em fúria, porque para ela, mais velha e sabida, foi provavelmente um mero jogo de sedução. A nossa relação, em afecto, era a de dois grandes amigos. De resto, era pura sensualidade, perversa no encontro entre uma mulher já feita e eu um “homem” de catorze anos, ainda mistura de muito criança e de qualquer coisa de novo que desabrochava com vigor. Os seus jogos afogueavam-me, a princípio sem resposta, por uma timidez e complexos de educação que me tolhiam.

De manhã, levantava-me à pressa para a criada Adelina me abrir a porta e eu subir em silêncio até ao quarto da Clara. Em sono repousado, uma coxa magnífica a sair do lençol, às vezes um pequeno vislumbre da sua loureza de seara. Acordava ela, “estás aí?” – como se não soubesse – pedia-me um beijo de amigo, mas com um pérfido virar de cara, ligeiro e sabidão, só a dar-me vago sabor de outro beijo. Ficávamos ainda a discorrer, muitas vezes ela a fazer-me ciúmes com os seus namoros com rapazes da sua idade e, malandra, sempre esquecida de puxar o lençol. Depois, ia vê-la nos preparativos do banho, leve camisa de noite, decotada, a descortinar-me panoramas esbraseantes quando ela, maldade provocadora, se debruçava à minha frente. E eu a ficar-me, nas minhas contradições, imaginam como.

À noite, sob a vigilância benévola da mãe M., as lições de homendade. Perversa, ao dançarmos, dizia-me que não percebia porque não me aproximava mais e não a abraçava a sério. E o meu primeiro beijo frustrado? Dançava eu com ela, parou, olhou fixamente para mim e disse-me “aprende, quando uma mulher te olhar assim é por-

que está com grande desejo de que a beijes”. E não é que eu, parvalhão de catorze anos, fiquei a olhar para ela sem me atrever!

Veio ela logo a seguir estudar para Lisboa; eu, mais novo, por lá fiquei a acabar o liceu. Poucos anos depois, foi ela de propósito de Lisboa a Coimbra para se encontrar comigo. Bem adivinhei o motivo, mas, nessa época, não era fácil conjugar o grande desejo, mutuamente intuído, com as condições práticas. Ficámo-nos por uma longa conversa de jardim, com os passeantes a não nos deixarem exteriorizar a vontade indizível de contacto que sentíamos.

Foi o último e frustrante encontro. Depois, a vida afastou-nos. Se nos tivesse voltado a reunir, talvez não fôssemos feitos para um casamento feliz, sabe-se lá! Cada um seguiu a sua vida, mas estou certo de que nenhum de nós renega essa fantástica experiência, tão pouco vulgar nesse tempo. Muitas vezes me pergunto: “não terá essa experiência estranha, subversiva de tudo o que eu era, rapaz educado em grandes regras religiosas e morais, mudado por completo a minha personalidade? O que nos emociona e nos entra no fundo do prazer físico não é tanto ou mais importante do que o que nos meteram nos esquemas de pensamento?”

Há uns anos, após longos anos de vida familiar estabelecida, filhos e netos criados, a Clara telefonou-me. Começámos por banalidades, rapidamente a conversa ficou feita de silêncios angustiados. Lá fomos conseguindo dar umas indicações um ao outro, mas a conclusão muda foi a de que não nos queríamos ver na decrepitude. Temos coisas muito mais bonitas a recordar. Dizem-me que eu não era feio de todo, em jovem. Ela era um esplendor de beleza. Vamos recordar-nos assim.

Mas não consegui resistir. Há pouco tempo, fui eu que lhe telefonei, lá para muito longe, conversa toda de subentendidos, entre sessentões de vida vivida. Mas que prazer ao intuir, a lonjura transatlântica, que ela, em conversas crípticas, me mandava mensagens cifradas, como “lembras-te de quando fui a Coimbra?”

E não digo mais nada, que já falei demasiado.

Um projecto falhado, ou o grande apagão celeste

Não é que continuo a desviar? Tardei-me com evocações afuniladas desde os Açores até à Rua do Saco, quando este livro não é um guia turístico. Prometi uma história sobre o meu mastro das alminhas, mas vou escrevendo e trescrevendo e ainda nem lá cheguei, quase que esquecida já a profecia do preto Sebastião.

Também é verdade que o cozinhado ainda não estava pronto. Acompanhando um gin tónico à Peter's, as conversas açorianas foram aperitivo a abrir o apetite. Fui ver à cozinha, provei, só mais uma pitada de sal e agora já está tudo bem apurado e nos conformes. Já não é sem tempo, passemos à mesa. Venha agora a procissão das minhas alminhas, “vamos que é d'obrigação”, como cantam os foliões de Espírito Santo de S. Miguel.

O primo Jacob veio fazer-me uma visita para dizer alguma coisa sobre a festa de domingo das alminhas, que ele está a organizar. Para minha surpresa, contou-me que isso tem dado grande agitação entre as alminhas que têm estado a ler as notas que sobre elas vou pondo na Internet, e parece que não são poucas as alminhas leitoras. Internet no Céu é bom sinal de modernização. Se calhar, há mais mudanças no Céu do que no Vaticano. O Padre Eterno está demasiadamente ocupado com o bem-estar dos seus eleitos para se poder preocupar com a inspiração divina a velhos cardiais e com obsessões sobre o aborto e a sexualidade.

Ainda há uns tempos disse-me o meu pai-águia que tem estado ocupadíssimo, com a responsabilidade de muitas obras. Havia casas que nem água canalizada tinham. S. Francisco, por exemplo, vivia num estábulo, era vontade dele mas já não é aceitável, para a dignidade de santo tão venerado. Mas também há exageros. Pio IX, personagem pouco recomendável mas que agora é santo, símbolo último da majestade pontifícia, queria uma réplica do palácio do Vaticano, mas S. Pedro mandou-o dar uma volta. João Paulo II quer um avião às ordens, com altar aéreo para as

suas devoções marianas e exige um gabinete de relações públicas, que ele bem sabe como se valeu dos media.

Exageros destes à parte, não há dúvida de que o Céu está a precisar de atractivos. Com o conselho de sempre do senhor Vasco Bensaúde, proprietário na Terra do Hotel de S. Pedro, o meu pai está a reconstruir lá em cima o hotel, a obra predilecta da sua vida terrena. Quando chegar a minha vez, para lá vou como chefe de cozinha, para os hóspedes de distinção terem de ficar muito tempo a escolher entre uma ementa açoriana e uma ementa de alta cozinha, as duas da minha autoria.

O que muito irrita o meu pai, “workaholic” toda a vida, é o regabofe e irresponsabilidade profissional que o Eterno permite. Os mestres com quem ele já cá se zangava, incapazes de trabalhar à tarde depois da garrafa de vinho no cesto trazido pelo cão, esses nem falar. Só a muito custo dão uma mãozinha, porque querem é passar o tempo a disparatar no banco à porta da taberna celeste. Mesmo o mestre Veloso marceneiro, diligente e grande auxiliar em vida do meu pai, lá se vai desculpando, à Einstein: “Ó senhor Costa, o problema é do meu velho relógio que trouxe lá de baixo. Aqui anda tão devagarinho que nunca são horas de ir para o trabalho”. Confesso que isto me mete algum medo, para quando para lá for, porque não sou nada de ver passar o tempo a olhar para nuvenzitas, por mais celestiais que sejam.

O problema da modernização celeste tem sido a informatização, porque os bons técnicos são jovens e ainda não chegou o seu tempo. Um dia, o mais longe possível, lá irá ajudar o avô o seu neto tardio, futuro engenheiro informático e derradeira alegria da sua vida. Mesmo assim, já há uma intranet bastante rudimentar e tão insuficiente que serve de prémio, tantos minutos de utilização por tantas virtudes, que isto no Céu já está muito managerialista. É assim que as suas alminhas vão lendo os meus escritos, mormente o que eu chamo as açorianices do domingo.

O modernismo celeste anda exacerbado. Por méritos indiscutíveis, o Amadeu, de que falarei em breve, lá tem o seu velho Ford, para passeios de toda a pequenada ida para lá antes do tempo justo. Claro que não há grande rede de estradas, apenas uma de sete quilómetros, como a da ilha do Corvo, entre vila e aeroporto, para idas e vindas a justificar o carro. S. Pedro, ainda pensando na via Ápia, propôs uma de lajedo romano, mas o meu pai, com os seus modos brandos mas sempre persuasivos, insistiu no asfalto. Feitas as contas, Jeová concordou, mas em sistema SCUT, para o que o meu pai teve que convencer o senhor Vasco Bensaúde a criar uma empresa. Não é que agora o Supremo já diz que não, para desespero do Amadeu, e que isto agora é de utilizador-pagador?

Chegado o tal domingo anunciador de aniversário, passei a noite de ouvido alerta, à espera da prometida procissão das minhas alminhas, organizada pelo primo Jacob, com a ajuda do seu amigo Amadeu. Mas que dois! Prometia grande festa e eu já lhes tinha dito que não ia por menos do que o magnífico cortejo da aldeia, ao som de Mahler, do último sonho do Kurosawa. Desilusão! Lá vir visitar-me, o primo Jacob veio, mas sozinho, de papagaio de todas as cores como de todas as cores se faz um portento de humor e inventividade, de penas desgrenhadas de quem não liga a regras, de cigarro sempre dependurado do bico. Vinha de cabeça murcha e com a beata ainda mais caída. Teve permissão especial do Altíssimo para me vir explicar porque é que a festa tinha que ser adiada. Ainda por cima, a culpa foi do primo Jacob.

Com o seu feitio brincalhão e com horror a qualquer tristeza, dois dos seus grandes amigos lá em cima são os veneráveis Job e Jeremias, que ele se sente na obrigação de alegrar. O velho Job diz-lhe às vezes que se lembra de mim, de me ver sentado no Teatro Avenida, a assistir encantado à sua magnífica reencarnação pelo Nestor de Sousa, outro patrício açoriano, no TEUC vicentino.

Na véspera da esperada festa, estava o primo Jacob em casa do patriarca Job, que nunca se queixa, quando o primo se deu conta de que a pequena mas bonita vivenda patriarcal, restaurada pelo meu pai, tinha o frigorífico avariado. Prestável para os amigos como ninguém, logo o primo Jacob se prontificou a resolver tão grave problema, para dali a algumas horas já terem uma cervejinha fresca a acompanhar as suas inventadas histórias do Pátio da Alfândega. Mas o Jacob não sabe que sempre foi uma desgraça para as máquinas, que mal conseguia acender um isqueiro?

Resultado, o estouro do curto circuito da antiquada instalação eléctrica celeste ficará a ecoar durante milénios (dos nossos, uns minutos para os que lá estão). Foi apagão geral, mas aí não houve grande problema, porque Jeová ordenou à pombinha do Paracleto que fosse iluminar uma velinha entre as asas de todos os anjos, em cortejo de luzes encabeçado por bandeira vermelha de Espírito Santo e com o Imperador da Guarita a abrir, coroa de prata nas mãos.

Mais catastrófico foi o efeito no sistema de controlo das fronteiras celestes, com os discos todos queimados. E, como disse, não há lá por cima bons informáticos. Ainda não chegou o seu momento e, quando chegar, Bill Gates que se cuide, que bem pode ir para outro destino. Pior ainda, para a complicada gestão das relações entre céu e inferno, de que diariamente se encarregam o diabo e S. Pedro, decidindo casos complicados como o de algumas almas polémicas que lhes chegam para decisão de destino, queimou-se até ao último fio a linha do telefone vermelho; sim, que ainda há por

lá guerra fria e com ameaças de bombas que não são estas pobrezitas de cá de baixo, são capazes de um novo “big bang”.

Concluindo: fronteiras celestes fechadas, S. Miguel e os outros anjos armados, mais em alerta do que os polícias em campeonato de futebol, contacto quebrado com a página www.jacob-bensabat.brincalhoes.eternidade.ceu, mas a promessa solene, transmitida pelo Padre Eterno ao primo Jacob, de que o adiamento da festa era só por uma semana.

Tudo isto é pura verdade. Mas essa de redes eléctricas celestes, internets, cervejas fresquinhas, não parece história esfarrapada? Parece mais história de pescadores mentirosos como são todos, que o meu pai me deve ter incutido, como pescador amador que era – mas especial, porque a pesca era só a oportunidade para umas horas de solidão a conversar consigo próprio, nem sequer com o filho que era o seu alter ego.

Deve ser um caso daqueles em que eu distingo mentira, que me é execrável, de “mintira”, à moda da minha terra, coisa engraçada, imaginativa e inofensiva, recheio dos serões familiares, a que acho muita piada. Mas admitamos que a história do adiamento da festa é verdadeira. Não vou confessar coisas impertinentes, mas estou mais em crer que, nessa semana, devo ter feito das boas, que um homem não é de pau. Sem absolvição do pecado porque igreja para mim é só presença em missa de defuntos como homenagem aos amigos desaparecidos, sofri as consequências. Foi castigo do Altíssimo.

A grande festa

(e o Amadeu a entrar nesta história)

Finalmente, a grande festa. O que o primo Jacob promete é devido, com o empenho que ele põe nestas coisas. Ele já andava de um lado para o outro do seu celeste Pátio da Alfândega, cigarros acesos uns nos outros entre uns cafés na Lusa, a passear-se nervoso com o adiamento da festa. Lembram-se do programa de festas para a família do coronel Pontagudo? Também a minha festa foi de arromba, só ensombrada por Jacob não se ter lembrado de que nem todos são madrugadores como ele. É verdade que dias de reformado são todos iguais, mas continuo a marcar o domingo como dia especial, em que dou largas ao meu defeito de ser muito dorminhoco. Necessidade de quem tem de carregar as baterias para uma actividade sempre frenética, de quem, como dizia a minha avó Adélia, em folgas plebeias ao seu espírito de finura, “tem bicho carpinteiro no rabo”.

Houve variante na festa, não foi o santelmo do costume que me acordou. Quando rebentou o primeiro foguete, estremunhacordei e vi de viés que ainda eram seis da manhã. Lá fui à minha varanda-proa e vi o vigia das Feteiras carregado de foguetes. Foram sessenta, um bombão a cada dezena de roqueiras e o primo Jacob disse-me que era só uma amostra para o grande dia seguinte de Novembro, aquilo a que o meu primo chama “a minha festa nacional”. Só um vizinho meu é que deu pelo caso, talvez alguém que, sem saber, também partilha dotes, mas a perguntar-me se os traficantes de droga já tinham chegado à nossa Quinta da Bela Vista.

Lá vem a procissão, cabo abaixo. De capitão, como não podia deixar de ser, o primo Jacob, apito de marinha em minha honra a dar os toques do cerimonial. Ao lado, seu imediato, outro ídolo da minha infância, o meu amigo Amadeu, a fazer macacadas, de canário muito louro, não podia deixar de ser, sempre com o seu característico cachimbo à Popeye. Figurão inesquecível, com nome predestinado. Amadeu,

o que ama a Deus ou o que Deus ama? Em qualquer caso, passa pelas crianças, que Deus só ama os que amam as crianças e só se ama a Deus olhando-o com olhos de criança. E poucos casos se compararão ao de Amadeu no que toca ao amor das crianças. Agora, revendo-o com enorme ternura, acho que ele sempre foi uma criança grande, que nunca perdeu a capacidade de voar com pés de ouro. Hoje, alguns chamam a isto o síndrome de Peter Pan, na mania de psiquiatrizar comportamentos magníficos. Será que ser normal é obrigatoriamente ser “quadrado”?

O Amadeu tinha um carro muito velho, um Ford de manivela, única causa das suas faltas de humor, “maldito, que não pegas”, conosco à espera que ele se cansasse e nos pedisse ajuda. Então, pegava logo. Era como aqueles frascos de cozinha, em que a minha mulher puxa por todas as forças para os abrir e, depois de todo esse esforço, me basta uma pequena torção dos dedos. O Ford era ainda de buzina de corneta e borracha, que dava sinal logo no princípio da Rua do Saco. Matrícula inesquecível, A-69, a fazer-me lembrar um desvario ocasional de um meu conterrâneo figura de Estado, a valer-lhe muitos silícios da sua regra religiosa. Não há apito automobilístico de hoje que valha esse velho uóó, uóó das velhas buzinas. Era a hora de festa, anunciada por esse som, e só se ouvia ao mesmo tempo, de dentro de uma casa, “ó José, olha o menino”, para o José ter cuidado com o irmão mais novo, que ainda chuchava sentado na soleira a ver as brincadeiras da malta da Rua do Saco.

A hora de chegada do Amadeu à Rua do Saco, em grande estardalhaço de buzinas e de saudações efusivas às vizinhas, era a sua libertação de um dia horróroso de empregado bancário. Chegado o Amadeu, parava toda a brincadeira, que tudo o que coubesse amontado no velho carro lá ia brincar para terras mais vastas e de aventura, como rebolar Monte Gordo abaixo e, às vezes, cair no Charco da Madeira, com o Amadeu à cabeça. Se não caíamos de borco no charco, enxutos também não chegávamos a casa, com o exemplo do Amadeu sem sapatos nem meias, calças arregaçadas, a chefiar-nos na caça às rãs. Ou íamos às canas e fazíamos flautas, para concerto que tentava acompanhar as músicas malucas que ele inventava.

Foi com ele que vi os ensaios da companhia de circo que o Amadeu tentou organizar, com enorme entusiasmo, mas que falhou por falta de artistas. O equilibrista que só sabia balançar-se numa tábua em cima de um rolo, o malabarista que deixava cair as bolas e pedia muitas desculpas, a trapezista que treinava nos baloiços do parque infantil do Jardim António Borges, o grupo de cães rafeiros que se portava mal, despertos pelo cio e a fazer senvergonhices, uns palhaços bêbedos a debitar velhas anedotas do almanaque Bertrandona

O circo foi apenas uma das suas iniciativas extravagantes, sempre condenadas ao fracasso, mas a que se dedicava com entusiasmo infantil. Outra foi o torneio de esgrima, desporto que não sei bem se alguma vez foi popular em S. Miguel. Amadeu foi o meu treinador, eu que nada percebia daquela dança especial. Com um velho máscara e um florete já enferrujado, provável herança de família do Amadeu, ensinou-me as posições básicas, mas nunca mostrei jeito para mais do que isso. Não fez mal, porque o torneio nunca se concretizou, por falta de concorrentes.

Era também com o Amadeu que eu ia às cantigas ao desafio, demolidoras da sociedade local. Com ele vi as últimas representações, também no jardim António Borges, das “comédias de fora da cidade”. E foi em casa do Amadeu que devorei toda a colecção do Sherlock Holmes, que os meus pais não tinham.

Foi também o Amadeu que estive na minha primeira prova do hoje célebre cozido das Furnas. A guiar o velho carro, Amadeu levantou-se ainda noite escura para as quatro dezenas de quilómetros até às caldeiras da lagoa, mas viagem então tormentosa e longa, por estrada linda mas impraticável. Lá deixou a panela no buraco do chão fervente, envolvida no imprescindível pano de cozinha e saco de estopa, a destilar lentamente os sabores de carnes, enchidos e legumes, só ao vapor e ao calor suave do chão vulcânico, operação que demora várias horas. Torna Amadeu à cidade, a ir buscar os amigos, mais outros tantos quilómetros de regresso a um almoço memorável, tão pesado que nem permitia a futebolada para que ele desafiava a miudagem.

Teve a morte mais condigna com tal alegria de viver. Morreu como um menino, sabe-se lá de quê, em plena noite, em vésperas do Senhor Santo Cristo. Foi velado na Igreja de S. José, em pleno arraial do Campo de S. Francisco. Capela cheia de gente, mas ele indiferente àquele ritual mortuário. Eu, sempre ao lado, é que bem o vi a rir-se a cada salva de foguetes, a cada desafinção da União Fraternal, ao gozo previsto das pomposices na procissão do dia seguinte. Em segredo, fui-lhe dando conta de quem ia e vinha e foi assim a minha última fonte de histórias da Rua do Saco, gozando com as Paías compungidas, com a dona Assunção ou com a Rainha da Paz, outras de coisas inconfessáveis que ele me deixou de memória na noite derradeira, mas que não me sinto autorizado a contar. Bem mereceu essa noite final, de que se deve lembrar por toda a eternidade.

A procissão das alminhas

Já é tempo de acabar com os atalhos de conversa fiada e parlapiante, voltemos à procissão das alminhas, no meu mastro do Pamir, e que continue o cortejo. À frente, um grupo de foliões do Espírito Santo, opas e mitras de bispo, de chita às ramagens vermelhas, rabeca, viola da terra, pandeireta e ferrinhos, tocando a sua cantilena tradicional, desafinados porque já um pouco toldados pelo vinho de cheiro que o senhor António do Canto lhes aviou para a viagem.

A seguir, na procissão, vem banda de música, reunida com grande custo pelo Amadeu de entre seus velhos conhecidos, músicos da União Fraternal e da Rival das Musas. Em festas e procissões, as bandas da minha terra refulgiam em primor de metais areados, de fardas pomposas, tudo comprado com ajuda dos emigrantes. O que mais encantava o meu ouvido duro era o bombo, na última fila, entre os pratos e os ferrinhos. Sempre julguei que era a figura mais importante da banda, quando ela se eternizava no fungagá e o bombo punha ordem naquilo, com trovão que explode na placidez de noite aparentemente calma. Mais importante ainda, talvez, o séquito, bandeira de seda ao centro, ladeada ufanamente pela direcção do grémio musical. Não sei como, o Amadeu fazia sempre de penetra e era aceite por ambas as bandas rivais.

Do ensaiador encarregou-se o primo Jacob, que, com o seu irresistível encanto, conseguiu que o Karajan, sem cachet, os pusesse a tocar qualquer coisa pelo menos reconhecível como a minha peça mais querida, o triplo concerto do sublime surdo. O Oistrach e o Richter deram uma ajuda e cheira-me a que o Rostropovitch, felizmente ainda cá, teve em sonho uma viagem aos altíssimos, para também dar uma mãozinha.

Logo vêm uns anjinhos, com arcos de grinaldas, flores de papel misturadas com hortênsias bem azuis. Porquê os arcos, perguntei-me, lembrando-me apenas de que

arcos de grinaldas, na minha terra, eram coisa só das danças de Carnaval, grupos só de homens, metade dos quais impagavelmente mascarados de mulher, a percorrer as ruas com paragem em todas as tabernas, até que o vinho pesasse mais do que a vontade de entrar.

Só depois me lembrei de que o dia da procissão das alminhas era também o S. António, coisas estranhas de calendário, noite de sardinhas e de amores, e que o primo Jacob, sabe-se lá como, deve ter sabido que uma certa noite de S. António, há muitos anos, deu uma grande volta na minha vida.

Os anjinhos, como os conhecemos, são brancos quase transparentes, mas no meio lá vem um com ar bem real e morenito. Reconheço o anjinho moreno. É o Jorginho! Aos anos que não pensava nele. Companheiro de brincadeiras na Rua do Saco, morto atropelado num desfile militar, foi o primeiro cadáver que vi. E logo o de uma criança! Menino de sua mãe, só não tinha a cigarreira porque ainda não tinha idade. Mas, agora alminha pintainho, fez-me rir, falando-me do maluquinho da travessinha, defronte da casa dele. A travessinha da Rua do Saco tinha uns pilares de pedra a impedir o trânsito. Sobre um deles, empoleirava-se o maluquinho anónimo, a mais minúscula figura de gente que já vi, a cantar odes e hinos à Virgem, até que uma das manas Paías, solteironas da janela defronte, lhe atirava um chinelo. O maluquinho já não tem que se preocupar com elas, tem agora lá em cima uma peanha dourada para cantar junto à Senhora, que o desvanece com um sorriso celestial de muita ternura pelos simples.

As manas Paías não fazem parte da minha colecção das alminhas estimadas e não vêm na procissão, mas merecem referência. Guardiãs de toda a crónica de coscuvilhice da rua, chamavam-se Garcia, mas não lhes sei os nomes próprios. Mesmo o nome de Garcia só me veio depois de muito esforço de memória, porque elas eram, para todos os efeitos, as Paías.

Três manas em tudo diferentes e em tudo iguais. A mais velha era feia que nem diabo chamuscado, fusível queimado, toda ossos e pele de cor de cemitério, parecia um vestido velho dependurado do cabide das clavículas. Era tão severa e religiosa que, quando lhe cabia a vez de ir para a janela – elas dividiam-se por turnos de vigia – aproveitava o tempo de coca para rezar o terço. A do meio era pequenina, gorducha e sorridente, peito farto que se debruçava para fora da janela, com um penteado característico que, com a cara redonda, lhe dava um certo ar de rainha Vitória. Tinha uma paixão assolapada pelo Amadeu, que, ao passar na rua, tinha sempre de passar ao passeio oposto, cabeça baixa e olhar feroz, para não dar confiança. A mais nova

era aquela de quem a miudagem gostava, menos dela do que do bolso do avental, sempre cheio de rebuçados para distribuição pela criançada. Contrastando com as irmãs, oxigenava o cabelo, frisava-o em permanente, embonecava-se e escancarava um grande sorriso. Mas era apoucada e tinha um defeito de fala. Quando falava das irmãs, as raparigas, saía-lhe as “paías”, que lhes ficou de alcunha.

Tão diferentes, eram iguais em duas coisas: uma crença inabalável nos espíritos e uma enorme falta de maridos, chegada uma idade em que já não podiam, apesar da falta de namorados, recusar orgulhosamente os que tinham tido. Mesmo a velha religiosa era espírita, mas a melhor médium das três, talvez pela simplicidade de alma, era a mais nova. O mais invocado dos espíritos, quase deus tutelar das manas, era alguém de quem nunca ouvi falar, um tal senhor Gil Norberto, transformado pela Paía júnior em Sôginobé.

Mas, afinal, era a mana tonta a única que tinha namorado, o Freitas do Trianon, distribuidor de amores por tudo o que era balzaquiana necessitada (melhor dito, “baquiana”, à Jorge Amado), para além da família legítima deixada na Madeira. No entanto, respeitador das convenções, namoro de rua para janela, embora janela baixa que permitia atrevimentos que esfogueavam a Paía júnior e a obrigavam a um terço suplementar antes de deitar.

Este namoro faz-me lembrar um aspecto meu pouco conhecido dos amigos, que é a fuga ocasional para o humor porco e que me parece que já me vem de criança. Uma vez, passando junto aos namorados, ouvi a Paía júnior dizer ao namorado Freitas: “Credo, este agora foi tão grande!” Nos metros que andei até a casa, fui pensando na exibição de traques que o Freitas devia estar a fazer e a imaginar como seria aquele tão grande. Afinal, em casa, disse-me a minha mãe que tinha havido uma pequena série de abalos de terra, mas que o último já tinha sido de assustar.

Havia ainda outra coisa que não ligava bem a miudagem com as Paías. Era o seu sobrinho, filho de um irmão falecido, o seu menino querido a encher o vazio dos filhos. O Gualter devia ser da minha idade e dos meus amigos, mas, sendo seminarista, a sua idade era indefinível, escondida na negrura fúnebre da batina, aquela vestimenta já fora de uso que era braguilha do pescoço aos pés. Descia a rua todas as manhãs para ir ajudar à missa em S. José. Ao passar pelo grupo das cobiadas, aquilo devia dar-lhe uma imagem tão pecaminosa que baixava a cabeça, unia as mãos e balbuciava orações para protecção da sua virtude dos miasmas diabólicos que emanavam daquelas crianças a brincar. Mas não era só isso, era o coro de gozo da miudagem pelo seu rebolanço de ancas gordas, pelas nádegas rotundas espetadas meio metro

para trás da cabeça, pelo passinho que hoje se diria de modelo em passerela. Para mim e para os meus amigos, era o “morcela queimada”, pela sua morenice extrema e pelo estrago da fritura exagerada na qualidade do enchido.

As alminhas de respeito, tudo o que disser é verdade jurada

Honras especiais para o primeiro dueto do cortejo, alminhas que não me atrevo a descrever com qualquer pitada de sal e pimenta, tão ricas são. O meu querido avô professor José da Costa vem de asa dada com o seu maior amigo, o doutor Armando Côrtes Rodrigues. Riem-se às gargalhadas entre quadras repentistas em latim macarrónico, desde pensamentos sérios até convites para patuscadas e noites de S. Martinho.

O meu avô, que entre cerca de cinquenta netos se permitia dar-se ao luxo de me escolher como um dos preferidos, vem como mocho da ciência, em homenagem a mim, posterior investigador científico de mediania que não a merece. Inconfundivelmente, o peito do mocho mostra bem as manchas de rapé. Mocho e ciência, mas para ele, homem cristalizado na cultura clássica, primeiro as humanidades. Lá me perguntou se continuo a pensar em cada palavra escrita ou dita, como me ensinou, porque primeiro está o verbo. “In principio erat verbum”. Lá diz João, lapidar, não significante para mim como evangelista, mas sim como grande escritor. Fácil foi ao meu avô fazer lá em cima grande amizade com o Padre Vieira, para além dumas visitas frequentes a Cícero, Virgílio, Horácio e muitos outros, sobrando-lhe ainda tempo para umas discussões teológicas com Agostinho e Tomás de Aquino.

Passo a falar com respeito e emoção, porque o meu avô é para mim uma mistura indefinível de relação “tu cá tu lá” e da maior admiração, mesmo veneração. Se calhar, não tem cabimento nesta história estar a retratar uma personagem bem real, parecendo talvez que imaginária, porque já não se usa disto, mas é um dever de gratidão e não resisto a encaixar neste escrito algumas coisas de marcadamente autobiográfico, ao invés das histórias malucas. Homens como já não há hoje, merecem memória.

Com os meus pais, foi o maior formador da minha mente. Homem genial, extremo nas suas qualidades e nos seus defeitos. Destes direi depois alguma coisa, com comedimento. Mas começo por um, o seu incompreensível desprendimento por deixar obra feita para além da sua vida terrena. Três livros de poesia, foi tudo o que os seus amigos e admiradores lhe arrancaram. Fora isto, um livro de teologia nunca publicado, muitas poesias em jornais hoje a embolorecerem na biblioteca pública e textos de magníficas e variadas conferências publicadas na Insulana. O resto, e o principal, apenas na memória dos que o conheceram e de que já restam muito poucos, fora alguns manuscritos que guardo religiosamente mas que já não estão em tempo de serem publicados. Também eu me entretenho em escrever para a Internet, forma muito efémera de deixarmos o que nos vem à cabeça.

Até a maioria dos netos não consegue ter dele a memória vivíssima e veneradora que eu tenho. Sinto o maior orgulho em intuir-me, de alguma forma, como o seu continuador, não no génio, mas no que penso ter de curiosidade pela vida, de espírito de missão e de exigência comigo, coisas que me ensinou, embora eu confesse que não tenho o desprendimento dele, indiferente aos que os outros achavam do seu labor e prestando contas só a si. Esta postura, que ele reflectia em mim, manifestava-se num exemplo típico, o episódio ritual de cada trimestre, ao longo de todo o meu liceu. Era obrigação religiosa ir-lhe dizer a minhas notas, mas eu também já conhecia a rotina. Sempre, em primeiro lugar, “Português?” “18”. “Faltam dois!” E por aí fora. Eu ficava furioso, mas hoje compreendo-o bem, porque tenho como regra de vida, aprendida com ele e com o meu pai, o máximo de exigência comigo próprio.

José da Costa era de origens modestas, filho de um humilde funcionário municipal, aferidor de pesos e balanças, por sua vez oriundo de camponeses da Ponta Garça. O seu destino estava traçado, o seminário. Mas a natureza impôs-se, que ele não estava vocacionado para o celibato, como o demonstra a sua prole de catorze filhos. Para homem profundamente religioso, “crescei e multiplicai-vos”. Tenho a impressão de que o seu impulso nocturno obrigatório raras vezes deve ter encontrado a minha avó de ventre liso, entre tanta maternidade. Como ela um dia disse à minha mãe, “bendito mioma uterino, senão teria ido aos vinte”. Todo o labor de José da Costa, poético e filosófico, lido hoje, parece ascético, mas nada disso. Só construção mental a que auto-obedecia, mas lá no fundo, uma irresistível perdição pelos prazeres da vida. Lembram-se de eu ter falado da minha sensualidade, a propósito da Clara? A alguém a fui buscar.

Fracassada a orientação eclesiástica, encaminhou-se para o ensino primário – diz-

se que com muito pouca paciência para crianças – mas principalmente para professor de latim e português de sucessivas gerações micaelenses. Não se pense que só de estudantes de liceu; muito boa gente culta e bem instalada, já doutores, com ele teve lições para aperfeiçoar o domínio da língua pátria.

Era um portento. Sobre o seu domínio de latim, fala uma história que entrou no anedotário micaelense. Um dia, passou por Ponta Delgada, a caminho de Roma, o cardeal de Boston, de que não sei o nome. Foi ao conhecido santuário do Senhor Santo Cristo, mas a missa já tinha terminado e só conseguiu falar com o sacristão, que não se entendia em inglês. Passaram para o latim e falaram fluentemente de tudo, desde a história da Igreja nos Açores até teologia, com o sacristão, delicadamente, a emendar frequentes erros de latim do cardeal. Uns tempos depois, o capelão do santuário recebeu uma carta do cardeal lamentando muito não o ter conhecido, porque se tal era o sacristão, como seria o capelão. O sacristão era José da Costa, muito devoto, que todos os dias ajudava à missa a Monsenhor José Gomes, o capelão e seu grande amigo, outra boa memória da minha meninice, o tal das recomendações contra as porcarias das beatas na vigília do Senhor Santo Cristo.

Com os anos, veio a crescer ao meu avô uma cegueira, quase total no fim da vida. Isto em nada perturbou a sua vida de professor. Com uma memória prodigiosa, sabia de cor todos os clássicos latinos, também os *Lusíadas* e os sermões do Pe. António Vieira, e fazia sintaxe de Virgílio, Horácio e Cícero, a divisão de orações, de memória. Pois se até, para divertir os amigos, era capaz de recitar, do fim para o princípio, verso a verso, toda a Eneida...

Tinha uma cultura espantosa e bizarra, deslocada no tempo. O tempo, aliás, nada o interessava, porque construiu o seu e ficou feliz com isso. Era um homem da Arcádia, aí ficou. Dominava como poucos toda a cultura clássica, línguas, história, filosofia, literatura. Latim e grego, eram como se fossem português. Lia, mas não falava (coisa indesculpável!), hebraico e aramaico. Aramaico, quem é que havia de se lembrar de tal coisa! Ele sim, porque era a língua que Jesus falava. Era profundo conhecedor da literatura portuguesa, mas só até Camilo. Quando eu lhe falava no meu querido Eça, quase espumava. Em ciências, tinha de cor as chaves taxonómicas de Lineu, sabia muita anatomia e gostava muito de astronomia. Tudo da herança aristotélica. Era também exímio cruzador de plantas, criador de muitas variantes pessoais de amor-perfeitos. Com tudo isto, mal arranhava o francês, de inglês não sabia uma palavra, era incapaz de extrair uma raiz quadrada e não tinha qualquer ideia do valor da obra de Galileu ou de Newton.

Além disto, era um grande desenhador, mas com um gosto especial pela iluminação, também marca do tempo que para si tinha construído. É o autor do ainda actual brasão de Ponta Delgada. Tenho bem à vista no meu quarto, com a maior estima, um quadro dele com um seu soneto, magnificamente iluminado, trabalho de monge beneditino. Era um poço genial de contradições. Para mim, que hoje o vejo à luz de um filtro de outra racionalidade, limo as arestas, dou desconto às falhas e fica-me um magnífico e inesquecível construtor da minha personalidade.

Também muito remorso. Já espigadote, universitário em férias, tinha com ele longas discussões, que ele, devotado ao seu neto e nele se revendo, masoquisticamente aceitava. Eça contra Camilo, o horror racionalista despertado pelo Syllabus, um socialismo ainda incipiente contra o seu ultra-montanismo miguelista, a minha aversão à Inquisição, tudo coisas que o tentavam a expulsar-me da sua herança intelectual, talvez um pouco mitigadas pelo seu amor pelo neto predilecto e pela constatação da minha capacidade retórica, ele que tanto prezava o trivium e o quadrivium. Impetuosidades de jovem, desrespeitador das convicções de avô tão adorado.

Já tudo isto estava escrito e enviado para comentários à minha mãe, nora dilecta de José da Costa, sugere-me ela algum acrescento. É que ela tem do sogro uma ideia de modéstia que precisa de ser bem lida e que não corresponde bem ao que eu digo. Diz a minha mãe que o meu avô era modesto no trato com os outros, no despreendimento das honrarias, mas que era muito orgulhoso, para dentro de si próprio. O ego inchava-se quando ele próprio se via ao espelho na obra, quando tinha feito uma coisa que o satisfazia por inteiro, mas independentemente do juízo dos outros. Ele é que era o seu melhor crítico. E era muito afirmativo, quando, depois de grandes reflexões, chegava a uma opinião que ele considerava acertada. Então, exaltava-se se o contradiziam. Com a sua grande capacidade argumentativa, não lhe era difícil fazer prevalecer, entre o seu grupo de amigos, muito seleccionados intelectualmente, aquilo de que estava certo.

A minha mãe acha que ele, às vezes, até manifestava nisso uma certa arrogância, mas que era desculpada pelo grande respeito dos amigos. Tinha também uma grande dificuldade em lidar com pessoas menores, incluindo, seu grande desgosto, um filho primogénito deficiente mental, entre catorze filhos e filhas marcantes pela sua alta qualidade intelectual, com especial destaque para o meu pai. A propósito, desculpem a minha frequente arrogância, devo tê-la herdado do meu avô José da Costa.

Deve ter razão, a minha mãe, quanto ao orgulho aprisionado do meu avô. Basta eu olhar aqui para o lado, para a sua última fotografia, distribuída por filhos e netos, de

fato e gravata mas, contra as regras, com o colar de uma condecoração que ele muito estimava. Quando chegar aí acima, vou-te ensinar que condecorado só usa roseta ou miniatura, embora destoe de colegas meus que usam toda a parafernália condecoratória em simples cerimónias académicas, em plena manhã.

* * * * *

Agora passo para o tal outro grande passarão, um enorme priôlo, que vem de asadada com o meu avô, como amigos de peito que sempre foram: o doutor Armando. Como ele dizia, nasceu para ser poeta, em redondilha maior bem medida: “Armando Côrtes-Rodrigues / de Vila Franca do Campo”. Como sempre o conheci, vem com penas de estamemha do Nordeste. Antes de tentar dizer alguma coisa sobre a personagem riquíssima que foi, faço um intervalo para lembrar o poeta de toda a vida, embora só inicialmente com destaque nacional, quando foi membro do Orpheu, com o pseudónimo de Violante de Cysneiros. Regressado à ilha, afastou-se do modernismo e cultivou ao longo da vida, ainda que com fases distintas e características, uma poesia “simples”, ecologista “avant la lettre”, um popularismo não populista, e um panteísmo poético com um certo espírito franciscano, que ele aliás referia com frequência. O doutor Armando dizia de si ter um temperamento religioso herdado da sua ascendência irlandesa, mas também confessava a sua grande sensualidade.

Gerações e gerações passaram pelo doutor Armando professor e dele receberam um excelente ensino de francês mas, também, a experiência de episódios inesquecíveis. Temperamental, fantasioso, com um humor imenso, mas também igualmente irascível, gravou na minha memória recordações inolvidáveis. Tinha grandes flutuações de disposição, com sinais paradoxais. Quando estava bem humorado, ia para as aulas batendo bem com os pés no chão, gritando pelo contínuo e dando um grande berro para os alunos se sentarem. Se mal o ouvíamos chegar e entrava na aula com um sorriso de orelha a orelha, já se sabia que o caldo estava entornado e podia chegar a tabefe geral.

Mesmo nestes casos, as aulas eram boas, porque ele não descurava o ensino, mas nada chegava às aulas dos dias de humor. Começava logo por gastar boa parte do intervalo prévio a escrever no quadro a matéria. Mas não só; como os meus antigos colegas se lembram bem, era uma maluqueira, porque o quadro ficava também todo cheio de flores, anjos, estrelas, sei lá que mais e, obrigatoriamente, um grande gato, de costas, cauda erguida a desvendar um enorme buraco anal.

De cada vez que olho para aquele passarão no meu mastro, lembro-me de tantas dele. Além do mais, o doutor Armando não foi só meu professor e muito menos o

autor/actor de cenas impagáveis, foi também pessoa muito amiga desde que me conheço, com amizade quase de avô. Como disse, ele e o meu avô eram amigos fiéis, talvez os mutuamente mais próximos. O doutor Armando mandava sempre ao meu avô os seus poemas, para critica, mas dizendo sempre: “Mas olha, José, que se me criticas por a tónica não estar na sílaba certa ou por qualquer erro de gramática, nunca mais te falo!”. Tenho guardada religiosamente, para editar um dia, a imensa correspondência entre os dois, quase toda escrita num magnífico latim macarrónico, desde coisas sérias até simples combinações de grandes patuscadas, com o seu comum amigo e grande cozinheiro, o Prof. Teotónio, de Vila Franca, com quem aprendi a técnica do agraço, de juntar uvas verdes à sua magnífica sopa de peixe. Eram homens abadianos, em que a cabeça, o coração e o estômago estavam em feliz equilíbrio.

Diz-me o doutor Armando, nesta procissão, que encontrou finalmente o descanso de uma vida angustiada, na companhia do seu grande amigo S. Francisco e inspirador de muita da sua poesia. Falam de ribeiros mansos, de pássaros interrogadores de cabeça ao lado e de flores as mais singelas, bebendo uma gotinha de Porto à saúde do Padre Eterno. É mesmo o ajudante oficial do santo na construção do presépio celeste, mas vai-me contando que o sublime santo fica sempre incomodado ao colocar o burro e a vaca, porque parece que é aquilo a companhia de Jesus.

* * * * *

Voltando à procissão, vem, a seguir, um bando de estorninhos, de olho vivo, gente querida da minha meninice de bata branca e mesmo dos tempos de barba a despontar, já com a obrigatoriedade liceal do casaco e da gravata: Ilídio Sardoeira, Lúcio Miranda, Almeida Pavão, Mário Rego Costa, Isabel Coutinho, Maria Emília Benevides, João Bernardo Rodrigues (aquele professor de história que nos encantava dizendo “Catarina da Rússia, uma puta, uma puta!”), todos aqueles que me fazem ter saudades do meu liceu. Todos grandes mestres e grandes amigos, credores de gratidão pelo muito que contribuíram para o que sou hoje.

Com excepção de Sardoeira, de quem, às vezes, com comoção, leio evocações dos seus antigos alunos nortenhos, os outros só dirão alguma coisa aos meus patrícios sessentões. Os outros leitores que me desculpem ou que saltem estas páginas, mas estes estorninhos são das minhas alminhas inesquecíveis e boa recordação dos leitores meus conterrâneos. Não podiam aqui faltar.

O doutor Pavão chefia o grupo, julgo que por honra hierárquica, ele que no fim da sua vida activa, muito justamente, foi professor da Universidade dos Açores. E lá me

diz: “Que pena, que pena, sempre achei que devias ter ido para letras”. A minha mãe disse-me que ainda tem uma carta do sogro Prof. José da Costa em que o meu avô diz que acabou de chegar ao liceu um jovem professor brilhante, que lhe iria roubar muitos alunos explicandos e que, assim, já tinha quem o substituísse. Verdadeira atitude de grandeza intelectual, esta de se considerar que podemos ser substituídos pelos mais jovens. Acabou por ser ao contrário. Admirador do Prof. José da Costa, era o doutor Pavão que insistia com os seus alunos em terem explicações com ele e que recorria ao meu avô nas suas dúvidas ocasionais sobre os segredos íntimos desta fidalga complicada que é a nossa língua.

doutor Mário, contradição em pessoa de um “gentleman irascível”, grande senhor e figura de elegância impressionante, vem recordar-me o que gozava quando eu, hoje matemático frustrado, saltava mentalmente passos na demonstração de um teorema ou na resolução de um problema. “Ah, Costinha, isso, isso!”, batendo com o ponteiro no chão por gozo algébrico, que isto de matemática é o néctar dos deuses do templo da mente. Mas também dizia “não faças isto, que eu depois tenho que ensinar os burros”. Desculpa, meu querido professor, mas, se ficaste marcado na minha memória, não se pode dizer que fosses um ídolo para os menos vocacionados para a matemática.

dona Isabel, professora de desenho e minha vizinha casa com casa na Rua do Saco, gentileza em pessoa, amiga querida de família, que me presenteava com coisas ricas quando saíam as notas. O doutor Eufrásio, que até como pássaro mantém a sua insubstituível gravata branca, diz-me que vê em alguns dos meus escritos a sua própria paixão por Shakespeare e lembra-me as feridas de “St. Crispian’s day”, afinal dia de todos os dias e com cicatrizes das nossas pequenas vitórias diárias, dona Maria Emília Benevides, professora de físico-químicas, que me convidava para um chá na Pepe a cada exercício – assim se chamavam os testes no meu tempo – que lhe merecia essa distinção. Todos grandes amigos, alminhas de grande estimação.

Atenção muito especial para aquele passarinho pequenino, com um piar em ch, o bico torcido no seu sorriso sardónico, com um livro de poemas de Pascoais debaixo da asa e chamando por mim, “Ó príncipe!”. Ilídio Sardoeira, o meu Mestre.

Tenho que dar fé aos leitores sobre tão extraordinário homem. Antigo assistente da Universidade do Porto demitido pelo salazarismo, amarantino e grande amigo de Teixeira de Pascoais e de Abel Salazar, co-fundador da preciosa e esquecida Biblioteca Cosmos. Foi meu professor de ciências naturais no terceiro ciclo, chegado a Ponta Delgada para se efectivar, quando já andaria pelos quarenta. Como profes-

sor de ciências naturais, dava muito mais importância à prática, incutindo-nos o gosto pela observação e pela limitada experimentação para que tinha magros recursos. Boa parte das minhas aulas e de um grupo mais interessado era de campo, muitas vezes ao fim de semana, calcorreando a ilha em cata de exemplares da flora e da fauna típicas da Macaronésia. A matéria do programa que a estudássemos no livro, que era para isso que o tínhamos, porque era visível o desagrado com que dava as suas aulas convencionais. Bolonha do meu tempo!

Muito mais lhe devemos, eu e os meus colegas, de que aqui ficam só alguns exemplos: as aulas teóricas em que se tratava de todos os assuntos menos ciências naturais, fosse a poesia de Pascoais, as ideias essenciais da teoria da relatividade, os perigos da guerra nuclear, a vida e obra de Ghandi, a punição de Galileu, os diapositivos de formato estranho de velho projector com os quadros do seu conterrâneo Amadeo, sei lá que mais. E para não esquecer a formação de um grupo de jograis a que pertenci, que se exibiu dizendo principalmente poesia de Antero e de Pessoa. Tão bem que me lembro de ter que fazer voz cava e dramática para o “três vezes tre-meu ao leme”. Estranha escolha pessoana, porque, no recato da conversa mais pessoal, a ele devo esta coisa escandalosa de preferir Cesário Verde a Pessoa!

Quando, há tantos anos, me doutorei, o primeiro exemplar da minha tese foi para os meus pais, o segundo para a minha mulher, o terceiro para ele. A sua carta de agradecimento é um pequeno tratado sobre a realização pessoal de fazer gente. Foi com ele e com a minha mãe que aprendi a ser professor. Querido Sardoeira, “captain, my captain!” – o que eu gostaria que me dissessem no dia da última aula, na passagem real à reforma completa.

No meio deste grupo de professores queridos, não é que se infiltra o meu professor de Moral, um inefável padre, chacota de gerações de estudantes? Lá no céu, padre ainda vale muito e consegue cunha de penetra para festa em que não é convidado. Foi um precursor de alguns dos conhecidos padres mundanos. Não é que fosse “jet set”, mas creio que bem gostaria de o ser. Transparentemente vaidoso, a humildade não era virtude cristã de sua grande estimação. Normalmente, era ele que celebrava a missa dominical a que ia a minha família. As suas homilias eram um portento, não só pelo empolamento pomposo de uma entoação de fala que cultivava, começando a frase em dó menor e acabando em si maior, mas por coisa mais invulgar: a exibição de “cultura”. Entre a explicação de uma parábola ou a referencia a um evangelista, mais de metade da prédica eram citações que iam desde Pascal até, pasme-se, Einstein – repetindo vezes sem conta o célebre “Deus não joga aos dados”, afinal

um erro do grande génio. Até fazia crítica de Freud, imaginam bem a que propósito!

No desabrochar da minha adolescência, quando ainda me confessava, era o portavoza de um anúncio terrível de inevitável eternidade de fogo e enxofre. E era também muito curioso sobre coisas diurnas e também nocturnas que todos os rapazes sabem o que são: quantas vezes, a que horas, pensando em quê, sonhando com quê? Ia dizer alguma coisa mais sobre isto, mas acho que seria entrar por indecências. Safe, padre, não és das minhas alminhas!

Falamos de professores e estranho que não veja no meu mastro professores universitários. Com a minha paixão pela reforma da universidade, bem gostaria dos seus exemplos. Infelizmente, por mais que vire e revire a memória, não consigo eleger nenhum como uma das minhas alminhas. Dois, apenas, me deram aulas atraentes e estimulantes intelectualmente: Juvenal Esteves e Miller Guerra. De outro, detestava as aulas mas compreendi mais tarde a qualidade intelectual: Barahona Fernandes. Três figuras muito estimáveis mas que, apesar de tudo, não me aparecem no meu mastro.

Outros então, até ficava envergonhado se me visitassem. Tantos foram, de indignação intelectual e científica indescritível. Lembro só, como exemplo paradigmático, o Prof. Oliveira, meu “lente” coimbrão de Fisiologia e de Química Fisiológica. Em 1962, era a figura paleontológica do lente, e é por isto que assim o chamei, na linha acima. Nos inícios da sua professorialidade, escreveu, para toda a vida, duas sebentas, uma para cada uma das cadeiras. Depois, passou a ser o lente, hora inteira sentado à secretária, a ler a sua sebenta. Imaginam o que é isto em química, com fórmulas e cadeias metabólicas de que não víamos vislumbre no quadro? Tinha, ao menos, uma vantagem prática: publicara uns pontos de exame de que não fugia, tirando à sorte as três perguntas do exame. Era só decorarmos aquilo.

E as práticas, que delícia, dadas por um familiar, sempre dependurado de um charuto infecto. O laboratório era magnífico na sua depuração. Nem um aparelho, nem sequer um balão usado ou tubo de ensaio a conspurcar a limpeza da sala onde nos sentávamos. As bancadas laboratoriais, vazias, eram só para os nossos cadernos de ditado. Num banco mais alto, sentava-se o assistente. “Então escrevam! Reacção X: toma-se um tubo de ensaio, põem-se lá dois dedos de urina e junta-se mais um dedo do reagente Y. Se for diabetes, fica azul!”. A nota final dependia da apresentação e da caligrafia do caderno. Tenho escrito muitas “mentiras” nesta narrativa, mas isto garante que é pura verdade! Em matéria de educação superior, não brinco.

Novamente a procissão e nela os meus artífices

Voltemos de novo à procissão, que tocam os sinos na igreja da minha memória. Vêm também saudar-me o Hugo, o Manuel, o José Augusto, o Alberto, companheiros de infância perdidos na guerra. Para ser mais exacto, o José Augusto perdeu-se na guerra, mas só uns anos depois e numa guerra já só dele, guerra contra fantasmas, contra a insónia permanente e as alucinações de bombardeamentos, de companheiros espalhados em pernas e braços pela picada, desfeitos pelas minas, guerra em que ele muito depois se declarou vencido, com a declaração derradeira do suicídio.

Só o Alberto é que era da Rua do Saco. Vejo com alegria que ele tem as suas duas patinhas de pássaro, já que as pernas lhe ficaram decepadas numa picada da Guiné pela mina que o matou. O Alberto perguntou-me por toda a sua malta, infelizmente pouco lhe pude dizer, perdidos que andam uns dos outros.

* * * * *

Mais me custa ver os amigos da minha idade mais vivida, que se foram antes de tempo, por muito que me enteneça vê-los no meu mastro. Gente da minha geração, faz-me reconhecer a imprevisibilidade do tempo. Ainda não me consegui conformar com a certeza da morte, apesar de já chegado aos sessenta. Compenso teorizando, discorrendo sobre a necessidade humana da eternidade, mas eternidade que, para mim, se reduz à memória do homem e da sua obra e exemplo. No entanto, vou citando ao mesmo tempo o conhecido dito de Woody Allen, “posso ficar eterno pela minha obra, mas prefiro ficar eterno por não morrer”.

* * * * *

Continuando a procissão, os artífices, como o ferreiro onde me atardava à vinda da escola, maravilhado perante o rubro da forja e as faíscas das marteladas, o mestre Samuel, torneiro que me fazia ver sair uma obra de arte de um tosco barrote, o mestre Aníbal que me fazia espadas e pistolas de madeira, o senhor Vieira pintor de car-

tazes do Coliseu, o pai do Carlos Maria, gravador de ourivesaria, o mestre Veloso, tantos mais, que saudades e que alegria em vê-los.

Têm lugar muito especial no meu mastro, como tiveram na minha meninice. Guardo de todos esses artífices uma memória antiga e desvanecida, mas viva quando tenho que responder à pergunta: artistas menores? Esses artífices foram os meus primeiros educadores artísticos, homens modestos de cujas mãos eu via saírem do bruto coisas tão bonitas. Ver, em menino, fazer coisas bonitas é o começo do nosso sentido da arte.

Lembram-se dos grandes cartazes de anúncio dos filmes, que decoravam, de alto a baixo, as fachadas dos cinemas? O senhor José Vieira tinha como base uma folha A4 de publicidade do filme. No chão do sótão do Coliseu, uma enorme folha de papel de cenário, de muitos metros quadrados. Em meia dúzia de pinceladas, escalava a imagem, com mais outras retocava-a, ao fim de umas horas saía para mim uma maravilha, que depois via desfraldada na fachada. Talvez houvesse nisto já muito hábito. O Clark Gable, o John Wayne e a Ava Gardner, é possível que já os pintasse de olhos fechados.

Mas se o senhor Vieira não trabalhasse no Coliseu, talvez não fosse para mim a mesma coisa. O Coliseu é parte essencial da minha memória de criança, com as obrigatórias matinés de domingo, de dois filmes, precedidos dos desenhos animados do meu preferido Bugs Bunny, mas também de todos os seus outros companheiros da Warner, "That's all, folks". Depois, os filmes de cobóis, de que pouco se percebia o som, abafado pelos gritos de apoio ou de vaia que vinham da geral. Mas, antes de entrar para o Nimas, sempre a visão dos tais grandes cartazes do senhor Vieira.

O ferrador da R.de S. Miguel foi responsável por muitas repreensões da minha mãe, por atraso no regresso da escola. A forja rubra é uma memória inesquecível. Mas depois, que mestria nessa coisa aparentemente tão simples que é ferrar um cavalo. Sai da forja, às faíscas que foram o meu primeiro fogo de artifício, uma tira de ferro incandescente. Umas marteladas sábias, com pingos de suor a vaporizarem-se logo nas brasas, uns mergulhos na água que protesta fumegando, e a barra entorta-se e toma a forma. Mais outras punções delicadas a abrir os furos para os cravos, e vai-se o ferreiro e vem o sapateiro. Cavalo paciente como que percebendo que aquilo é para seu bem, pata imobilizada entre os joelhos do ferreiro, marteladas certas e eu a pensar sempre ver uma grande felicidade nos olhos do animal. E disponibilidade ainda do ferreiro para dobrar em círculo cravos de ferradura, que a minha geração usava muito como anel. Para o meu grupo, era quase um sinal tribal.

O torneiro da Rua do Saco, o velho mestre Samuel, maravilhava-me. Colocava no torno um barrote, ficava calado, em posição de luta contra as costas reumáticas de velho, tirava da gaveta duas ou três goivas, ligava o torno e começava a esculpir a partir de uma ponta. Parecia que aquilo ia ao acaso, mas eu via que havia em cada movimento, em cada mudar de goiva ou formão, um plano bem presente na cabeça e na imaginação daquele velho e a concentração de quem sabe que um gesto errado estraga todo o trabalho. É por isto que eu tenho um grande espanto pelos escultores directos no mármore. Vi fazer muita escultura, a um tio meu, do barro ao gesso, depois ao bronze. Mas tudo era emendável. Agora imaginam o que seria se Miguel Ângelo tivesse falhado uma única escopradela no David?

Também sempre gostei do trabalho de precisão. Já maduro e profissional, quando as ideias científicas não me ocorriam, ia conversar com o meu bom amigo Armindo Canha (merece nome bem às claras, sem pseudónimo), mecânico de precisão do meu instituto e dono de mãos preciosas de endireita, que remediavam luxações, com um golpe seco e preciso. No meio da prosa muito amiga e engraçadíssima, ia-me deslumbrando com o que ele fazia ao torno. Na meninice, precisão para mim era o pai do Carlos Maria, meu fronteiro na Rua do Saco, gravador de ourivesaria. Na altura, não havia pantógrafos, era a sua mão firme, apesar de doente artrítico, e a sua arte que inscreviam na prata as dedicatórias e saudades. E, se falhasse, quanto custaria a peça de ourivesaria assim ida para o lixo?

Lugar especial para o mestre Veloso, a quem em miúdo, não fiz a justiça devida. Para falar dele, tenho que dar um passeio longo, que passa pelo Hotel de S. Pedro, onde se exibem os melhores móveis do mestre Veloso. Há uma pessoa que podia ser uma das minhas alminhas, mas que conheci muito mal, só em segunda mão, através da grande admiração e amizade que por ele tinha o meu pai: Vasco Bensaúde, o criador desse magnífico hotel de charme. Herdeiro da grande família judaica que era o potentado económico dos Açores, era Vasco Bensaúde jovem estudante no estrangeiro, promissora figura cultural, como os tios Alfredo, Raul e Joaquim, quando os interesses da família o fizeram regressar a S. Miguel, para administrar o património familiar. Diga-se em verdade que de administrador tinha muito pouco, com a Casa Bensaúde entregue à gestão de pessoas de confiança já de anteriores Bensaúdes. Ele era antes um homem de sonhos, um dos quais construir em Ponta Delgada a versão local dos velhos hotéis de luxo a que se habituara por toda a Europa. Daí vem o magnífico Hotel de S. Pedro, jóia de hotel de charme, hoje infelizmente transformado em simples escola de hotelaria por um grupo empresarial que assim desomenageou

a figura patriarcal.

Eu bem disse que o desvio ia ser longo. Que tem isto a ver com a minha meninice? É que, para a construção do hotel, Vasco Bensaúde dirigiu-se a uma firma conhecida de construção mas exigiu a “requisição” a tempo inteiro do meu pai, que era uma espécie de factotum técnico dessa firma. Devem ter sido bem dois ou três anos de vida do meu pai, com uma construção interminável porque nada satisfazia plenamente o perfeccionismo quase doentio de ambos, Bensaúde e o meu pai. Fica-me a memória do grande orgulho e satisfação de realização pessoal do meu pai com aquela obra. Não havia visitante ou amigo de família que ele lá não levasse, em horas infundas de chamada de atenção para cada pormenor perfeccionista. Eu era imprescindível acompanhante bebedor destas visitas, e por isso me desculpem esta evocação.

Vale a pena uma curta passagem sobre o Hotel de S. Pedro, porque os turistas não o conhecem e até conterrâneos talvez ignorem alguns pormenores. O actual hotel era uma enorme casa solarenga muito degradada. Tinha sido construída em 1812 pelo primeiro cônsul americano nos Açores, Thomas Hickling, uma casa magnífica que, como convinha a um cônsul interessado na navegação, se debruça sobre o porto e o mar. O que torna única esta reconstrução é o rigor e riqueza com que foi feita, respeitando integralmente o estilo da época, o chamado georgiano colonial (americano). Todo o mobiliário, até o dos quartos mais simples, é em mogno americano e desenhado pelo meu pai por cópia à vista de móveis de museus da Nova Inglaterra ou de muitos livros sobre mansões coloniais adquiridos por Vasco Bensaúde. Os puxadores das gavetas são em marfim e os ornatos dos tampos das escrivaninhas são em legítima folha de ouro. A chamada suite presidencial é uma maravilha de mobiliário e de decoração, com os seus frisos pintados a fresco, com a magnífica saleta anexa da lareira. A pequena biblioteca da suite é toda de edições genuínas de literatura americana da primeira metade do seculo XIX.

Ainda há pouco tempo, sentado no hall de entrada, reparei no arco basáltico que dá acesso ao terraço. Destaquei cada motivo floral e a decoração de diamantes, tão típica da arquitectura micaelense. Tantos anos depois, lembrei-me de tantos desenhos de pormenor do meu pai, que eu acompanhava embevecido, ao serão. Lastros ancestrais dos escultores das catedrais góticas, coisas que já não se usam, mas que deviam ser ainda parte essencial do verdadeiro profissionalismo.

Destaco o bar, que sempre fez a maravilha da minha infância. É a cópia fiel de uma taberna da Nova Inglaterra dos princípios de oitocentos, com a suas cadeiras típicas que vemos em alguns filmes americanos, com o balcão e os tampos das mesas em

cobre batido. O requinte foi ao ponto de as portas, rústicas, em carvalho americano, serem da época, bem como as tábuas do chão e as traves do tecto, compradas de uma velha taberna americana na altura já em ruínas. Quando entro nele, estou sempre à espera de me encontrar com o capitão Ahab ou com o Ishmael.

E, com todo este requinte, que deliciava o técnico, meu pai, com o mesmo gosto de Vasco Bensaúde (mas não a fortuna!), há uma história espantosa. É que o hotel esteve fechado muitos anos após a sua construção, por ofensa de Vasco Bensaúde depois de ter sido classificado como hotel de duas estrelas. E lei era lei: nem todos os quartos tinham casa de banho. Lembro-me de grandes discussões entre ele e o meu pai, na fase de construção, mas Bensaúde insistia em que, quando jovem, tinha ficado nos melhores hotéis londrinos ou parisienses e vestia o roupão para ir tomar banho ao fundo do corredor. Tenho pena de não ter conhecido bem Vasco Bensaúde; devia ser uma personagem espantosa. O meu pai, que não tinha mastro mas também tinha alminhas, sempre o pôs entre as primeiras, lá no Céu dos virtuosos, porque isso de ser judeu não interessa nada para o destino que cada um merece.

Finalmente, as palavras merecidas a recordar o mestre Veloso. Desenhados os móveis pelo meu pai, passava-se a obra ao mestre Veloso, marceneiro conceituado e tão sério e auto-exigente como o duo de quem tenho vindo a falar. Um pouco macambúzio, não gostava muito que lhe dessem instruções pormenorizadas. Ele via o desenho e imaginava exactamente o que seria a obra acabada. O meu pai, em pouco tempo, passou a ter nele confiança ilimitada e nem se preocupava com ir acompanhando o trabalho. Uma invisível falha na esquadria, um destoar microscópico no verniz, um pequeno nó da madeira que lhe atormentava o bom gosto extremo, tudo eram razões para mestre Veloso voltar atrás e refazer todo o trabalho. Não digo mais: vão ao Hotel de S. Pedro e perguntem-se se não gostariam de ter alguns daqueles móveis do mestre Veloso.

As alminhas da Rua do Saco

As alminhas da Rua do Saco não perderam o hábito da tagarelice de rua, não se conseguem separar e lá se juntaram, a molho, numa verga do mastro. Lá está uma, a dona Carolina, famosa na Rua do Saco pelo esmero com o galinheiro, porque galinhas criadas com higiene têm melhor sabor. Detestava ver as galinhas com os pés sujos, mas lamentava que, com os seus afazeres domésticos e com as horas de cavaqueira obrigatória, à janela, com passantes e vizinhas, não tivesse tempo para lavar os pés das galinhas.

Qualquer novo conhecido da dona Carolina era logo convidado a ir ver o galinheiro, impecavelmente baldeado todos os dias. Ocupava quase todo o quintal e tinha requintes pouco usuais. Era rodeado pelo único canteiro de flores do pátio acimentado e tinha no topo um grande galo de Barcelos, símbolo da origem minhota da dona Carolina. A um canto, um pequeno tanque com repuxo e com a estátua de um anjo, para lavagem dos pés das galinhas, grande frustração da dona Carolina, como disse. A prateleira que servia de poleiro era debruada com um friso de papel vermelho axadrezado e estampado com galos, enfeite vulgar nas cozinhas populares. E até o caixote com palha para a desova era substituído por uns grandes cestos baixos, com uma almofada, cada um etiquetado com o nome da galinha possuidora. Parece é que todo este conforto diminuía a libido de galinhas e galos e que o galinheiro da dona Carolina não era muito produtivo em ovos e pintos.

Era uma senhora muito delicada. Nunca se referia ao seu querido galinheiro sem acrescentar “com licença pela palavra”. No dia em que morreu Tosca nini, e. Carolina foi à missa. “Tenho que ir à missa, coitado do falecido, ainda devia ser primo do meu marido”. O marido de dona Carolina era o senhor Toscano. E tinham ainda outra afinidade, a música, porque o senhor Toscano fazia parte da banda regimental.

Passando a outros, vêm também – mas não deviam vir, não sendo da minha par-

ticular estimação – o mestre António do Rego e a sua mulher Rainha da Paz. Ele com a sua bandeira do Espírito Santo, damasco vermelho com a pomba de prata ao centro, acompanhando sem respeito o ritmo dos foliões com o abanar do ceptro da sua coroa de imperador dinossauro sem limitação de mandatos; ela com o inseparável lenço branco bem apertado na cabeça, a tentar lutar contra as enxaquecas. Hoje, não entrava em escola francesa, porque sempre que vejo uma fundamentalista islâmica, lembro-me logo da Rainha da Paz.

Emigrante retornado e orgulhoso da sua subida de vida, mestre António conseguia ser o eterno imperador do Império da Rua do Saco, de um tempo provavelmente já acabado de impérios do Espírito Santo por cada rua. Na festa de Pentecostes, a regra açoriana é a da primazia dos teatros do Espírito Santo, como há por toda a Terceira, os “triatos”. Todos os turistas os conhecem, pequenas capelas de um barroco exuberante e de cores garridas, encimadas pela coroa paraclética e não por uma cruz. De facto, são mais montras que capelas, elevadas uns metros do chão, com uma porta que se abre para se ver mas não para se entrar. Lá dentro, escondidos durante o ano mas expostos à veneração na altura das festas, os símbolos do culto ancestral, a bandeira e a coroa, ao cimo de uma construção cenográfica de bom gosto popular, flores e velas, que bem justifica o nome de teatro.

Em S. Miguel também os há, por toda a parte, mas não nos impérios de rua citadina – só me lembro de um, o da Arquinha. À falta deles, o teatro era a própria sala do Imperador. A sala do mestre António, de janela escancarada por onde eu e as mais estrelinhas-meninos espreitávamos da rua, era uma maravilha. Esvaziada de móveis, lá estava ao fundo a sua construção de carpintaria, degraus até ao tecto, madeiras escondidas por toalhas de linho e rendas, castiçais em profusão, vasos de flores e, lá em cima, a coroa do império. Entretanto, os mais chegados cantavam o ancestral terço do Espírito Santo. Para acabar com a lembrança de mestre António, uma zanga que me ficou, de miúdo, era o seu espírito de classe que fazia com que mestre António nunca convidasse para a coroação os “meninos” da Rua do Saco.

Lá ao cantinho da verga, no seu peculiar pudor de viúva, razão de constante motivo de crítica a outras mais desavergonhadas, a senhora dona Assunção, vizinha de conversa da minha avó, janela com janela. Velho hábito da Rua do Saco, as conversas de janela, fazendo grandes amizades que, curiosamente ficavam por aí, não se transformavam em hábitos mais formais, como a visita a casa. Essas conversas de janela dariam um tratado de convivência especial. Anedotas, velhas histórias trocadas de património para património memorial, habilidades de rendas, comentários

sobre o último número do Século Ilustrado ou do Modas e Bordados, alguma má língua indispensável, não maldosa, só provocadora de riso. Neste caso, era “gente feliz com risos”.

Ah, e as trocas de receitas, complicadas porque a minha avó era guardiã avarenta do seu património familiar. No entanto, por condescendência especial para com a dona Assunção, ajudava-a nas ocasiões especiais em que o seu sobrinho, o doutor Estêvão, ia jantar com a tia Assunção. Estêvão era boquinha de grão de bico, só de abrótea cozida e de bife horroroso sem alho e malagueta. Solteirão impenitente, curvado quase a nariz tocar nos joelhos, ripas vestigiais de cabelo penteado de orelha a orelha, sempre vestido de preto e com ar de padre não completado, era preocupação da tia, que lá tinha na sua que a falta sobrinhica de correspondência de mulher se devia principalmente àquela frugalidade gastronómica. No dia dos tais jantares entre tia e sobrinho, cabia-me a mim a tarefa de ir levar de porta a porta, derreado com tal peso, o Livro de Pantagruel, marcado numa receita recomendada pela minha avó.

A minha avó fazia turnos, ou era virada para a rua com a dona Assunção, ou, nas traseiras, longas conversas com uma amiga de juventude – coincidências das migrações interne-ilhas – excelente senhora, dona Francisca, a avó dos meus companheiros Belinha e Quinixo, bem como de uma personagem justamente conhecida da nossa política feminina. Até mesmo, espantoso, conversas mais distantes, de quintal para quintal, com a senhora dona Eduarda, outra memória que guardo no coração, sempre de negro não por viuvez mas por desgosto da morte trágica do filho, de quem herdara a única jóia que sempre usava, as suas asas douradas de aviador.

Como falei da senhora dona Francisca, vou desviar novamente, para contar, de memória herdada, uma ou duas coisas do seu marido, que nunca conheci, o major Benevides, mas que bem gostava que, por meu conhecimento, também estivesse na minha colecção de alminhas. Homem de grande mérito, não deixava de ser excêntrico, totalmente absorvido na sua vida interior e desligado do mundo. Parece que tinha um grande amigo, companhia indispensável para um passeio nocturno no Campo de S. Francisco. À hora pontual, de militar, encontravam-se na Esperança, um aperto de mão, “como estás?”. Depois, uma volta religiosamente silenciosa à praça, outro aperto de mão e “até amanhã”.

Tinha a Torre e Espada, do seu tempo de La Lys. Com o soldado Milhões, foi dos últimos a abandonar o terreno de combate, mas por razões lá muito dele. Nas últimas salvas de artilharia da pobre tropa portuguesa, surgiu-lhe a ideia de um teorema sobre balística e lá ficou absorto, a pensar numa demonstração, sob fogo cerrado.

Até parece que a senhora dona Assunção ficou esquecida. Dedicadíssima a mim e aos meus irmãos, a senhora dona Assunção vasculhava recantos esquecidos para lá encontrar umas prendas ou brinquedos antigos que nos deliciavam. Uma vez, fez-me involuntariamente uma partida, a mim e aos meus irmãos. Ofereceu-nos um magnífico “jogo dos 15”, em madeira e cortiça, esmeradamente trabalhado pelo seu marido. Mas, como não disse a quem oferecia, ainda hoje os três irmãos se digladiam sobre a posse do precioso jogo. Ganha um, o do meio, que os outros reconhecem que era o favorito da dona Assunção.

Só ao domingo e à segunda-feira é que a avó Adélia e a sua vizinha não conversavam, que o calendário religioso era diferente. Para a dona Assunção, uma senhora viúva que se prezasse não podia ir à missa ao domingo, só à segunda. Lá ia ela de braço dado com a vizinha do café, a mais encantadora das velhas de encanto que conheci, sempre embiucada no seu capote e capelo e exímia em fazer à miudagem da Rua do Saco os moinhos de cana e papel, com um grão de tremço a travar o alfinete. Dona da casa que eu mais gostava de visitar na minha rua, nada de especial a não ser a magnífica cozinha. Chão de pedra, louceiros antigos que não me importava de ter, uma amassaria ao longo de toda uma parede, uma mesa bem pesada ao centro, de tampo de mármore. A diferença era o forno de lenha e a ausência de fogão, com uma grande pedra cheia de brasas por onde se espalhavam as trempes com as panelas de ferro. Tudo bem separado do resto da cozinha por um belo arco de pedra.

Voltando à dona Assunção, só tenho pena que não venha ao meu mastro o seu marido, o senhor Marques, porque nunca o conheci. Deve ter sido homem fantástico. De talento multiforme, os velhos lembram-se das suas encenações de récitas de Carnaval no velho Teatro, casarão destruído defronte do palacete Praia. Autor também de canções revisteiras, que passaram a gerações seguintes, “seringa aqui, seringa ali”, com autoria também dos cenários, artísticos mas talvez com alguma piroscice de arte de província.

Sobre ele também escreveu algures um amigo meu, vencido como eu às recordações de miúdo açoriano. As memórias são traiçoeiras. Ele descreve o senhor Marques como inventor, eu tenho ideia, mas não estamos muito longe, de que ele era “bricoleur”, de coisas inúteis. Relógios de passarinho, caixinhas de música, puzzles chineses, lunetas astronómicas, rádios de galena, formas imaginativas para limas de Carnaval, o que aquele homem fazia! Era só ver as gavetas da cómoda e os armários da dona Assunção. O que me perdia era a excelente colecção de selos, nas minhas efémeras filatelia. Propunha-lhe trocas ciganas, mas ela não se perdia nas

voltas, tinha o catálogo do Simões Ferreira bem decorado.

Melhor gaveta era a da minha avó. Na sua belíssima cómoda dona José de pau-preto, hoje da minha mãe e suspeito que nunca minha – os meus irmãos têm um certo respeito pelo primogénito e hoje patriarca da família, mas não são parvos – as gavetas eram banais, entre roupas e tresroupas, excepto a de cima, fechada a sete chaves. Era a gaveta sagrada das suas memórias, o bric-a-braque mais inconcebível. Só se abria em ocasiões especiais, as das minhas doenças, estendal magnífico em cima da minha cama. Doenças exigentes, que sempre fui mimado, com ementa obrigatória de papas de maizena torrada com cobertura de açúcar caramelizado e de açorda de hortelã, com muita manteiga e ovo escalfado com precisão ao segundo, como só a minha avó conseguia fazer com o seu relógio mental de cozinheira emérita.

Uns bonecos de presépio centenários, os Albertinhos, casal de namorados de olhar langoroso, uns cromos de grande humor de caixas de charutos do meu avô Tarquínio, com versos que dizem que decorei ainda antes de saber ler, tão engraçados que eram. Também coisas mais ricas: um “lorgnon” de lente partida com que eu perscrutava todo o quarto, um leque de madrepérola com que hoje eu faria sucesso passeando-me no Chiado, uns binóculos de teatro, daqueles com que as meninas recatadas – e não só as meninas – aproveitando o bocejo do pai e marido ao fundo do camarote, davam olhadelas furtivas a uns cavalheiros galantes da plateia, a afaçar o bigode de pontas bem enceradas e a lançar um olhar langoroso.

Coisas de encantar miúdos, mas nada se comparava com o tesouro do avô Tarquínio. Terminado o liceu, muito cábula, o seu pai teve muito desgosto por ele não se ter ido bacharelar e, de castigo, mandou-o aprender a vida, durante um ano, com um parente bem estabelecido no Brasil. Com tudo o que já escrevi sobre o meu avô, imagina-se o sucesso dessa estadia de negócios. Salvo uma coisa inestimável, que foi a introdução na família do uso da farinha de mandioca com a feijoada, caso único na minha terra, o resultado das suas fadigas de emigrante foram um punhal nordestino de cangaceiro, uma pulseira índia já com penas de pássaro e um grande e bonito topázio para anel de neto médico que ele adivinhava, seu grande desejo. No neto médico acertou, mas o que, coitado, nunca pensou foi que esse neto nunca seria capaz de usar um anel de curso. Bom senso e bom gosto.

Tresvariei outra vez e quase ia esquecendo outra grande vocação do senhor Marques, a de fotógrafo. Todos os dias tenho um motivo de gratidão para com a dona Assunção, ao olhar, no meu hall de entrada, para a colecção emoldurada de fotografias do seu marido sobre a visita régia aos Açores. Grandes festas em Ponta Delgada,

a ver o rei Simão caçador e a sua pernóstica rainha francesa, com obras completas de modificação do palácio de Santana, hoje sede do Governo Regional e então solar do marquês Jácome Correia, onde os reis ficaram alojados. Grandes festas micaelenses, mas ultrapassadas em tudo pela hospitalidade fidalga de Angra. A recepção terceirense, segundo as memórias de jovem da avó Adélia, foi grandiosa e até teve honras da invenção dos bolos dona Amélia, hoje um ícone da pastelaria terceirense, desaparecidos que estão os célebres torresmos de ovos, invenção da minha avó e agora segredo de família.

Também com honras especiais na entrada da minha casa, a raríssima gravura da batalha da Praia, de 1829, velha herança de família sempre muito estimada. Desenhada pelo tenente Galvão, participante da batalha, todos os navios miguelistas estão identificados, bem como as posições liberais ao longo de toda a baía e a gravura dilui-os em grandes nuvens de fumo da canhonada. Foi uma encomenda dos principais senhores da Praia, cujo produto reverteu para o asilo de mendicidade, outra instituição típica açoriana. Só porque essa relíquia familiar retrata uma derrota da Marinha é que não a lego ao Clube Militar Naval, onde me sinto tão bem.

* * * * *

Dou por mim a desviar-me dos assuntos, chamando à conversa até as lutas liberais. Penitencio-me, porque isto é falha grave em qualquer narrador que se preze, mesmo que modesto. Tento corrigir, mas fico a sentir que já não sou eu a falar. Digo bem, falar, porque gosto de escrever como falo, para horror dos puristas da escrita. Reconheço que esta fuga para a oralidade entontece. Meto-me por um caminho, vou por ele mas, lembrando-me de que a meio há um desvio e que já lá volto, regresso, meto-me ainda por outro atalho e lá encontro uma vereda que vai dar ao primeiro desvio, no fim é um labirinto de conversa. Por isto, como disse atrás: “onde é que eu ia?”.

Corrijo agora o rumo, que ainda não se esgotou a colecção de alminhas da Rua do Saco. Além de outras menos marcantes, que têm de ficar para outra história, faltam o senhor Machadinho, o Lopes da barraca, o Vicente, o político das gravatas e o Zé das camionetas. Acima de todos, a minha querida Ascensão.

O senhor Machadinho não se pode dizer que fosse propriamente uma personagem da Rua do Saco, porque a sua loja era no vizinho Largo 2 de Março. Loja como já não há, em que se comprava de tudo. Nem eu já consigo listar; imagine o leitor qualquer coisa estranha de que precise, de lápis de pedra a frasco de malagueta, de milho para as galinhas a ardósia para a escola, de fita de nastro a palmilhas para sapatos, de certeza que encontrava na loja do Machadinho. Loja minúscula e escura, com um bal-

ção de velha madeira encardida, à flor da porta, deixando lugar só para dois ou três fregueses, os outros que esperassem na rua pela sua vez. Atrás do balcão, só o espaço à justa para que o Machadinho se pudesse mexer e aceder aos enormes armários que lhe emparedavam a loja.

Como era rotundo e pequenino, mas de braços descomunais, com que lutava contra a comichão dos dedos dos pés achinelados, sem ter de se curvar, era uma delícia para a miudagem quando os piões ou as caixas de anzóis estavam na última prateleira. O senhor Machadinho não usava escadote, trepava pelos armários com os seus braços de orangotango, uma mão abria o armário, com a outra segurava-se no rebordo, apanhava o que precisava e lá descia ele como de ramo em ramo. Mas, para mim e para os meus amigos, o senhor Machadinho era principalmente a loja dos gelados, onde gastávamos os cinquenta centavos ganhos pelo trabalho de uma compra às mães. Gelados da mais alta categoria da geladaria italiana! O senhor Machadinho enchia a cuvette de gelo do frigorífico com uma mistela incrível de água e de corante de morango, espetava um palito em cada cavidade e deixava congelar. Depois, era só accionar a alavanca e lá saía um cubo de magnífico gelado. Melhores, só os gelados de serrilha ou de seis-e-cinco dos carrinhos do Senhor Santo Cristo, aqueles carrinhos que também havia por cá e que forneciam, a preço fixo, tantos cornetos de massa horrorosa quantos os que a roleta indicava.

O senhor Machadinho tinha também um hábito bizarro, coisa de que só soube muito depois pela minha mãe, mas não podemos dizer que não fosse inteligente. As compras eram de caderneta, de pagamento mensal. Mas nunca deixava liquidar a conta por completo. Tinha sempre de passar alguma dívida para o mês seguinte, porque assim achava que era a forma de amarrar a clientela. Mas também tinha um grande defeito, era muito precipitado no apuramento da conta, entravam na soma a data e o número de telefone.

* * * * *

Ida às compras também quase diária, a recado da minha mãe (muitas serrilhas ganhei), era à barraca do Lopes, logo a fugir do Largo 2 de Março para a R. de Lisboa. Toda a gente de aqui da era pré-supermercados se lembra dos lugares de hortaliça. Lá, eram as barracas, mas com uma regra uniforme nem sempre cumprida cá. Dividiam-se obrigatoriamente em duas “salas”, a limpa para as frutas e hortaliças, a outra, a porca, para o vinho e petiscos, para o carvão e o pitrol. Saiu-me esta classificação de limpa e porca, mas, afinal, eram ambas infectas. Chão e paredes de pedra, só o tecto caiado dava um triste tom de alegria. A porcaria no chão é que era diferen-

te: de um lado, cascas de cebola, folhas de couve apodrecida, caroços de mónicas comidas logo no local. No outro, tabernal, imagina-se o quê, no revirar de estômago dos clientes permanentes de manhã à noite.

Afinal, não é tanto da barraca do Lopes de que me lembro, mas do que lá vinha para casa. Falei dos petiscos e eram muitos. Alguns, polvo, iscas, dobrada e charri-nhos, nunca os comprávamos, que em casa eram muito melhores. Petiscos do Lopes, eram de dois tipos. Só para as sandes do lanche, o magnífico pé de torresmo, de que ainda trago hoje um bom saco, nas minhas idas à ilha. Depois, os pratos de substância. Primeiro, porque já muito esquecidas na minha terra, as favas de taberna, de fava seca e perfumada de “tôdolos tampâros”, recordando distantemente mas para muito melhor a fava rica do continente, já desaparecida. Peso demais para as minhas forças, era o meu pai que as ia comprar, em grande panela, quase às toneladas – que eu e os meus irmãos éramos comilões de enfarta-brutos. Dia de favas lá em casa era também dia de convidado certo, o meu quase-irmão José Nunes, partilhando ambos a meio do nome um Vasconcelos de não parente. E comíamos cada um meio pão dos grandes, a aproveitar bem todo o molho das favas.

Também os torresmos de porco, que ainda hoje se vendem em todos os supermercados de Ponta Delgada, mas que tinham antes o sabor especial dos tirados à colhe-rada do grande boião de barro da Lagoa, envolvidos na banha solidificada. Os simples torresmos de pauzinho não me entusiasmavam muito, mas os de molho de fígado, que delícia! E nem se devia comprá-los lá em casa, porque a minha avó paterna era exímia numa sua receita resguardada, mas que a minha mãe nunca chegou a aprender. Tenho-a eu hoje, bem como a das favas e ambas dão sempre jantar de amigos de tecer loas, quando não é polvo, outra especialidade de cozinha e paladar da minha avô. Daqui a dias, o meu filho dezanovento vai aprimorar-se em casa da namorada, a fazer polvo à micalense. Ele é lá o menino querido, como é cá em casa a sua namorada. Vamos a ver se vai dar boa prova, que lá talento para a cozinha herdou ele.

* * * * *

O Vicente parecia um pobre de espírito, mas já vamos ver que tinha as suas esper-tezas. O alcoolismo corroía-o até às entranhas. Mais tarde, já eu médico, desconfiei de que ali mandava mais era a sífilis, já que os pobres dos filhos tinham todos os sinais da herança do mal de Nápoles. Talvez fosse como o coronel Esparteiro, que dizia que as suas análises de sangue mostravam alguns glóbulos a nadarem entre espiroquetas. Desgraçado por todas as desgraças, ainda o próprio Vicente as tinha

acrescentado. Para nós, miudagem, era uma impressão vê-lo, só com meio nariz porque um dia, alcoolemia nem curada pelo sono, falhou-lhe a mão ao fazer a barba e a navalha levou-lhe metade do nariz.

A mulher do Vicente raramente a via, porque acamada com doença que nunca soube o que era. A filha mais velha, da minha idade, é que tratava do irmão miúdo, das compras, da lida da casa. Coitadita, essa é que não teve mesmo infância. Sobre a mulher, quando interrogado, respondia invariavelmente o Vicente “sempre sofrendo, aquela alminha de Deus”. Expressão carinhosa, mas incorrecta, já que, na minha terra, alminhas de Deus são muitas vezes os animais amigos íntimos e do trabalho. As pessoas, quantas vezes merecidamente, recebem mais é o tratamento de “alma de pau”.

O Vicente era o desgraçado de estimação de todas as famílias caritativas da rua, aquelas a que também batiam à porta alguns vivaços que respondiam “é o pobrezinho do costume” – não é que ainda ontem me bate à porta um infeliz imigrante, julgando que isto era o El Dorado e dizendo precisamente o mesmo, que é o do costume!? O Vicente geria muito bem essa caridade, sempre invocando o seu grande desejo de largar o vício. Ia a uma casa e dizia que o que melhor o compensava da cachaça era chá, e lá o forneciam. Mas, noutras casas, invocava a sua miséria para o ajudarem a comprar álcool para a ferida crónica na perna. O resultado combinado eram umas grandes libações de chá alcoolizado a meio por meio.

Coisa em que o Vicente foi precursor foi em profissão só muito depois popularizada: arrumador de carros. Coitado, só tinha um cliente, o Amadeu, que até podia deixar o carro bem ao meio da rua, que nenhum outro lá passava. Não muito habilidoso ao volante, o Amadeu agradecia a ajuda e lá ia o Vicente com cinquenta centavos, boa gorjeta para a época.

Em relação ao Vicente, o que hoje mais me dói eram os filhos. Fernanda e Lourenço, pela nossa idade, eram umas vítimas, porque os miúdos podem ser muito perversos. Doçura de crianças? Só quem não se lembra dessa idade e de quanta maldade pode conter. Os filhos do Vicente, ranhosos, maltrapilhos, remelosos, de dentes podres, tratávamo-los abaixo de cão, proibidos de entrar nas nossas brincadeiras e ainda por cima alvo dos nossos dichotes mais reles. Onde quer que estejam, perdoem-me.

* * * * *

O político das gravatas também não era da Rua do Saco, mas lá fazia a sua vida, de porta em porta. Alto e magríssimo, a cara muito comprida, mas cortada na horizon-

tal por uns magníficos bigodes, recurvados, que lhe saíam pelo menos dez centímetros fora das bochechas côncavas. Vestia cerimoniosamente, mas da maneira mais garrida, à palhaço: camisa vermelha exuberante, casaco aos quadrados amarelos e verdes e calças de fantasia, a faltarem-lhes o jaquetão preto cerimonial das tomadas de posse do Estado Novo, ao estilo do venerando almirante careca. Adereço indispensável, uma grande boina basca, de que só mais tarde soube o significado. Coisa esquisita para nós miudagem era um seu falar estranho, que se assemelhava ao dos palhaços que de longe em longe se exibiam em Ponta Delgada, em circos fandangos.

Entre dois pregões de “gravatas de seda fina” – também vendia cintos e peúgas – fazia longos comícios políticos. Não fazia mal, em terra que era desterro sonolento para uns pides castigados que se limitavam a controlar os passageiros dos navios. Até Rosa Casaco, assassino de Delgado, por lá andou, relacionado com boas famílias, que se desculpavam com a veia artística do fotógrafo oficial de Salazar e dos seus amores com a francesa. Todavia, nota muito importante, as coisas mudaram depois, quando se fortaleceu em S. Miguel uma forte oposição ao salazarismo, para o fim dos anos sessenta.

Nessas alturas, o político das gravatas olhava para além do seu público de miudagem e certamente via, cheio de multidão entusiástica, o Terreiro do Paço que ele conhecia dos noticiários do cinema. Só muito mais tarde é que reconheci que o homem devia ter tido as suas leituras políticas, soube depois que da guerra civil de Espanha. Na altura, eu só conseguia associar as referências frequentes do homem das gravatas ao “almirante” a umas conversas do pai, ao jantar, com muitas recomendações de “os meninos nunca falem disto”, quando se discutia a candidatura do almirante Quintão Meireles, a réstia utópica de esperança do meu pai, depois da anulação da candidatura de Rui Luís Gomes.

Sete anos depois, já eu não vivia na Rua do Saco, foi o tempo do Delgado, só com ecos distantes na minha cidade. Estava eu a acordar para a política e bem me lembro de o meu pai chegar para jantar e nos contar que o general tinha dito que, obviamente, demitiria o ditador. Com a sua fraca informação política, só a leitura religiosa do Primeiro de Janeiro que assinava, o meu pai, como muita gente, ficou preocupado, não fosse aquela declaração destruir as possibilidades de Delgado ser eleito, como se alguma vez tivesse havido essa possibilidade. Da campanha, não me lembro, nem me consta que tivesse havido nos Açores. Só recordo o envelope azul com o voto no general, posto clandestinamente debaixo da nossa porta a altas horas da noite e que o meu pai guardou religiosamente até ao dia devido.

Terra de poucas discussões políticas, mais virada para as politiquices locais, como mudou nos poucos anos do fim da minha vida liceal e nas férias universitárias! Tudo isto no encontro de duas gerações, a dos patriarcas, Ernesto Melo Antunes e António Borges Coutinho, e a dos jovens, Medeiros Ferreira, Jaime Gama, Roberto Amaral, Mário Mesquita, outros mais, eu ao canto. Chegado o marcelismo, coincidiu com o fulgurante movimento dos Cursos de Cristandade. Nas hipocrisias de tratamento por irmão entre patrão explorador do empregado, no dia seguinte à reunião beata, emergiu desse movimento pseudo-Vaticano II um núcleo de gente inteligente de direita marcelista, promotor de uma coisa que julgo se terem chamado de “Jornadas de Estudos Açorianos”. Vislumbres de ala liberal, não eram ineptos e bastante tivemos que discutir como intervir e combatê-los. Não era fácil, porque eles é que eram consentidos e sobre nós estava o olho da policia.

Pontificante supremo dessa actividade pseudo-oposicionista, uma das nossas emi-nências políticas, polvo sempre camuflado, a nadar por várias águas. Podem alguns julgar que a sua carreira só começa, nos Açores, depois do 25 de Abril. Só para quem se esquece da sua viagem aos EUA, a convite da ITT, resultante numa série de artigos em jornal local, não só de defesa da monocultura da vaca, ao melhor estilo da economia neocolonialista, como também da apologia do modelo porto-riquenho de ligação aos EUA. O apoio instrumental à FLA independentista, já adivinhado, só veio depois.

Mesmo assim, em condições políticas adversas, recorro sempre com orgulho que o resultado da CDE de Ponta Delgada, em 1969, foi o segundo do país, logo a seguir a Lisboa.

Volto ainda ao homem das gravatas. Já crescido e entrado na política, veio-me uma vontade irreprimível de decifrar o mistério do homem das gravatas. Entre algumas cervejas e uma conversa já confusa, lá fui deslindando um pouco a sua história. Era basco, tinha nome de família Eratzabal, mas já não recorro o nome próprio. Ouvindo então, nestas conversas tardias, o seu engraçado “portunhol”, é que percebi o que era aquela espécie de língua de palhaço que estranhávamos em crianças.

Com a derrota do seu sonho de autonomia, fugiu para Cuba, onde se fez charuteiro. Percebi então de onde vinha aquele charuto dependurado da boca, que eu sempre lhe tinha visto. Anos depois, foi contratado por uma das tabaqueiras de S. Miguel e para lá foi, escolha estranha para um foragido anti-franquista. Era uma tradição açoriana, a dos peritos charuteiros. Podia discorrer agora sobre isto, sobre a história da cultura e da indústria açoriana do tabaco, mas aborreceria os leitores. Os novos

industriais de visão do fim do século XIX parece que não pouparam na qualidade e foram contratar a Cuba os melhores charuteiros, como os do chá até contrataram dois chineses. Parece é que a sua vida de charuteiro foi curta, descambando para a venda ambulante, vida cómoda perdida num negócio de saias com uma das tabaqueiras que eu via desfilarem em rancho, todas ademanas e provocação, de que sempre me lembro ao ouvir a Cármen. Mas com outra música, a do som inesquecível dos seus tamanhos, facilmente transponível para castanholas.

Nesta minha relação tardia com o homem das gravatas, já não vinham os seus discursos políticos. O que tinha mais sabor, com ele já um pouco encervejado e eu a provocá-lo, deixando cair na conversa o nome de Franco, eram as suas pragas vivíssimas, no seu falar estropiado, “Fijo de una puta más puta que todas as putas del mundo!”, “que no me vou a morrer sin que le cuspa en la tumba”. A boina de basco, sempre na cabeça, quase que lhe saltava. E nem a minha advertência de que podia haver pido por ali o fazia calar-se, num chorrilho interminável das pragas mais saborosas.

* * * * *

O Zé das camionetas, esse era miúdo também, mas “capitão da areia”. Não se sabia onde vivia, arribava à Rua do Saco vindo talvez de uma noite mal dormida num bidão da doca. Ele não o dizia, mas sempre pensei que a sua vida passava muito por rei da doca, porque nos contava que era ajudante de guardas fiscais contrabandistas. A sua escola foi sempre a da malandragem, com histórias que me deliciavam e aos meus amigos, histórias de vivência impossível para nós, meninos burgueses e educados religiosamente.

Aos cinco anos, o Zé começou a sua carreira rodoviária, com uma velha cega, minúscula, desdentada e trôpega, que acho que não lhe era nada, apenas sócia no negócio. Entravam na camioneta da Lagoa e o Zé cantava o fado da ceguinha, com a sócia de olhos bem fechados, mas a adivinhar-se que olhavam para o vazio. Boné cheio de moedas, descia no Rosário e tomava a camioneta para a Vila Franca, repetindo-se o trabalho. Chegava a dar num dia toda a volta à ilha. Há quem garanta que, no fim, a velha finalmente abria os olhos e não se deixava perder nas contas da divisão de proventos que o Zé fazia.

O Zé foi crescendo e o tamanho já não despertava a vontade da esmola. Espírito empreendedor, virou-se para outra actividade, tirando partido dos seus conhecimentos de transportes públicos. Entrava nos cafés e fazia apostas. “Qual é a paragem que fica a seguir à do Cabouco?”. Ganhava sempre e, com isto, lá ia para a Rua do Beco,

onde era o filho nunca tido de tantas mulheres carentes, contando ele depois histórias exageradas que deixavam a ferver a minha curiosidade lúbrica de criança.

A R. do Beco era o horror das mães de família, rua da perdição, hoje trajecto obrigatório para quem vem para o centro da cidade. Pior ainda era o Éden, palco de decrépitas bailarinas espanholas, não sei se com quartos nas traseiras. Na Rua do Beco, embora sem alardes, casinha baixa igual às outras, pontificava a Emília, empresária de todo o comércio da rua e distribuidora das putas por todas as casas, numa hierarquia que despachava rapariga fresca e bonita para o nº 19, velha degradada e pustulenta para o infecto nº 31. No meio, matriarcal, o nº 7 da Emília, todo alinhado, veludos e damascos, quartos pequenos todos demolidos para grande salão de dança e recepção, com um piano decrépito em que tocava um chulo, o Alfredo da Mariquinhas.

Parece que também havia uma bebida excelente, mistura a meio por meio de cachaça e de vinho abafado. Outra especialidade, que vim a redescobrir há tempos no meu café de Sassoeiros, a pedido ao balcão de uma velha alcoólica envergonhada, era um martini completado com cerveja. Gostos estranhos de bêbedos. Não sei por mim, tudo isto são conversas antigas do meu amigo Chico, dançarino famoso dessas putices antigas, todo nu, mas nunca dispensando as peúgas, porque o chão estava todo encardido.

Um dia, jovem estudante em Lisboa, passeando-me na Feira da Ladra, parei a ver um dos habilidosos da vermelhinha, em grande discurso de distrair os jogadores. Entrou-me logo no ouvido a toada micalense, reparei bem e era o Zé. Tinha assentado praça no 18 mas não durou lá muito, ido logo como corrécio para Penamacor. Tudo porque numa noite de sentinela, mais do que entediado, se entreteve a usar a Mauser para uns tirinhos aos pardais do Campo de S. Francisco. Isto contou-me ele, mas não acreditei, porque degradação a corrécio exigia muito mais. Segredos lá dele, inconfessáveis até a velho companheiro, mas fiquei sempre a suspeitar de que ali devia haver história de saias com mulher de oficial. A vermelhinha ia-lhe dando algum proveito, mas a ambição era poupá-los para o regresso à ilha.

Interrogando os meus velhos companheiros, ninguém sabe do Zé. Felizmente, quando hoje leio as notícias sobre o processo do Farfalha, não vejo o seu nome. Mas poderá ter tido outros destinos porcos, condizentes com a sua infância triste? Ou então, milagre da vida, ter feito família e ser hoje carpinteiro respeitado? Mistérios da minha infância!

* * * * *

Finalmente, a Ascensão, elemento permanente na colecção das criadas, como então se dizia, luxo hoje impossível mas então sinal de posição de casa que se prezasse. Pobres raparigas do campo, separavam-se cedo das famílias para, com magro ordenado, completado com cama e mesa, acudirem à miséria familiar. Elas iam e vinham, à medida que casavam, mas a Ascensão cozinheira ficava sempre, até porque só trabalhava de dia, recolhendo depois às lides da sua própria família. Figura ainda hoje a dourar a minha saudade.

Não tenho ideia de ter conhecido a Ascensão pela primeira vez, tão presente esteve sempre ela na minha meninice, como está agora na minha recordação. Era como se fosse também personagem inseparável da Rua do Saco, porque lá trabalhava todo o dia, cozinheira da minha família, a ver-nos crescer como se fôssemos também o seu José, a ver-nos sair de casa para as lonjuras da universidade, e transferindo a sua enorme afeição para os meus filhos e sobrinhas, quando íamos a férias.

Já só o meu filho mais novo a não conheceu, mas eu encarrego-me de lhe fixar essa admirável memória familiar. A Ascensão passou pela morte da minha avó, e com que desgosto, e só nos deixou para ir gozar o merecido repouso com o seu mestre Alfredo – jóia de homem a não pedir meças à mulher – na sonhada América de todos os açorianos, quando a velhice a aproximar-se fez vir ao de cima o desejo natural de deixar as labutas de fogão e tachos e ir descansar juntos dos filhos já emigrados.

Tinha direito pelo muito que lhes fez, mas não se acolheu aos filhos, como lapa aproveitadora. Ainda trabalhou, com uns biscates do mestre Alfredo, para ter a sua própria casa. Por isto, eu tinha que explicar à minha mãe a sua falta de notícias. Emigrante açoriano orgulhoso só dá novas quando pode juntar à carta uma fotografia com uma bela sala, bons sofás (os “coches”), uma grande televisa, um bom frigorífico (uma “frisa”) e as bandeiras americana e do Espírito Santo a fazerem parecer que é a sala oval. Razão tinha eu, porque acabou por ser essa a primeira carta da Ascensão, recheada de fotografias, seguida frequentemente de outras em que lá vinha sempre uma nota de dólar entre as dobras da carta. Sublime! É, para os nossos emigrantes, um símbolo do seu bem estar e parece-me também ser uma contradição interessantíssima: a dependência antiga, quase servil, mesclada com um reconhecimento que se vê pela amizade da escrita; e, por outro lado, a afirmação de uma libertação económica dessa mesma dependência. Será isto filosofice minha? Há quem diga que ando a tresler com a idade!

Só lhe faltou nas Américas a excursão anual às Sete Cidades. Economias poupadas ao longo do ano, o 15 de Agosto era sagrado, para ela e para os vizinhos do

Bairro da Mãe de Deus, quotizados para alugar uma camioneta do Varela. Enquanto o José e os amigos brincavam e mestre Alfredo ia antecipando o almoço de amigos com uns copos de vinho de cheiro, ela só tinha uns momentos de repouso, saía arrepanhada e pernas mergulhadas na Lagoa Verde.

Depois era a almoçarada familiar. Julgam que rissóis, pastéis de bacalhau, croquetes, sandes, frango de churrasco e outras coisa que usamos para piqueniques? Nada disto, que aquilo era ocasião especial. Religiosamente, escolhia de véspera no mercado de peixe a melhor e mais fresca serra que encontrava, ainda de olho bem brilhante. Recheava-a, não à maneira tradicional mas como tinha aprendido com a minha avó, recheio de miolo de pão embrulhado em refogado de cebola e ervas, com muitos ovos a ligar e acabado com o fígado do peixe, nozes picadas e azeitonas. Às cinco da manhã do dia da excursão, assava-a com esmero bem coberta de manteiga, com batatinhas bem torneadas e lá ia a serra numa assadeira bem embrulhada em jornais-estufa.

Lamentavelmente, estas excursões costumavam terminar com um miúdo afogado na lagoa traiçoeira de limos a puxar para o fundo ou com um excursionista pesadão, atestado de comida e de vinho de cheiro, a morrer de congestão na despedida de um último banho na lagoa. Mas era a vida, e nas outras camionetas de regresso, entre cantigas populares e anedotas avinhadas, ficava a esperança com lágrimas de “até para o ano”.

Eu e os meus irmãos éramos que como seus filhos e a sua virtuosidade culinária nunca se desligava de nós. Com a cumplicidade da minha avó, os nossos lanches, única refeição que tínhamos sem os pais, eram delícias em que se esmerava, satisfazendo fosse o que fosse de nosso capricho. Errado, porque contribuiu para que nós os três sejamos hoje gastrónomos exigentes e a tender para excesso de colesterol. Mesmo para o almoço e jantar, quando a minha mãe lhe ditava a ementa, era ela que nos defendia, chamando-lhe a atenção para que um de nós detestava esse ou aquele prato.

Diz-me a minha mãe que ela já era dotada para a culinária mas que, quando chegou lá a casa, a sua cozinha era esmerada de sabores bem saboridos, mas um pouco rústicos. Com o tempo e muita experiência trocada com a minha avó, que ela adorava, tornou-se mestra na nossa cozinha patrimonial de família. Acabou por ser também a gestora da despensa e a compradora exigentíssima de peixe, carne, legumes e fruta, numa passagem diária pelo mercado, antes de ir para a nossa casa.

Agora trescrevo, porque me lembro de que essa tarefa das compras, antes de

desempenhada pela Ascensão, estava a cargo da Jorgina, personagem também inesquecível. O seu trabalho começava por percorrer à noite as casas da clientela, a tomar nota das encomendas para o mercado, no dia seguinte. Lambia a ponta do lápis e lá escrevinhava no caderninho, dizendo “óraitas” a cada nota, enquanto ia metendo na ordem os piolhos, com valentes palmadas na cabeça e comentando que “ai, eles hoje estão tão desassossegados!”. O espantoso é que a Jorgina era analfabeta. Muito gostaria de ver um dos seus cadernos, com as encomendas sempre cumpridas à risca. Há literacias esquisitíssimas.

A Jorgina era também exímia em dar sortes, ovo derramado para um prato, em véspera de S. João. Não ficava por visão de penumbra, tudo aquilo saía com pormenor de que não se podia duvidar. “Vais casar, rapariga – dizia ela à Mercês de lá de casa – estou mesmo a vê-lo, marinheiro de calça azul, camisa arregaçada, à ponta do navio, a virar a ponta da doca e a dizer-te adeus”. Outro dote era a adivinhação do jogo do bicho. “Hoje sonhei com um jardim de malmequeres. Malmequer é branco, branco é ovo, ovo é galinha, galinha é galo. Não deixe de jogar no galo”. E não é que acertava?

Virados os tempos, desaparecida a Jorgina da vida ou da Rua do Saco, passou a ser a Ascensão a fazer-nos a compras, com muito maior proveito de qualidade. Dessa fase, tenho uma memória que ainda hoje me diverte. Uma das características da Ascensão era uma grande curiosidade, o querer estar sempre a “dar fé”, como se diz na minha terra. Nisto, as suas conversas de cozinha com a minha avó eram explosivas, porque cada uma ajudava a outra a listar as coisas de que nunca tinham dado fé, coisas que ouviam no inseparável rádio ou que a minha avó lia no seu “Século Ilustrado”. A avó Adélia, aos oitentas de curiosidade insaciável, ainda se queixava do meu pai por nunca a ter levado ao futebol, aquela coisa de que ela ouvia relatos no rádio e de que nunca tinha “dado fé”.

Um dos rituais da Ascensão era entrar todos os dias na morgue do hospital, frente ao mercado do peixe. Mortos parecem-me todos iguais, mas para ela não, que tinha sempre que comentar diferenças, na riqueza das flores, no fato do falecido, no ar calmo dos justos ou no esgar atormentado de quem, ao morrer, sabia já do seu destino infernal. Mas morto único foi o doutor Seta, falecido numa viagem à América e recambiado cadáver bem brunido para a sua terra de adopção, já que ele não era nascido nas minhas ilhas. Parecia actor de teatro, cabelo preto onde antes toda a gente lhe conhecia as brancas da idade, pestanas realçadas, rouge por toda a cara e lábios pintados. Porque é que os americanos não aceitam a morte nos seus efeitos

cadavéricos, de faces encovadas pela desidratação e de cor céria? Ora aquilo é que a Ascensão nunca tinha visto e tanto se aproximou do caixão, para dar fé, que acidentalmente carregou num botão que fez o morto soerguer-se e ficar sentado, de olhos bem abertos para ela. Ainda hoje me lembro: a Ascensão fez um quilómetro em três minutos; chegou à nossa casa ofegante, transida, exorbitante, lívida e palpitante – e ainda devia escrever mais alguns adjectivos – e só dizia “essas terras da América são terras do demónio!”

Ao menos, minha querida Ascensão, tu, tão curiosa dos costumes funerários, estás hoje num lindo relvado dessa tua segunda terra, num cemitério de comunhão com a natureza que não conhecias na nossa ilha. Nunca vi a tua pequena lápide que lá estará a erguer-se da relva, mas tenho-a bem viva na minha imaginação e, de vez em quando, lá lhe ponho uma flor do meu jardim, de preferência uma rosa, que é o que se oferece às senhoras, principalmente às grandes senhoras que nunca tiveram título disso. E não vejo cruz na lápide, nem anjo, nem pombinha do Espírito Santo, apesar de seres muito religiosa, como todo o nosso povo açoriano. O que vejo, mais compatível com toda a tua alegria sobre a dor, é aquela viola que sempre me encantou, a encimar um jazigo logo à entrada do cemitério da Ribeira Seca.

O canto do clube

A agitarem-se muito, quase a cair do mastro, vejo agora os meus “cômicos”, quase todos do meu canto do clube. Gosto de os ver, mas prefiro não ser visitado ainda pelos outros companheiros desse meu mini-território, os meus camaradas de desvarios juvenis, com escritório montado naquela esquina, espaço nobre da minha cidade, nossa propriedade indisputada. Felizmente, ainda andam por este mundo, embora em diferentes partidas, sem nos vermos, só unidos por muitas recordações.

Todos rapazes normais, só o Fernando é que tinha alguns problemas, mas já resolvidos, porque sei que ele é hoje um engenheiro bem sucedido do Porto de Lisboa e até já uma vez convidado para ministro das obras públicas. Dia sim, dia não, o Fernando saía de casa a seguir ao jantar e ia deixando, peça a peça, toda a roupa por tudo o que era rua da cidade até se ir passear completamente nu na Avenida Marginal. Às vezes, sabe-se lá porquê, ainda dava mais uma volta para ir insultar a estátua de José Cordeiro, personagem notável e introdutor da electricidade nos Açores, mas detestada pela mente especial do Fernando. Já ninguém se escandalizava, limitavam-se as pessoas a chamar a polícia que o levava a casa, que já bem sabiam onde era. Se fosse hoje, o Fernando teria bastante sucesso nos estádios de futebol ingleses.

Creio que o canto do clube não foi conquista nossa, que nos foi legado por outros e por outros anteriores. Belíssima cantaria barroca de basalto, a ela se encostavam os seus juvenis proprietários, cada vez mais encardindo a sua patina de gerações sucessivas de adolescentes vagamente boémios. Deixámo-lo a outros e outros, em testamento precoce, até que hoje, com enorme pena, o vejo deserto, ocupado agora por caixa de Multibanco.

Do Clube Micaelense, apenas tínhamos propriedade do nome do canto, porque só alguns seriam sócios de tão selecta agremiação. Coisa mista de interesse arquitectó-

nico e de pernóstico, emblema de uma sociedade a estrebuchar nos últimos vestígios de aristocracia, gente que se partilhava entre bom nome e emprego médio, que a fortuna comida por luxos incontáveis já não dava para estudos superiores, mas tinha de chegar para a quota do clube.

Nessa decadência, o clube também já simbolizava uma transição social. Por um lado, as famílias de registo nas “Saudades da terra”, roubando aos proventos a prosápia de sócios do clube. De forma alguma os “arrivistas”, gente próspera de “fora da cidade”, comerciantes de sucesso, funcionários categorizados. Mas, pacoviamente, o clube tinha uma regra, antecipando a aristocracia de hoje: convidava para sócio qualquer licenciado ou oficial que chegasse à terra, micalense ou estrangeiro, fossem quais fossem as origens familiares.

Talvez muitos sócios sem gosto e maneiras nem dessem conta da belíssima casa, com lindas salas excelentemente decoradas e com mobiliário exemplar. Torreão, como era costume, domínio exclusivo do dono, pequena sala quase só com uma luneta, para espreitar a vinda do navio. Ainda são muitas as casas de Ponta Delgada com esta característica. Imagino que o proprietário se vestia de almirante para essas ocasiões, como o velho londrino do “Mary Poppins”. Apesar de tudo, sempre seria menos ridículo do que as famosas esquadras de marinha da Madeira. Dobro a língua: ridículas mas deliciosas!

A actividade clubística é que era paroquial. Quase todo o ano, o clube era propriedade de meia dúzia de ricos desocupados que aí montavam escritório, mais à varanda do que nas salas. Não liam sequer o jornal, para xadrez e bridge não lhes chegava a cabeça e nem mesmo restaurante tinham. O seu dia era uma colecção de uísques, mas não faziam a mínima ideia da diferença entre um “blended” e um “single malt”.

De resto, eram os bailes de Carnaval e a passagem do ano. Nem baile de debutantes havia. No salão grande, as famílias sentadas às mesas a toda a volta, entre-tendo-se com uns bolos encomendados às irmãs Esperança e bebendo umas delicias para o gosto local, rosé ou espumante bem doce. O baile era dos jovens, ataviados a preceito, meninos de doze anos já de smoking, só lhes faltava condecoração. Cirandando por toda a parte, só vénias, o senhor Nóbrega a fazer a reportagem fotográfica, depois exposta na sua montra para exibição da vaidade local. Nos entrementes, as aulas de dança do senhor José Bento, professor tão entranhado que andava na rua como se estivesse a valsar. Aulas em que as meninas transmitiam entre si as lições de como colocar o braço à defesa, contra os contactos indecentes dos rapa-

zes.

Não quer isto dizer que eu abomine os clubes, mas modernizados e baseados noutros valores de selecção. Serão sempre símbolo de privilégio, mas já confessei o meu “elitismo democrático”. Com o meu fascínio pelo espírito do “british gentleman” – ou, como diz um amigo, com a minha “bifofilia” – uma das experiências marcantes da minha vida, já lá vão bem vinte nos anos, foi um convite para almoço do meu amigo dona W., bom cientista mas também de berço de ouro, sempre com um fato às riscas que lhe assenta como Paulo Portas nunca conseguirá.

Como a memória já me traiçoa, não consigo recordar o nome do seu clube londrino, mas eles devem ser todos mais ou menos do mesmo género. Só me lembro que ficava relativamente perto da residência da Gulbenkian, onde eu estava, em Park Crescent. Não vale a pena descrever o clube, que já todos vimos estes clubes no cinema, mas só visto ao natural. Um mordomo vetusto mas absolutamente inglês, que não esconde sob o respeito para com os membros e convidados o indisfarçável orgulho de só ele saber como são as maneiras de um verdadeiro lorde. Como diz um velho ditado inglês, só conhece verdadeiramente um gentleman o criado que todos os dias o vê em cuecas. Uma belíssima sala de madeiras com magníficos sofás de couro onde uns dormitavam já com um terceiro uísque ao lado e outros liam o jornal (só lá vi o Times!), conversas em murmúrio a respeitar a “religiosidade” do lugar. Depois de um sherry, um excelente almoço, com uma boa escolha de um clarete, como são especialistas os ingleses cultos.

O almoço merece uma nota gastronómica. O dona nem olhou para a ementa e perguntou-me se podia encomendar para ambos. Pediu umas trutas “au bleu”, idas vivas para a tortura do “court bouillon” como não pode deixar de ser, com molho holandês e umas batatas novas “pochées” e salteadas com manteiga e cebolinho. O chefe nem pestanejou, como se aquilo fosse prato já feito, da ementa. Haverá algum restaurante em Lisboa onde eu possa encomendar o meu próprio menu? Repararam que antes falei do clarete a acompanhar. Esta nossa ideia feita de que peixe só pode ir com vinho branco...

Se eu vier a residir anualmente, durante uns tempos, nos Açores, precisarei de um clube, como é o meu estimado Clube Militar Naval. Mas, como este, um clube com uma sala de estar com maples de couro velho, um bar à taberna setecentista, um restaurante pronto a apresentarmo-nos a refeição que dia a dia imaginamos, com grande escolha de vinhos, uma boa biblioteca, uma silenciosa sala de xadrez, mas, principalmente, onde entre toda a elite intelectual e cultural da minha terra, seja de san-

gue azul, roxo ou vermelho.

Onde é que já vai, no meu tresvario, o canto do clube? O que lá faziam os amigos? Numa citação da Cármen que associo sempre ao canto do clube, “Sur la place / chacun passe, / chacun vient, chacun va; / drôles de gens que ces gens-là!”. Só era pena que não passassem por lá, em cortejo, as meninas do colégio das “mères”. Para isso, havia outros lugares estratégicos para as cocarmos, duas a duas, uniforme azul recatado, duas freiras à frente e duas atrás, lançando olhares venenosos para onde pareciam vir os risinhos das meninas aos piropos juvenis, nunca obscenos. Ou então, ouvido agudo das freiras para os comentários das meninas a algum intento de namoro da malta do canto do clube, às vezes mais fruto da sua imaginação de adolescentes românticas. Meninas de terço permanente, mas com a série de ave-marias sempre entrecortadas por orações pecaminosas a Eros, que nem lhes vinham da alma, mas de áreas bem conhecidas de doçura corporal, que o pudor me impede de identificar.

Às vezes, as atenções e os dichotes dos rapazes desviavam-se, por passar o S. A., saltitante e ondulante, homem de grandes famílias que se dedicava a ter sempre obras em casa, com boa escolha de pedreiros e carpinteiros requisitados ao meu pai, sabe-se lá para quê... Muito ouvi as censuras do meu pai, a quem o S. A. ia fazer queixa, porque dos outros já esperava o gozo, mas não de mim, rapaz tão bem educado.

Voltemos aos “cômicos”. O Armando, versão neo-camiliana de filho tonto de um grande homem, tinha-me um amor de irmão muito mais velho, na sua candura, e era músico. Ele o dizia e é verdade, porque a sua ocupação predilecta era dar ao fole do órgão da matriz. Na sua cultura musical de canto religioso, tinha algumas falhas e perguntava-me sempre quem era o mano Eugénio do meu avô, coisa que ele percebia quando José da Costa, bela voz e membro devoto da capela da matriz, se esmerava no seu solo do “*Humani generis*”.

No seu característico repetir das palavras, dizia a cada vez que me encontrava: “Teu avô, teu avô, teu avô, grande ponto, grande ponto, vino bono, vino bono”. É que o Armando, afastado tristemente para um canto pelo pai camiliano, assistia embevecido às conversas entre o seu pai poeta e o meu avô José da Costa, em que, na prova de vinhos, o meu avô usava todos os trocadilhos das declinações das duas únicas palavras “vinus” e “bonus” para expressões que, como sabem os latinistas, têm os mais diversos significados. “*Vinus bonus, vinus boni, vinum bonum, vine bone, vinus bonorum*”, são coisas bem diferente. As gargalhadas do pai do Armando, que ele ado-

rava à distância, faziam-no pensar que entendia toda aquela conversa. Homem menino, minha grata recordação. E mais não devia dizer, pelo respeito que tenho pelo pai do Armando, que muito deve ter sofrido. Um seu sobrinho-neto, com quem tenho mantido correspondência, talvez venha a ler este livro. Espero que não se sinta ofendido. Realisticamente, o Armando era o que era, mas, na sua candura e na sua fraternidade de menino grande, é uma das minhas alminhas mais queridas. Mas tenho de contar outra história, para alívio da minha consciência.

Abusei da amizade do Armando, que tinha comigo uma outra relação de grande cumplicidade, de escrita de cartas de amor. Em jovem, escrevi muitas cartas de amor, mas não às minhas inúmeras namoradas, nunca me deu para isso, que os amores eram só meus e nunca declarados. O Armando, incapaz mas por cunha de família, era contínuo de uma qualquer repartição pública. Sempre marginalizado na repartição, fascinavam-no as velhas máquinas de escrever, em que não o deixavam tocar, depois de algumas experiências difíceis de desencravanço de teclas torcidamente entarameladas. As suas cartas de amor, que ele desejava bem dactilografadas, nunca lhe foram permitidas. Só se vingou uma vez, com um requerimento a pedir uma licença especial de alguns dias. No velho papel selado, escreveu dificilmente todo o texto, pena lambida à língua, esmero de pobre caligrafia, mas, no fim, saídos já todos os colegas, não resistiu. À socapa, sentou-se frente à máquina do escrivão e, a seguir às últimas linhas manuscritas, data e espera deferimento, lá terminou o requerimento com a sua assinatura bem dactilografada, Armando da Silva Pacheco.

O Armando tinha uma paixão assolapada por uma colega minha de liceu, sentada durante vários anos na carteira à minha frente, rapariga que juntava uma grande simpatia a uma bela presença, bem marcada pela sua opulenta trança, que eu passava a aula a sacudir. Confiante na minha cumplicidade e na fama de muito bom aluno em português, herdeiro do tal avô com cujas latinices ele tanto se ria, o Armando pedia-me para lhe escrever as cartas de amor.

Espanto-me hoje com a minha maldade e que isso não se faz, mas quem é que, como jovem irreverente, não tiraria todo o partido dessa situação? Tenho pena de não ter essas cartas, mas lembro-me bem de que me esmerava na pirosice e no ridículo. Para o Armando, eram lindas e tenho a impressão de que a Guadalupe, depois quase minha prima, nunca chegou a saber quem é que as escrevia. Lá tinha eu de inventar razões para convencer o Armando de que as cartas certamente tinham sido muito apreciadas mas que haveria razões fortes para que a Guadalupe não respondesse. Mas que quem porfiasse sempre alcançaria... Lá ia mais uma carta.

Outro “cómico” do canto do clube sobressai nas minhas memórias. O Teixeira era cauteleiro e sabedor de máximas. “Não faças aos outros o que não gostas que te façam a ti, porque eles podem gostar e pedir mais”. “Ando cheio de cautelas e nunca me saiu a sorte grande; também homem cheio de livros nem sempre é doutor”. “Lê o jornal virado ao contrário, que é para verem que não precisas das notícias para saberes coisas do mundo”. “Homem com peruca é homem que não gosta de se ver todo nu ao espelho”. Olhando para cima, para as varandas do clube, permanência de muitas horas do obeso e inútil doutor H., “Homem que não trabalha, ou rouba ele ou roubou o avô”. E tantas outras, que não me vêm agora à cabeça.

O Teixeira tinha estado em Coimbra, numa tropa que se arrastou por mais uns anos como ardina, e ainda por lá ouvi falar dele. Ganhava uns cobres a fazer recados na Associação Académica, mas sabia todos boatos sobre os professores e era conselheiro-mor em truques de bem copiar cábulas. O conselho de veteranos tinha-lhe dado a honra de poder proteger caloiros noctívagos da inevitável rapadela, protecção que era só direito de doutor veterano. O Teixeira ainda guardava o decreto praxístico, em latim macarrónico e assinado pelo dux, eterno estudante de medicina e meu patrício – por mais que não queira, aparecem sempre açorianos nesta história, mas esta é verdadeira. Diploma honroso, melhor do que alvará de condecoração, mas maculado na sua dignidade de futuro documento da Torre do Tombo por algumas indeléveis manchas de vinho, em noites dos Cágados ou dos Corsários das Ilhas.

E outros também. O Maximino engraxador, aparentemente estúpido mas capaz dos repentes mais deliciosos, mas também de vigarices hábeis, com jogo de bicho ou apostas, de que também fui vítima. Ou o “doutor”, bem falante e sempre com ditos engraçadíssimos para os nababos que trabalhavam charuteando na varanda do clube, e que, afinal, era simples encarregado dos equipamentos e das chuteiras do União Micaelense. E aquele miúdo que não nomeio e que estava na esquina oposta para se meter no carro de um padre conhecido? Coitado do rapaz, com os seus pecados de miséria – que pedófilos já havia no meu tempo – também merece um lugar no meu mastro, como Cristo nos ensinou com a primeira pedra.

Miséria mesmo era a dos vários mendigos ali tão perto do nosso canto do clube, mais arrimados à porta da Matriz. Sobressaía o “canceroso”, uma fraude que acabou na cadeia e depois em recambio para qualquer penitenciária do continente, onde se desfez a sua memória de personagem marcante das consternações de família. Com um cancro de pele, na face, de aspecto horroroso, protegia os passantes da visão arrepiante com ligaduras que só lhe deixavam os olhos à vista. Era um cancro espe-

cial que, fora as esmolas para tratamento caríssimo, só lhe dava alívio com emplastros de galinha, de bife e de manteiga. Pobres de tantos merceeiros, ingénuos mas bons, que contribuía generosamente. O canceroso também estava inscrito na Assistência, da responsabilidade do meu padrinho. Fora o dinheiro oficial, havia sempre um extra generoso do meu padrinho. Este meu padrinho era uma jóia de homem, ingénuo e sempre crédulo, mas estilo “touro manso”. Sabem o que é, aquelas pessoas magníficas mas que, uma vez na vida, libertam a violência que não lhes é natural? Ainda me lembro da sua fúria olímpica quando soube que tinha sido enganado pelo canceroso.

Quase que termina aqui a minha crónica do canto do clube. Falta uma personagem porca e reles, que não é alma que esteja na bem-aventurança. O senhor Amaral, já entradote, era de Braga, mas tinha ficado por S. Miguel, depois da tropa, no tempo de guerra do gafanhoto cinzento. Da sua origem minhota, mantinha o hábito do palavrão, que introduzia entre cada duas palavras de uma frase, “O caralho da minha irmã, filha da puta, escreveu-me a mandar-me que me fodesse se não lhe enviasse o cheque, mas eu mandei-a levar no cu. Espírito porco, a sua passagem pelo canto do clube era só para contar aos rapazes a sua última anedota obscena.

Também lidava muito com eles na sua loja, lado a lado com a taberna do Avião, estrategicamente localizada ao pé do liceu. Tinha-se especializado em material escolar em segunda mão, livros, material de desenho, mapas e, mais apreciado do que tudo o mais, exercícios daqueles professores que, por preguiça, os repetiam todos os anos. O Amaral comprava-os ao contínuo Raposo – homem terrível na pontaria com que atirava o grande molho de chaves à nossa cabeça – a troco de uma saltada ao vizinho Avião para um copo de três.

(A propósito, a secular taberna Avião, infecta e negra do basalto do chão ao tecto, é hoje restaurante decente e meu preferido nas breves idas a Ponta Delgada, com boa cozinha tradicional. Já dei fé de que se come excelentemente “fora da cidade” – expressão pitoresca que ainda mantenho –, mas não tenho tempo para essas excursões gastronómicas. Em Ponta Delgada, é uma desgraça.)

Até aqui, o Amaral não parece nada de especial, a chegar que eu diga que sofria de um incontrolável masoquismo, que muito o prejudicava nos negócios.

— “Ó senhor Amaral, quanto é o livro do Mattoso?”

— “Vinte escudos”.

— “Está a gozar!” E lá ia bofetão.

— “Ó rapaz, se isto vai assim, ainda o levas por quinze escudos”. E mais uma cha-

pada. Continuando, lá ia o livro por cinco escudos.

* * * * *

Porque é que aquela verga dos cómicos está a balançar, como se algum marinheiro se entretivesse patuscamente com exercício ginástico no cabo de sustentação, que para mim, marujo temeroso das alturas, ficou sempre só como cabo de surriola? Foco o olhar e vejo que, lá atrás do grupo, solitário como sempre foi, está o Isaltino, para quem a terra já nem era firme, muito mais um mastro de navio a balançar. Não sendo presença constante no canto do clube, por lá passava nas suas divagações pela cidade, nunca falando com ninguém, perdido nas nuvens do álcool, que já lhe tinha feito calos nas meninges e cáries no cerebelo. Altíssimo e esquelético, ouvia-se, ao andar, os ossos a chocalharem.

(Outra vez parêntese: esta história já não começa a ficar cheia de bêbedos? Não tenho culpa, era desgraça da minha terra).

Homem distinto, filho de doutor, mas lá com a sua vida, em luto permanente pela Conchita, uma namorada de jovem, romanticamente translúcida pela tísica com morte renunciada. Em honra dela, visível muitas vezes, a espreitar da algibeira, o seu inseparável terço, para imprescindível reza nocturna, ajoelhado ao altar doméstico da Conchita, cómoda sem outro uso, toda forrada de damasco branco e coberta por pano de ara. Em cima, pontificando, o retrato lânguido da Conchita, em moldura de marfim e entre belas jarras de prata, sempre floridas de rosas brancas, com lamparina de azeite e tudo completado com as recordações mais diversas: os bilhetes da primeira ida ao cinema, a última fita que ela lhe comprara para o chapéu, uma luva desirmada, um lencinho de renda, a grinalda apodrecida da primeira comunhão.

A reza do terço é que era muito especial, nada das orações habituais. As contas só serviam para ir fixando o número ritual das necessárias orações, mas todas muito especiais: a saudade e o sabor de um beijo já longínquo, as reprimendas pelos primeiros sinais de devoção ao álcool, as queixas contra as cunhadas, a recordação de um acheganço atrevido em baile de Carnaval, a indignação perante o primeiro sinal de intimidade, um enorme arrote em pleno arroubo amoroso.

O Isaltino era o Pamplinas do grupo do canto do clube, porque nunca lhe ouvimos uma palavra e pelo seu característico chapéu. Ficava um pouco de largo, e era bom porque, às vezes, o cheiro era insuportável, quando ia ao mercado e se ficava a tardar pelas ruas, com uma cavala embrulhada em jornal a sair de cada algibeira do seu casaco preto. Fediam, mas ainda menos do que o próprio Isaltino, em quem a degradação alcoólica tinha vencido os hábitos de higiene da sua educação de boa família.

Quando não eram peixes, então o que tirava dos bolsos era um espelhinho redondo e uma pinça, com que escarafunchava as muitas borbulhas de uma acne que nunca lhe tinha passado. Isto no meio da rua, os carros que tivessem paciência com aquela urgência. O que de pior lhe faziam era chamá-lo quando se preparava para subir para o passeio. De uma extrema superstição, mas com igual incapacidade etílica de decisão, ficava minutos numa dança mirabolante, pé no ar a decidir-se se era o direito, voltava atrás, tornava a tentar. Se, por fim, se enganava, atirava o chapéu ao chão e pisava-o furiosamente.

Tenho tido tanto trabalho a escrever a sério e as minhas alminhas têm-me ajudado. Esta procissão é coisa de respeito e assim devia continuar. Há coisas que me dão vontade de rir, mas tenho que manter as normas de decência. Isaltino, isso faz-se, no meu mastro, vomitar vinho de cheiro e polvo guisado da Montanha em cima do Teixeira? Não estás em condições de continuar nesta procissão. Mando-te subir já pelo cabo de amarração e vê se não caís, que não há anjos que depois te venham buscar.

Desaparecido o Isaltino sem que, felizmente, se ouvisse espalhafato de ambulância, ficou desamparada na verga do canto do clube a Guidinha. Velha já velha, senhora muito respeitável, mas toda a gente a tratava assim, de miúdos a graúdos. Ela não tinha nada a ver com o canto do clube, mas, na sua timidez, veio na procissão amparada ao Isaltino, seu irmão sempre perdoado. A Guidinha era um encanto de pessoa, mas mais surda do que uma pedra. Admiravelmente, isto não a impedia de fazer a sua vida como professora de piano, de casa em casa de gente bem que queria as suas meninas bem prendadas. Lá que o Beethoven compusesse surdo, compreende-se, mas como é que a Guidinha corrigia os desafinaços das suas alunas? Também para aquilo em que elas o usavam, para umas exhibições do “Für Elisa” ou da marcha turca, para tios duros de ouvido, qualquer coisa servia.

Centro na música, sua paixão kitsch, este testemunho da presença da Guidinha no seu mastro, mas, já que falámos da surdez, lembro-me de uma história verídica (?) que acho deliciosa. A Guidinha, para quem as poucas lições de piano mal davam para pagar a renda de casa, jantava em ronda pelos muitos amigos e, frequentemente, na minha casa. Um dia, vi que a Guidinha, sentada ao meu lado, mirava com curiosidade um grande penso que eu tinha na mão. Então, expliquei-lhe, em longa conversa, porque não consigo contar nada em duas palavras, o que tinha sido aquilo. Eu tinha resolvido, pela primeira vez, fazer um bolo. Belo bolo de chocolate, às camadas de massa e creme de chocolate, esmeros de vigilância do forno a vigiar a assadura, com

ajuda da Ascensão. Eu, esbraseado com o calor do saudoso fogão de lenha monumental, de ferro e latão, ao centro da cozinha. Tanto abri e fechei o forno, a espetar palito no bolo, que uma vez me distraí e encostei a mão à chapa quente, com resultado numa profunda queimadura. Durante a explicação, a Guidinha mostrou a maior atenção, com muitos “Ah”, “não me digas”, “foi assim?”. Acabada a conversa, a sua curiosidade tanto tempo reprimida pelo meu falar incessante, não se conteve: “Ó meu filho, tenho estado a reparar, o que é que tu fizeste nessa mão?”

Não pode ficar pela música surda a história da Guidinha. Grande vício seu, para que não tinha meios, era embonecar-se. Não lhe bastavam os vestidos e chapéus ratados oferecidos pelas amigas, era também cliente diária da Loja Correia, expoente da moda micaelense em que se esfumaram fortunas de gastadoras compulsivas. Ainda a loja não abrira, Guidinha já estava a marcar o ponto. Deixavam-na à vontade na sua pesquisa de novidades, sempre indecisa entre o vestido salmão e o saia-casaco lilás, porque a sua paleta de cores, adequada a uma virgindade já irremediável, era muito limitada. Mas não era bem aquele, lá o voltava a pendurar e a tentar-se por outro. Finalmente, a escolha semi-definitiva e a sala de provas, mas sempre algumas dúvidas. “dona Mariana, parece-me que este fica melhor com o laço daquele outro”. “Não há problema, dona Guidinha, vamos já experimentar”. Meia hora de costura até à prova final. “senhor Correia, acho que não me fica mal, mas tenho que pensar. Amanhã volto cá”. “dona Guidinha, por quem é, estamos sempre às ordens. A loja é sua!”.

As primas Viveiros

Lá no extremo de uma verga, caturrando, estão as velhas primas Viveiros, a minha avó paterna e a sua prima Palmira, ambas descendentes do tal morgado “Barbadalho”, dono do meu solar redescoberto dos Arrifes.

É muito injusto que, até agora, ainda não tenha falado da minha avó paterna, a avó Idalina. Ao contrário das minhas intermináveis memórias, de quase adoração, pelo avô José da Costa, a avó Idalina fica em certa penumbra. Tenho mais lembrança dela por intermédio da minha mãe, que era mais filha e amiga da sogra do que pode ser uma verdadeira filha. Na minha infância, nas frequentes reuniões de família, a avó Idalina era a pessoa a quem eu ia dar um beijo à entrada e à saída no seu reino da cozinha onde, enquanto toda a família convivia, ela garantia o jantar para catorze filhos e cinquenta netos.

Quando me recordo, com muita ternura, da minha avó, refiro-me normalmente a uma época muito posterior, aos anos de felicidade dela, já velinha e viúva, apaparicada por todos os filhos. Era a doçura em pessoa, além de um aspecto impressionante. Quantas vezes olho para uma fotografia da minha avó, nessa idade, a preto e branco, mas acho que não lhe faz justiça, a não ser na ternura do sorriso. Faltam na fotografia a tez bem rosada e os olhos de azul celeste herdados da sua avó alemã, bem como o branco muito especial de um cabelo que foi genuinamente louro em jovem e que ela usava todo puxado para cima, encimado por uma espécie de coroa.

Foi pessoa com uma vida extremamente contraditória. Nascida de família bem estabelecida e de origens registadas, foi educada com todos os requintes da sua posição, mas sucumbiu, muito jovem, aos encantos de um namorado excepcional mas totalmente desprovido de meios, o já falado Prof. José da Costa, que, com uma prole de catorze filhos e com uma vida muito difícil, desfez todo o conforto passado da avó Idalina. Depois de outros casos familiares de que já falei, acho que a minha história

é um exemplo de uma coisa muito típica da sociedade açoriana, estabelecida em esquemas económicos caducos, um exemplo da decadência, de que ficam usos e mitos em total contradição com a situação social efectiva.

A princípio, o bisavô Viveiros, herdeiro dos pergaminhos e da herança de Homens e Camelos – salvo seja! – de que muito se orgulhava, fidalguia dos primeiros povoadores, ainda ajudou, até que umas “pendências”, no dizer saboroso da minha tia Lurdes – uma das mais inteligentes e bem humoradas mulheres que conheci, que bem devia entrar nesta história de alminhas, mas que, felizmente ainda está bem viva, aos 97 – decaíram uma fortuna razoável, embora sem miséria, por teimosia e fraco advogado. O bisavô Viveiros manteve, apesar de tudo, uma bela quinta em S. Gonçalo, delícia de férias do meu pai menino, e, principalmente, a fama e atavios de um dos maiores dândis de S. Miguel.

Depois, a vida difícil e sobreocupada da minha avó, com os cuidados com a família numerosa. A minha avó fazia heroicamente o que podia para sustentar e educar os filhos, já que o meu avô José da Costa, perdido nos seus devaneios intelectuais, não dava conta de que os seus magros proventos de professor primário e de explicador não eram compatíveis com aquela prole e não davam para o meu pai ir sempre de sapatos decentes para o liceu. Só muito depois é que me apercebi da nobreza desta minha avó. Nem da sua esplêndida beleza cinquentona me apercebia, toldada que era pelo desgasto de uma vida difícil.

Voltando à prima Palmira, a prima maluca da avó Idalina que a acompanha como grande amiga a minha avó no meu mastro, devo começar por dizer que a minha mãe, minha primeira crítica, não gostou nada do adjectivo maluca. Entenda-se que não o uso pejorativamente, antes com algum sentimento de encanto por uma extravagância deliciosa. Contado tudo o que já está contado nesta história, as minhas alminhas não têm todas um toque de “malucas”? Não estou certo de que o tenham tido em vida real, mas certamente o têm quando me visitam como pássaros celestes. Afinal, o que é isto de “maluco”? Se calhar, também o sou e isso me faz ver assim as minhas alminhas.

A prima Palmira, com boa fortuna, tinha exigido separação de bens ao casar com o senhor Furtado, gerente bem sucedido de uma das mais prósperas casas comerciais de Ponta Delgada. Ela lá sabia o que tinha em casa. Prima Palmira e senhor Furtado iam com frequência a casa dos meus avós Costas. As visitas passaram a mais do que semanais quando o Filomeno, o seu filho mais novo e herdeiro da pancada dos dois lados, começou a namorar a minha tia Emília, já a cair para tia. Era eu

muito miúdo mas aquele quadro já me fazia impressão. Na sala grande dos meus avós, divisão sexista ao serão, velha geração e mulheres da segunda numa parte da sala, homens noutra, eu a cirandar de lado para lado. Durante toda a noite, Filomeno, na secção dos homens, não dava uma palavra à namorada, muito menos um gesto de ternura, perdido no vício do dominó que partilhava com o meu tio Dâmaso. Era homem de pouca inteligência, mas um portento para topar de relance os múltiplos de cinco, aqueles que faziam avançar os fósforos na tabuinha de contagem.

Se, entretanto, pensava em alguma coisa, desconfio que fosse no plano de tarefas futuras à minha tia, mas também teve com quem se haver. Grávida logo a seguir ao casamento, só esperou pelo nascimento do filho para se transferir, roupa e pucarinho, para casa dos meus avós e pedir imediatamente – grande escândalo na terra, em que nunca se tinha ouvido falar em feminismo – aquilo que era possível em casamento religioso, a separação de pessoas e bens, inventando mil e uma coisas para seu sustento, para não pesar na economia modesta dos meus avós.

Volto à questão que mais apartava o casal Furtado, os dinheiros. Era uma situação que estavam sempre a defrontar em público. Lembro-me vagamente, era muito miúdo, de uma cena que a minha mãe me confirmou depois. Numa vez, calhou que, no canapé de honra dos meus avós, a minha mãe tivesse ficado sentada entre o casal Furtado. O casal nunca conseguia estar em público sem dar uma amostra das discussões que, em casa, deviam ser constantes e, provavelmente, animadoras da mornança conjugal. Nessa tal noite, o assunto era uma dívida do senhor Furtado à mulher e que ela exigia, dizendo que sem o dinheiro dela ele seria um pelintra. Ofendido, o senhor Furtado tirou da carteira um maço de notas mas não quis dá-lo directamente à mulher, pô-lo no colo da minha mãe, “se faz favor, dê este dinheiro àquela senhora”. A prima Palmira fez o mesmo, “se faz favor, dê este dinheiro àquele senhor, que ele é que precisa do meu dinheiro”. A cena foi-se repetindo até a minha mãe, muito incomodada, já parecer um recebedor de apostas.

Teve um fim coerente, o senhor Furtado. Estava a fazer a barba, sempre xingado pela mulher, virou-se para ela e disse “Se a senhora não se cala, corto-lhe o pescoço com esta navalha”. Foram as suas últimas palavras e caiu morto.

Na noite do velório, a prima Palmira deu espectáculo. Carpiu toda a noite mas de maneira muito especial. “Ai, Furtado, o que vai ser agora de mim, sem ti, que foste o melhor marido do mundo! Mas também daquela vez em que me puxaste a passadeira das escadas e eu parti um braço, não te perdoo. Mas eras tão meu amigo, sempre com tantas atenções. Só não te desculpo é aquelas fugidas de casa quase todas as

noites para ires estar com a galdéria da tua amante”. E por aí fora, sempre nesta alternância. A minha mãe, que estava sentada ao lado da prima Palmira, teve que ir arejar um bocado para não se desfazer de riso em frente do morto.

Continuei a dar-me com a prima Palmira. Afinal, sofreu mesmo com a perda do senhor Furtado e transformou-se. Inicialmente, lembro-me dela como pessoa cheia e empertigada, parece-me que até alta e fartamente mamuda. Mais tarde, parecia mirrada e avinagrada como se fosse cebola de curtume. Enviuvada e perdida na sua grande casa, transferiu-se para um terceiro andar de uma casa estreita e alta, como se vêem muitas numa cidade que, já em velhos tempos, devia ser exígua de terrenos para construção. Era conhecida pelo espectáculo de, em pleno centro da cidade, descer com uma corda, da janela do seu terceiro andar, um cesto em que o marçano do Benjamim Leandro punha as vitualhas e ela voltava a içar. Parecia uma operação de estiva. Mulher de posses, era uma avarenta, embora não esquecesse a família. Todos os natais nos mandava uma generosa oferta: um quilo de alfarroba, ainda no saco de papel pardo da mercearia.

Era muito orgulhosa da qualidade dos morangos que cultivava em grandes vasos no terraço das traseiras e que lhe mereciam todos os esmeros. Nisto, era generosa, não os comia e mandava-os para as tristes meninas do Asilo de Infância Desvalida. Grandes zangas eram com S. Pedro que ora mandava ora não mandava chuva adequada ao bom amadurecimento dos frutos. Em alturas de grande exasperação, enfeitava o esqueleto num berlandau preto, ataviava-se de luvas, chapéu e sombrinha e lá ia consultar o seu primo afim José da Costa, eminência em teologia e assuntos religiosos, para saber qual a melhor forma de influenciar o santo meteorológico.

O essencial para os morangos queridos era o adubo natural. Para isto, requisitava ao meu pai um mestre grandalhão. E lá ia ela por todas as ruas da cidade, às cavallitas do mestre, indicando-lhe os melhores bocados de bosta de cavalo, que o pobre recolhia à mão para o cesto do adubo.

A última vez que a vi, já estava entrevada e entregue aos cuidados de uma criada fiel, provavelmente a não lhe dever muito em idade e tontice. Foi também a minha estreia em cuidados de gerontologia. Depois de longa visita, em que maior foi o tempo em que dormiu, às vezes no meio de uma conversa já não recuperada depois, despedi-me, acompanhado pelas lágrimas da criada, “coitada da senhora dona Palmira, tenho a impressão de que o menino (que já estava na universidade!) nunca mais volta a vê-la”. De repente, já eu estava quase à porta da rua, aparece ela lá no alto da escada, três lanços acima, parecia um fantasma, “não me prendem na cama, eu pulo, eu

pulo!” Lá tive de voltar atrás, valer-me do que pude, um chazinho de erva cidreira e um pouco de psicoterapia intuitiva, e esperar pela profundidade do seu sono.

As alminhas africanas

Na dezena dos vintes, passei dois anos em Angola. Também há alminhas dessa época da minha vida. Época estranha essa, entre a tristeza pela lonjura de casa e o prazer da descoberta. Acabei por ter lucro, vencendo a desesperação pela vida profissional interrompida com a compensação de ter enriquecido os meus horizontes e as minhas vivências, especialmente nos seis meses em que estive no Zaire. África ficou-me não um desgosto de dois anos de vida perdidos, mas um amor para sempre, depois partilhado com a minha mulher, não nascida mas criada como africana. Mas também África do sofrimento, dos milhões de mortos por malária, das crianças que bem podem morrer sem cumprirem o primeiro aniversário, da fome, da malária, das diarreias e da miséria. Continente condenado?

África, para mim, é também muito a da luta anticolonial nas ex-colónias portuguesas. Fui fazer a guerra pelas razões que entendi, mas o apoio à luta daqueles povos estava no centro das minhas opções políticas. Ainda hoje, a realidade não consegue fazer-me esquecer totalmente os mitos, os movimentos de libertação e os seus dirigentes históricos. Mas a realidade faz-me sofrer, a da corrupção, das contas na Suíça, da perda de valores, do instalanço na vida de homens que não souberam manter a nobreza dos tempos da guerra. Para o Pestana, grande amigo, excepção máxima de integridade de valores, aqui fica o meu abraço. Só escrevo isto porque quase ninguém, só os amigos, sabem quem ele é. Se escrevesse o seu pseudónimo famoso, era outra coisa. Mas dou uma dica. Sabem como se diz pestana em quimbundo?

Infelizmente para as minhas ligações à África lusófona, mas felizmente para mim homem do mundo, as minhas atenções agora viram-se especialmente para a África do Sul, sempre referidas à figura ímpar que é meu ícone, Nelson Mandela. A propósito, abro parêntesis para um episódio significativo. Há por aí muito anti-americanismo primário, esquecendo-se da enorme diversidade de tudo o que é América e da

generosidade dos americanos de esquerda (coisa diferente do que por cá entendemos). Quando houve as primeiras eleições sul-africanas, estava eu numa reunião científica nos Estados Unidos. Quase todos passavam os intervalos para café colados ao rádio mas, entre os mais arrebatados com a vitória de Mandela, estavam muitos dos meus amigos americanos. É verdade que tenho de moderar isto com a noção que tenho de que a grande maioria dos universitários e cientistas americanos, pelo menos os muitos que conheço, são “liberal”. Muitos, felizmente, sentindo-se bem nas cidades azuis, de costa e costa, outros, coitados, vivendo o dia a dia em universidades da zona central ultra-conservadora e bushiana.

Já me desviava da minha vida militar, em Angola. Tenho sorte na vida, desde menino. Pode-se ter qualidades, mas lá que a sorte ajuda, é facto indesmentível. A tropa da maioria dos meus amigos foi de verde magala, a minha na elegância do meu branco naval. Eles passaram dois anos inteiros metidos num buraco na planície de Malange ou do planalto de Tete, pior ainda num Diem Bien Phu da Guiné, eu dividi-os entre Luanda e Zaire, com breves estadias num quartel de fuzileiros, perdido nos confins do Cuando-Cubango e com o nome pomposo de Vila Nova da Armada.

Nesses dois anos de má memória, água, para muitos dos meus amigos, era só a que a bomba mal puxava do poço. Para mim, água, se não era mar, era rio e era Zaire. Como é que posso falar desse rio fabuloso?

O rio é a minha imagem do desconhecido Amazonas e, quando releio “A Selva”, é para me lembrar do Zaire. O rio que não conheço corre por milhares de quilómetros ao longo da floresta congoleza. Tranquilo, caudaloso, furioso de rápidos? Não sei, que não o vi aí. Conheço-o, como se conhece um bom amigo, é a partir de Nóqui e Matadi, cada um dos portos em seu país. É aí um rio de que só pela rapidez, por um débil rugido e pelo brumor à superfície adivinhamos a imensidão de água transportada, na largura exígua que lhe permitem as margens abruptas talhadas no planalto costeiro africano. Mas quando este planalto desaba, parece que cortado por uma guilhotina, o rio alivia-se, ganha espaço, parece que quer conquistar a última tranquilidade antes da morte agitada na fusão com as águas atlânticas. Deve sentir o que sente um preso libertado. Solto daquelas margens estreitas, espraia-se repentinamente por dezenas de quilómetros. Nessa zona, da minha Pedra do Feitiço, mal conseguia descortinar Boma, na margem oposta.

É um rio que é mar, parece que bocejando em modorra. Mesmo assim, as suas derradeiras horas até à morte convulsiva do abraço fatídico com o oceano não são tranquilas. Parece que, na adivinha do estertor, se quer mostrar bem vivo. A paisagem

de ilhas de lodo e jacintos de que me despedia ao deitar desvanecia-se ao acordar, novas ilhas a descobrir na piroga indígena em que acabei por me tornar relativamente hábil. Essa imensidão pachorrentamente mutável de rio lago é enganosa. Em tempestade tropical, o rio irrita-se, brama e revolve-se em ondas que só julgamos ver no mar, cospe para terra tudo o que antes flutuava pacificamente e varre as lavras laboriosamente cuidadas pelas mulheres, entre as mamadas dos filhos sentados no pano atado às costas. Quando parece que tudo se acalma, vêm as trombas de água, colunas negras impressionantes, zigzagueando para prazer dos amadores do caos, e desabando depois em chuva de raízes arrancadas, de pássaros mortos, de peixes de olho arregalado pela catástrofe não adivinhada.

Milhas abaixo, é a maravilha. Em plena savana, o Zaire obrigou a natureza a dar-lhe por companheiras margens de floresta densa, as muílas. Se nos podemos perder facilmente em qualquer floresta, muito mais numa em que as veredas são canais estreitos, de onde o rio permite que cresçam as mais exuberantes árvores, raízes mergulhadas na água. Se o leitor nunca viu um mangal, não perca. E leve relógio, porque o rio brinca com a nossa noção de tempo. Canais largos abertos ao sol, outros escanzinhados em magníficas abóbadas vegetais, fechando-nos em noite escura. E, porque não há só plantas na natureza, o passeio varia com a contemplação dos crocodilos e da maior variedade de macacos, juntamente com uma sinfonia quase insuportável dos falares de centenas de pássaros diferentes.

Tenho pena de que a memória dos vinte anos seja a mais perecível. Já perdemos a candura da infância, que armazena tudo no sótão das inutilidades da memória, ainda não ganhamos a sabedoria da maturidade, que selecciona e arruma em bom ficheiro apenas as recordações úteis. Se não fosse assim, certamente que o meu catálogo de alminhas zaienses era mais extenso e a memória mais viva.

Por isto, vejo com alegria, na minha procissão, o velho Elias, catequista protestante, mas não o recordo com nitidez. Lembro-me de que foi a minha primeira grande ilustração prática do conceito de “cultura integral do indivíduo”, do meu mestre Caraça. Elias era a eminência da Quissamba e eu visitava-o frequentemente. Como médico à velha maneira tropical, que assumi, e graças à ajuda do meu amigo Fernando, oficial de marinha precursor do 25 de Abril e também íntimo do Elias, que nos abriu confiança, o Elias e eu conversávamos fracamente sobre tudo, mesmo coisas que, fosse eu informador da PIDE, levariam o Elias direito para S. Nicolau. Ao vê-lo, lá no mastro, com os seus óculos rachados e já emendados com adesivos, melro grisalho de cabeça baixa aparentemente humilde, mas escondendo uma serena con-

fiança no seu saber, saber inigualável de velho africano, lembro-me da minha despedida, quando me fui do Zaire.

Os congoleses têm um sentido fantástico da encenação e da hierarquia. Todo o povo se transformou em honra daquele almoço. Em frente da cubata, Elias construiu o palco de honra, coberto com esteiras, vedado com canas e protegido do sol por um alpendre de folhas de palmeira. Para além deste perímetro, muitas mesas para o resto do povo, tudo gente minha conhecida, a quem eu tratava as diarreias, dava conselhos sanitários que percebia que não iam muito mais longe do que eles já sabiam, de muitas gerações. Coisa especial eram os partos. Nunca me chamavam para acto tão sagrado, entregue às velhas avós, mas, logo de manhãzinha, lá estavam à porta da enfermaria a mãe (prodígio da natureza, fazer um quilómetro de marcha umas breves horas após o parto), bebé e demais família, para a desinfecção, ligadura do umbigo e injeção de antibiótico à mãe. É o melhor exemplo de que me lembro de compromisso inteligente entre a ancestralidade e a modernidade. Primitivos?!...

Começou a celebração de despedida do Zaire com um grande discurso do Elias, parte em português, parte em quissalongo. Que pena já o ter esquecido! Mas o importante era o comer, e da ementa lembro-me bem. Uma bela canja de capota a começar, depois um grande rol do melhor da cozinha angolana: uma feijoada em óleo de dendém, simples no seu refogado, gindungo a temperar, sem carnes (hoje, cozinheiro que me prezo, faço-a em versão rica); uma muamba de peixe do rio com caju fresco e um funge de fuba de milho; uma muamba de galinha; galinha de churrasco com mandioca assada; tudo terminado com batata doce assada para sobremesa. Requite máximo, vinho tinto do “puto” para a mesa de honra, cerveja a rodos para os restantes.

Outro inesquecível, o Alexandre, soba do Quissacala, povo à ilharga do posto da Pedra onde eu era oficial médico de fuzileiros. Não se pense que o Alexandre era personagem importante. Na sua sabedoria, a gente do Quissacala aceitava formalmente e usava no que podia essa figura da administração portuguesa, mas o verdadeiro poder era do rei do povo e dos seus velhos conselheiros, herdeiros e transmissores de uma sabedoria ancestral.

Uma das histórias africanas que mais me impressionaram foi a de um julgamento no Quissacala e a que eu, por especial deferência, fui convidado a assistir. Formou-se um quadrado, com uma grande esteira ao centro. Num dos lados, o único banco, onde se sentaram os velhos, com o rei do povo ao centro. Defronte, os litigantes e suas famílias e apoiantes. Aos lados, todo o resto do povo. O litígio, como é tão vul-

gar em África, era uma contenda de alambamento – para quem não sabe, o dote, mas com os sexos ao contrário da tradição europeia; não é o pai da noiva que a dota, é o marido que compensa a perda de capacidade de trabalho familiar da mulher. O arrazoadado de ambas as partes foi interminável, mas, claro, não percebi uma palavra. O que mais me impressionou foi que, depois de silêncio absoluto do tribunal durante toda a discussão, o rei do povo fez um ligeiro aceno, correspondido, a cada um dos velhos. Foi o que lhe bastou para ditar a sentença, não foi precisa qualquer discussão do tribunal, que as expressões faciais, para quem sabe, valem por mil palavras. Fico admirado para sempre com a sabedoria desses “subdesenvolvidos”.

Voltando ao Alexandre, ele até vivia um pouco à margem do povo, para se marcar as distâncias. Era guia de caça dos fuzileiros e aí se mostrava a portentosa ligação à natureza do homem africano. O jipe saía à noite para a caça e o Alexandre já ia perdido de bêbedo, encostado à grade e sempre amparado por algum fuzileiro para não cair do carro. Dormia toda a viagem, mal abrindo um olho, depois de uma profunda aspiração de cheiros, só para dizer “pacaça” e recair no sono profundo. E lá estava o búfalo imponente, a augurar um belo jantar no dia seguinte.

Meio sóbrio, em longas conversas comigo, revelava outra faceta, a de um conversador inesperadamente interessantíssimo, rico em máximas que usava com profusão, a todos os propósitos. Um dia, disse-lhe “Alexandre, és um filósofo”, o que o fez rir com todos os dentes alvos à mostra. “Porque é que estás a rir, sabes o que é um filósofo?”. “Então não sei, nosso médico, é quando o padre fala para a gente e a gente entende”. Quando regresssei a Portugal, mandei entregarem-lhe aquilo que ele mais invejava, o meu uniforme branco de cerimónia.

E os meus criados africanos, inesquecíveis? No Zaire foi o Domingos, o homem mais habilidoso que já conheci na arte de nos desmanchar com um sorriso ingénuo de orelha a orelha. Ao fim do dia de trabalho, em uniforme de servente da marinha, tomava o seu duche a preceito e vestia-se com esmero, para ir catrapiscar as mulatas à borda do porto: camisa bem enramada, calças bem cingidas à cintura mas em boca de sino, a cobrir os sapatos. Era um “carcinha”. A propósito, vem-me à ideia uma história que não é do meu tempo de Angola, contada pelo Valério, filho e neto de colonos genuínos.

Os “carcinhas” já vinham da sua infância. Nessa altura, o seu luxo eram os sapatos, coisa rara em tempos de pé descalço. Mas não quaisquer sapatos, melhor eram quando rangiam bem ao andar. Para isto, tinham um truque, engraxar a sola, “patrão, dá rixa pra sapato”. Mas era preciso poupar a preciosidade dos sapatos e então era

vê-los, descalços e de sapatos na mão, acompanhando o passo com a toada de “crim, crim”.

O Domingos ensinou quissalongo ao meu filho, o que me deu grandes irritações. Sentada à mesa a família, o meu filho de quatro anos tinha sempre de me meter uma piada, o que eu só percebia porque ele apontava para mim. Depois, era longa conversa em quissalongo entre ele e o Domingos, com grandes gargalhadas pelo meio. Nunca percebi nada e, para dentro, ficava furioso.

Era um espertalhão, o Domingos. Não sei bem porquê, talvez da cachaça, faltava com frequência. Depois de muita repreensão, um dia achou que me devia uma desculpa e deixou-me um bilhete: “Nosso médico, peço muita desculpa de chegar sempre tarde, mas é por causa do atraso do relógio que não tenho”. Magnífico, lá teve o seu desejado relógio.

Outra ainda. O meu colega delegado de saúde disse-me que o Domingos ia com frequência à consulta mas, que estranhamente, quando o chamavam, desistia. Fiquei intrigado e acabei por desfazer a sua reserva, motivada por grande vergonha para um africano. O Domingos estava impotente e já não correspondia às suas três mulheres, só uma legítima. Depois de muita conversa, lá acabou por me dizer que já não conseguia diariamente ir à quinta vez. Que impotência! Umas vitaminas e a imposição imperativa de abstinência sexual durante um mês curaram-no. Foi um dos meus êxitos médicos.

Despedida

Sebastião preto melrão, personagem geradora de toda esta história do mastro das alminhas, é que ficou à distância no cortejo processional e não me ligou muito, privilegiado contemplador de tal festa. O que tinha a dizer-me, estava dito há muitos anos. Ficou silencioso, talvez envergonhado de tão luzida companhia, ele que tem honras especiais em toda esta história. Mas vi que ele estava a gostar, porque o bico esteve sempre amolecido em sorriso feliz e porque comentava muito para a sua melrinha Lianor.

E foi ela que se atreveu, saltitando de lá detrás, a vir-me pousar no ombro e dar-me novidades. Com a ajuda da vavó Makeba e de uns oguns africanos que por lá andam no Céu – política de ecumenismo – Sebastião deixou o álcool e é hoje o muito apreciado treinador do Celeste Futebol Clube. E que o pai Sebastião me mandava dizer que nunca tinha visto o vaticinado poste de electricidade como este, com paus tão grandes de través e bocados de pano, onde é que já se viu tanta bandeira rota e tantas cordas em poste de electricidade, que era o que ele me tinha prometido, a mim menino. Mensagem final e importante, que eu tivesse cuidado, porque já estou em idade de começar a pensar a quem é que vou deixar esta virtude de ver as alminhas, como o Sebastião me deixou.

Vou acabar, chegada a última folha do meu esfarrapado manuscrito inicial, simples notas desconexas. Manuscrito feito à pressa, provavelmente entre dois escritos sérios sobre a universidade. Sérios? Felizmente, tenho dúvidas sobre se me levo mesmo a sério a mim próprio. Quem se leva a sério é composto e redondo, refastelado na sua imagem, bem aconchegado no sofá da sua vulgaridade. Bom é sentarmo-nos sempre no banco duro e seco da nossa insatisfação, escrever sabendo que se podia melhorar indefinidamente a escrita antes da hora em que o sentido das realidades obriga ao envio para o editor, usarmos cilício intelectual, balançarmo-nos

sempre entre a pequenez da realidade e a grandeza da ambição. Até que nos vamos, transformados em alminhas de quem quer que seja.

Ao crepúsculo, foram-se as alminhas, com as minhas lágrimas de saudade e de alegria por esta comemoração dos meus sessenta anos. Se alguns dos meus leitores também têm mastros de almas, podemos juntá-los, fazer um navio e, com ele, umas explorações “por mares nunca dantes navegados”.

O autor

Sessentão intranquilo, açoriano, como só são os que há muito vivem fora da terra, mistura ecléctica de epicurista, estóico e hedonista.

Doutor e agregado em Medicina (Microbiologia), enveredou pela investigação, sendo ex-director do Laboratório de Virologia Molecular do Instituto Gulbenkian de Ciência. Fez parte da primeira geração portuguesa de biólogos moleculares. Depois, outra experiência marcante, a de director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Semi-reformado mas não inactivo, é hoje professor catedrático da Universidade Lusófona e um dos bem conhecidos especialistas portugueses em política da educação superior.

Com outros gostos na vida, também um livro sobre gastronomia, "O gosto de bem comer" e um blogue com o mesmo título.

a obra

Que género de livro? Não é um romance, também não é uma colectânea de contos bem definidos. É uma construção de ficções e de memórias, sobre uma narrativa fantástica, a de se possuir frente a casa um mastro de navio naufragado, onde pousam as alminhas de infância, personagens que, se não foram bem como escritas, bem gostariam de o ter sido. Tudo à mistura com recordações dos Açores e lampejos ilustrativos da cultura de ilhéu.

São as histórias do autor, e "um homem é as suas histórias".

sinopses